



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA BATISTA DA SILVA BRITO

**O FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR
PARTICULAR: UM NOVO INTELECTUAL ORGÂNICO DE BASE COLETIVA**

BELÉM – PA

2019

ANA PAULA BATISTA DA SILVA BRITO

**O FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR
PARTICULAR: UM NOVO INTELECTUAL ORGÂNICO DE BASE COLETIVA**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora com vistas à obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabíola Bouth Grello Kato

BELÉM – PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862f Brito, Ana Paula Batista da Silva

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular : um novo intelectual orgânico de base coletiva / Ana Paula Batista da Silva Brito. — 2019.
143 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Políticas Públicas. Educação Superior. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Empresariamento do ensino. I. Título.

CDD 378.002681

ANA PAULA BATISTA DA SILVA BRITO

**O FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR
PARTICULAR: UM NOVO INTELECTUAL ORGÂNICO DE BASE COLETIVA**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora com vistas à obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato (Orientadora)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dra. Andréa Araújo do Vale (Examinadora Externa)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dedico aos meus pais, minha irmã e meu marido,
que sempre foram a base de tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais José Carlos e Maria Francisca, por todo amor despendido sobre a minha vida, por toda educação e por todo incentivo aos estudos, por me ensinarem a ser livre e alcançar os meus objetivos. Agradeço sobretudo por esse último ano de mestrado, ao voltarem para dentro da minha casa e me ajudarem, me dando colo e forças para continuar a caminhada. Sem vocês eu nada seria. Os amo com toda a força do meu ser.

Agradeço a minha irmã, Ana Caroline, por ser minha incentivadora, minha amiga, minha conselheira e por tantas vezes ter feito o papel de irmã mais velha que a mim pertence. Tudo que faço é para que você também tenha orgulho de mim, assim como eu tenho de você. Amo-te!

Agradeço ao meu marido Samuel Brito, pelo amor, apoio, companheirismo, fidelidade, carinho e sobretudo por estar ao meu lado em todas as decisões e acompanhar a difícil missão de uma mulher que tem que equilibrar a vida com o trabalho, o mestrado, as mudanças e um casamento ainda recente. Obrigada meu amor, por estar ao meu lado.

Agradeço a Maria Gomes Lameira, minha tia-avó conhecida como tia Flor. Um presente que recebi na vida ao aceitar, juntamente com meu marido, cuidar e morar juntos. Minha tia-avó, minha segunda mãe e por vezes minha filha, uma filha linda de 88 anos. Obrigada tia, por todo apoio, todos os conselhos e por todas as vezes que me fez acreditar que eu iria muito mais longe. Ouvir dizer que serei doutora (risos) me faz ter mais força para querer ser uma.

Meu agradecimento também vai a minha família, ao meu grupo, o Clã, minha gente, por todas as pizza's, todas as tardes e noites que estamos juntos, por todo apoio, por acreditarem em mim e ficarem felizes com as minhas vitórias, tudo era motivo para reunião com comida (risos). Amo vocês!

Estendo meus agradecimentos às minhas amigas Gabriele Macêdo, Carol Maués, Victória Vilela e Thamara Regina, Patrícia Araújo, Paloma Oliveira e Tayana Cunha é muito bom saber que temos pessoas que independentemente de novas amizades, de mudanças de vida e embora a distância, sempre teremos alguém em quem confiar, alguém para rir e chorar, alguém para contar. Um amigo de verdade pode ser o melhor e mais longo de todos os casamentos. Eu amo vocês e sempre que necessário for estarei demonstrando esse amor.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino Superior (GEPES), por todo aprendizado, pela oportunidade de realizar a vontade de me tornar uma pesquisadora,

algo que está em constante construção, mas que devo a esse grupo e às pessoas que o compõe por essa oportunidade, em especial a Arlete Camargo, Dayse Camargo, Luma Pontes, Valéria, Laurimar, Cláudio, Ítalo, Carol, Camila e Tayanne.

Em especial agradeço aos amigos que fiz durante esse tempo de GEPES, pessoas especiais que desejo que estejam sempre em minha vida, aos meus amigos Vitor e Miriam, aos amigos Tarcísio, Pania, Abelcio, Samantha, Sandy, Reinaldo, Lennon e Leila (esta última, amiga e companheira de orientação, que dividiu junto a mim todas as angustias e felicidades dessa caminhada desafiadora que é a pós-graduação) amigos que me deram força e alegraram os meus dias. Quando eu achei que não teria forças lá estavam vocês, para me lembrar que sempre é possível.

Agradeço também ao meu amigo Cássio Vale, por sua amizade, por seu apoio, sua alegria de viver e por todas as ajudas e esclarecimentos quando tudo estava escuro na vida acadêmica, você sem dúvidas é um presente na minha vida.

Agradeço a minha Célula LPJ por todo apoio, por todas as orações e por compreenderem o processo pelo qual estava passando e por entenderem todas as minhas ausências. Que Deus nos ua cada vez mais em amor e em graça.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Fabíola Kato, por toda paciência, todo companheirismo e dedicação nesses anos em que estivemos juntas para além de uma formação acadêmica. Ensinando-me sobre ética profissional, sobre o cuidado com a vida, sobre fé e perseverança. Obrigada por sempre me receber com um sorriso no rosto sem saber que muitas vezes esse gesto foi o maior de todos os incentivos. Minha admiração pela pessoa e profissional que você é.

Agradeço a Prof^a. Vera Jacob por estar na minha banca de defesa e por ser o maior exemplo que temos dentro do GEPES e minha maior inspiração como mulher e profissional, minha admiração, meu carinho, amor e minha gratidão por todos os ensinamentos dia após dia e por me ensinar a ser uma mulher forte e decidida frente a todos os percalços da vida. Sua garra e vontade de lutar me inspiram.

Agradeço a Prof^a. Andrea Vale por aceitar estar compondo a banca, desde a qualificação, com orientações valiosíssimas para se chegar à conclusão desse texto. Em um dia tão difícil de uma vida acadêmica, que é a qualificação, você com doçura me atentou aos equívocos e acertos da melhor forma possível, salvou meu dia e me ensinou a ser uma professora melhor. Muito obrigada!

Agradeço a minha querida Universidade Federal do Pará, por me oferecer o ensino, a pesquisa e a extensão de forma pública, gratuita e de qualidade, tal como todos nós merecemos.

Agradeço ao Programa de pós-graduação em Educação (PPGED), ao corpo técnico, docente e discente por tornar possível todas as etapas de uma vida acadêmica.

Agradeço a CAPES pelo incentivo financeiro que me deu a oportunidade de cursar a pós graduação.

E acima de tudo agradeço à Deus, por não me deixar desistir frente a todos os problemas externos que nós fazem querer parar. A Ele toda honra e glória! Grata por sua misericórdia sobre a minha vida todos os dias.

Acalma tua alma, moça!
Acalma tua alma que a caminhada não encerra aqui,
Acalma tua alma que o melhor ainda está por vir,
Breve é o deserto quando a lágrima cai no rosto,
quando o pássaro canta amanheceu outra vez,
Acalma tua alma, moça porque o florir virá entre os
espinhos das rosas,
Acalma tua alma, respira fundo e vai!
Sorria que a vida existe mesmo em meio ao tempo
sombrio de ajudas negadas e disfarce forçado,
Acalma tua alma que amanhã se inicia outra vez!

(Leila Maria Costa Sousa)

O FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR: UM NOVO INTELLECTUAL ORGÂNICO DE BASE COLETIVA¹

RESUMO

Este estudo tem por objetivo investigar o papel do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (FERESP) como um novo intelectual orgânico e de base coletiva e, também, investigar de que forma o FERESP, dentro do atual processo de financeirização do setor privado-mercantil educacional no Brasil, tem contribuído para o favorecimento desse setor nas políticas públicas para o ensino superior. Especificamente, objetiva identificar a evolução do empresariado no Brasil e suas repercussões como grandes intelectuais do setor, analisar a atuação do FERESP no âmbito do Parlamento, do MEC e do Conselho Nacional de Educação, e analisar, por meio das cartas do Fórum, a concepção de educação superior que esse intelectual defende e que possíveis alterações estão sendo incorporadas na educação superior do país. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de uma análise documental feita por meio das cartas oriundas de cada reunião nacional anual do Fórum, dos documentos extraídos do site oficial da entidade, entre outros documentos. Este trabalho tem como recorte temporal o período entre 2008 e 2018, a partir da criação do FERESP, a fim de analisar o seu início e suas proposições de modificações nas legislações brasileiras. A pesquisa demonstra que o Fórum traz, em sua constituição política, uma nova concepção de educação superior, alinhada aos interesses privatistas: uma concepção de educação reduzida ao viés do ensino – sendo ele aligeirado, como mercadoria –, que a transforma em artigo financeiro. E que ele exerce, como organização político-empresarial, uma grande representatividade em torno das novas políticas que tangem à educação superior no Brasil. O estudo conclui, pois, que o FERESP opera como um intelectual orgânico de base coletiva por se tratar de uma entidade que vem induzindo a construção de uma agenda de políticas públicas para a educação superior, com vistas ao favorecimento das instituições privadas, sobretudo as privadas-mercantis. E que constrói, dessa forma, o fortalecimento do processo de financeirização. A pesquisa aponta que a lógica de criação do Fórum diz respeito a uma atuação em favor da extração burguesa de ensino para a construção de uma agenda de mudanças que estejam representadas por *lobbys*. E conclui que o Fórum acaba por subsumir a educação ao ensino voltado para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Superior. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Empresariamento do ensino.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

THE PRIVATE HIGHER EDUCATION REPRESENTATIVE ENTITIES FORUM: A NEW ORGANIC INTELLECTUAL AND OF COLLECTIVE BASIS²

ABSTRACT

This study aims to investigate the role of Private Higher Education Representative Entities Forum (PHEREF – in Portuguese: Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular – FERESP), as a new organic intellectual and of collective basis, and also to investigate how FERESP, within the current process of financialization of the private-commercial educational sector in Brazil, has contributed on favoring this sector in public policies for higher education. Specifically, it aims to identify the evolution of the business community in Brazil and its repercussions as great intellectuals of the sector, to analyze the performance of FERESP within the scope of the Parliament, the Ministry of Education and the National Education Council, and to analyze, through letters from the Forum, the conception of higher education that this intellectual defends and potential changes that are being incorporated in higher education in the country. This work is a bibliographic research and a documentary analysis made through letters from each annual national meeting of the Forum, through documents extracted from the official website of the entity, among other documents. This work uses a timeframe between 2008 and 2018, beginning with the creation of PHEREF, aiming to analyze its beginning and its modification propositions in Brazilian legislation. The dissertation shows that the Forum brings in its political constitution a new conception of higher education, aligned with privatist interests: an education conception reduced to teaching bias – being it quick, as a commodity –, which transforms it in a financial article. And that the Forum appears to exercise, as a political-business organization, a great representativeness around the new policies that concern higher education in Brazil. Then, the study suggests that PHEREF operate as an organic intellectual of collective basis since it is an entity that has been introducing the construction of a public policy agenda for higher education, with a view to favoring private institutions, especially the private-mercantile ones. And that builds, thus, the strengthening of the process of financialization. The research indicates that the logic of the Forum creation relates to an action in favor of bourgeois extraction of teaching, for the construction of an agenda of changes which are represented by lobbies. And it concludes that the Forum ends up subsuming the education into teaching turned to the job market.

Key words: Public Policy. Higher Education. Private Higher Education Representative Entities Forum. Entrepreneurship of Education.

² This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
Abrafi	Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas
Anaceu	Associação Nacional dos Centros Universitários
Andifes	Associação Nacional do Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Anup	Associação Nacional das Universidades Particulares
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBESP	Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular
CC-PARES	Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CES	Câmara da Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAES	Comissão de Avaliação de Educação Superior
Confenen	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CONTEE	Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
EAD	Educação a Distância
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Esaf	Escola de Administração Fazendária
FERESP	Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular
Fenep	Federação Nacional das Escolas Particulares

FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNADESP	Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IES	Instituições de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos das IES
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAR	Plano de Ações Articuladas
PAR	Parcelamento Estácio-PAR
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEP	Parcelamento Estudantil Privado
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PRAVALER	Crédito Universitário – PRAVALER
ProUni	Programa Universidade para Todos

PSL	Partido Social Liberal
REA	Recursos Educacionais Abertos
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SERES	Secretaria de Regulação Superior
SETEC	Secretaria de Ensino Profissional e Tecnológico
SESu/MEC	Secretaria de Educação Superior
Semerj	Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro
Semesp	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TPE	Todos Pela Educação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UnB	Universidade de Brasília
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1: Relação de documentos do FERESP analisados – 2008 a 2018.....	27
QUADRO 2: FERESP – Atuação em 2008	56
QUADRO 3: FERESP – Atuação em 2009	57
QUADRO 4: FERESP – Atuação em 2010	59
QUADRO 5: FERESP – Atuação em 2011	60
QUADRO 6: FERESP – Atuação em 2012	64
QUADRO 7: FERESP – Atuação em 2013	67
QUADRO 8: FERESP – Atuação em 2014	69
QUADRO 9: FERESP – Atuação em 2015	71
QUADRO 10: Mudanças nas legislações por meio do FERESP	105

TABELAS

TABELA 1: Número total de matrículas de 2008 a 2013 no ensino superior	79
--	----

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Expansão das IES públicas e privadas de 1996 a 2017	85
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A EVOLUÇÃO DO EMPRESARIADO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO	20
1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O SEU PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO PÓS REFORMA DO ESTADO.....	31
1.2 UM NOVO INTELLECTUAL ORGANICO DE BASE COLETIVA PARA AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	35
1.3 HISTÓRICO DO EMPRESARIADO BRASILEIRO COMO UMA NOVA FORÇA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	43
2 A ATUAÇÃO DO FERESP NOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	53
2.1 A RELAÇÃO PÚBLICO - PRIVADA DO FERESP E SUA ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO PARLAMENTO E DO MEC	54
3 O FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E SEU PAPEL DE INTELLECTUAL ORGÂNICO DE BASE COLETIVA.....	77
3.1 AS CARTAS E AS AÇÕES DO FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR.....	78
3.2 A REGULAÇÃO E AS AÇÕES DO FERESP	100
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
5 REFERÊNCIAS	122
6 ANEXO.....	133

INTRODUÇÃO

O estudo intitulado “O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular como intelectual orgânico de base coletiva” desenvolveu-se como requisito para obtenção de grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal do Pará. E tem por finalidade investigar o papel do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (FERESP)³ como intelectual orgânico⁴, e que traz em sua constituição política uma nova concepção de educação superior alinhada aos interesses privatistas. Segundo o autor, intelectuais orgânicos são aqueles “nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico” (GRAMSCI, 2001, p. 26).

O contato com a temática do estudo da educação superior vem desde a graduação, quando iniciei minhas atividades de pesquisa no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Superior – GEPES⁵. A minha inserção no grupo de pesquisa foi mediada por uma bolsa de estudos recebida do projeto que pesquisou o Plano de Ações Articuladas (PAR)⁶, um projeto nacional⁷.

Apesar disso, a minha relação com os colegas, as participações em eventos e em seminários que o GEPES⁸ organizava na pós-graduação, bem como as atividades que foram

³ Sigla para denominar o fórum, encontrada na Tese de Doutorado de Aline Veiga dos Santos (2018).

⁴ Entendemos o fórum como um intelectual orgânico e de base coletiva por se tratar de uma entidade, e não apenas de uma pessoa, que está agindo atualmente na sociedade.

⁵ O GEPES foi criado em 1996, por professores e alunos do Programa de Mestrado em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará que desenvolviam estudos sobre a temática Educação Superior. O objetivo principal do Grupo tem sido o de desenvolver estudos e pesquisas sobre educação superior na perspectiva das políticas e das práticas pedagógicas de diferentes áreas de conhecimento. Atualmente, é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Jacob Chaves (GEPES, 2018).

⁶ O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.

⁷ O projeto “Avaliação do Plano de Ações Articuladas: um estudo nos municípios do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais, no período de 2007 a 2012” objetivava analisar a implantação do PAR enquanto uma política pública no contexto das atuais políticas educacionais. A pesquisa se deu de 2012 a 2016, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁸ Atualmente, o GEPES vem desenvolvendo a pesquisa intitulada “Financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil”, que tem como coordenadora a Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Jacob Chaves. Como parte desse projeto, minha orientadora desenvolve a pesquisa “Financeirização do Ensino Superior privado-mercantil do Pará: consequências para o Trabalho Docente”. Assim, sou integrante da pesquisa supracitada na qualidade de estudante de mestrado.

desenvolvidas, como a participação em organizações de seminários, estimularam-me a estudar o campo do financiamento da educação superior.

A participação nesse grupo de pesquisa e nas sessões de estudo propiciou um contato com literaturas que tratam da temática em questão e que fizeram compreender e refletir sobre este assunto, a saber: o financiamento público que é destinado à manutenção dos programas nacionais criados para a expansão da educação superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES⁹) e o Programa Universidade para Todos (ProUni¹⁰); as parcerias público-privadas na educação superior; o processo de financeirização¹¹ e a formação de oligopólios¹² com instituições de educação superior privado-mercantil¹³.

A partir do envolvimento com essas atividades, houve a identificação com a temática pesquisada, a qual foi decisiva para o desenvolvimento e a motivação à escrita desta dissertação. E, como consequência, despertaram muitas inquietações que fizeram querer aprofundar e pesquisar o FERESP, na medida em que o entendemos como um intelectual orgânico de base coletiva e, também, como um *lobby* de extração empresarial.

Essa entidade, desde o ano de sua criação, tem se organizado como um “braço” da sociedade civil, no encalço de seus objetivos ao setor educacional privado. À medida que o Fórum se robustece, observa-se uma mudança na concepção de políticas públicas por parte do Estado, uma vez que é possível perceber a interferência dessa entidade junto ao MEC e ao Congresso Nacional.

Esta pesquisa é permeada de relevância acadêmica e social, visto que advém de discussões entre estudiosos do assunto, como Andrea Araújo do Vale (2017), Aline Veiga dos Santos (2018) e João Ribeiro dos Santos Filho (2016), ao se referirem ao FERESP como uma

⁹ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos, na forma da lei 10.260/2001 (BRASIL, 2001a). Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (FIES, 2018).

¹⁰ O Programa Universidade para Todos (ProUni) do Ministério da Educação, criado pelo governo federal em 2004, oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior (PROUNI, 2018).

¹¹ Trate-se de “uma mudança no centro da gravidade da economia do setor produtivo para o financeiro” (BEM, 2009, p. 13).

¹² Situação de mercado em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2019).

¹³ O termo fundamenta-se a partir da leitura de Sguissardi (2013), pois o autor cunha esse conceito ao considerar a redação do artigo 7º do decreto nº 2.306/97 (BRASIL, 1997). Este regulamentou o artigo 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996 (BRASIL, 1996a).

importante entidade do setor privado-mercantil, o qual caminha como um grande *lócus* de debate e fortalecimento educacional do setor privado.

Contudo, percebemos lacunas quanto ao aprofundamento do estudo sobre o Fórum ao depreendê-lo como um novo intelectual orgânico de base coletiva. Compreendemos a intenção no fortalecimento do papel do FERESP como agente modelador das políticas educacionais porque ele é formado por empresários do setor educacional privado-mercantil.

Entendemos a questão do empresariado do setor como uma grande tendência na própria constituição da sociedade civil organizada, todavia, de extração empresarial, cujos sujeitos se unem para fortalecer seus próprios interesses, promovendo mudanças na relação do Estado com a sociedade civil.

Alguns estudos já destacaram o papel do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular a partir do argumento de Andréa Araújo do Vale, Cristina de Carvalho e Vera Lúcia Jacob Chaves (2014), de João Ribeiro (2016), de Andréa Araújo do Vale (2017) e de Aline Veiga (2018). Em suas pesquisas, esses autores mencionam as atividades do FERESP e o destacam como uma entidade orgânica e coletiva dentro do setor privado-mercantil.

Entretanto, não houve, nessas pesquisas, um maior aprofundamento em desvelar as sinuosidades acerca da sua criação, da sua produção e do papel efetivo que esse Fórum desenvolve no meio político, no sentido de articulação aos interesses desse setor. Nos parágrafos seguintes, falaremos sobre esses estudos, a fim de fazer uma revisão de literatura pertinente ao objeto de nossa pesquisa.

No texto *Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira*, Vale, Carvalho e Chaves (2014), relatam a expansão do setor privado-mercantil. Elas tratam como objetivo central a análise dessa expansão por meio das políticas adotadas no Brasil pelos sucessivos governos neoliberais, os quais agiam em conformidade com o crescimento desse setor por meio de ações como o ProUni e o Fies.

Nesse estudo, as autoras analisam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996a) e perpassam a análise das atividades do FERESP, na medida em que apresentam a relação de identidade entre as demandas do segmento privado-mercantil e as políticas que foram aprovadas com o novo PNE (Plano Nacional de Educação). Destaca-se, no texto, a fala de que “muito relevante nesse processo é a atuação do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular como instância articuladora dos interesses do segmento privado-mercantil” (VALE, CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 210).

Santos Filho (2016) concluiu seu doutorado com a tese intitulada *Financiamento da Educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais*. O trabalho teve por objetivo “a análise do financiamento e da expansão do setor educacional privado-mercantil, no Brasil, com a utilização de recursos do fundo público, no contexto do processo de financeirização da educação superior privada” (SANTOS FILHO, 2016, p. 7).

Para tanto, o autor discorreu sobre o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, citando, de forma sucinta, os principais objetivos das cartas de 2008¹⁴ a 2015, no sentido de mostrar a forma como esse Fórum vem exercendo sua função em consonância com o objeto de estudo de sua tese. Elucidou como essa entidade representativa corroborou o financiamento desse setor privado-mercantil, fazendo uso de fundo público para o seu crescimento.

Vale (2017), em recente artigo, intitulado “‘Nem parece banco’: as faces da financeirização da Educação Superior no Brasil”, também explorou o processo de financeirização da educação superior no país desde meados dos anos 2000. Para isso, fez uma análise do documento “As aspirações da classe ‘c’ em relação ao ensino superior” (FERESP, 2016), criado pelo FERESP a fim de dar sustentabilidade ao que essa entidade vem desenvolvendo de forma orgânica na sociedade. Vale ressaltou que:

Diante da crise que se reflete mais agudamente sobre o Brasil a partir de 2013/14, as empresas educacionais acionam novas estratégias de conquista/manutenção de mercado: acirramento do processo de concentração e centralização de capital, reforçando a criação de grandes oligopólios empresariais-educacionais, engendramento de um processo de “bancarização” das empresas educacionais, em que estas, por convênios, parcerias ou mesmo *per se*, passam a financiar o estudante com taxas e condições próximas àquelas ofertadas pelo financiamento estatal (FIES), bem como ampliam sua organização para o processo de disputa do fundo público. Pleiteiam ainda possíveis alunos a partir de outras estratégias: mudanças no modelo de oferta de EaD, oferta de cursos técnicos como chamariz, criação de seguros educacionais, “subsídios” para o financiamento privado e a reorganização da Graduação Tecnológica. (VALE, 2017, p. 1)

Este excerto nos permite aludir ao fato de que as empresas educacionais usam estratégias para alavancar seu capital financeiro. Entretanto, elas estão cientes de que não poderão fazê-lo sem que possam contar com os recursos públicos e sem que tenham

¹⁴ A Carta de Recife (2008), a Carta de Araxá (2009), a Carta de Florianópolis (2010), a Carta de Salvador (2011), a Carta de Natal (2012), a Carta de Foz do Iguaçu (2013), a Carta de Maceió (2014), a Carta do Rio de Janeiro (2015), a Carta de Porto de Galinhas (2016), a Carta de Gramado (2017) e a Carta de Comandatuba/BA (2018).

representantes imbricados no Estado, como parte dele. Nesse sentido é que o FERESP pode atuar, representando o interesse das empresas educacionais, argumentando e articulando as maneiras pelas quais elas podem intervir nas propostas legislativas, ações executivas e processos judiciais que se situam no campo das políticas educacionais.

Santos (2017), em sua tese de doutoramento em Educação pela Universidade Católica de Brasília, com o título *A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)*, teve como objetivo de seu estudo a investigação acerca do Fies que, após o seu redesenho em 2010, “desenvolveu-se como uma política mercadológica, indutora da privatização e financeirização do ensino superior e consolidadora dos conglomerados” (SANTOS, 2017, p. 7).

Em vista disso, a autora usou como um dos meios de comprovação de sua tese as cartas do FERESP publicadas desde a sua criação até o ano de 2017, demonstrando, dessa forma, como ele tem sido um grande mecanismo de fortalecimento desse setor, principalmente no que tange ao crescimento do Fies como política pública.

Assim, buscamos o aprofundamento no que diz respeito ao papel efetivo que o Fórum exerce na política educacional em curso. No caso desta dissertação, o foco estará nas políticas para a educação superior. Nesse sentido, as pesquisas ora destacadas nos despertaram o desejo de analisar essa entidade a partir do seu momento de criação, em 2008, tendo como ponto de partida as cartas elaboradas por esse Fórum em cada encontro nacional que realizaram.

Assim, a pesquisa está orientada pelos seguintes questionamentos: Qual o papel que o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular desempenha na definição das políticas para o setor? Como atua no âmbito do Parlamento e do Ministério da Educação? Qual a concepção de educação que o FERESP defende e que possíveis alterações foram promovidas na educação superior do país?

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular foi criado por meio da junção de entidades que estão engajadas no ensino superior particular do Brasil. São elas: a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES); a Associação Brasileira das Faculdades (ABRAFI); a Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU); a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP).

O objetivo do FERESP é defender os interesses do ensino superior particular, articulando, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC) bem como com o Congresso Nacional, sua missão de “formular propostas que visem assegurar o direito da livre iniciativa

das instituições educacionais, de maneira a privilegiar o desenvolvimento do setor” (FERESP, 2016, p. 7).

Como um importante *lôcus* de discussão, por meio de seminários, debates e congressos do setor privado, o Fórum propõe e acompanha propostas de políticas públicas educacionais com o intuito de adequá-las à realidade da grande diversidade em que o ensino superior brasileiro está inserido.

Anualmente, após cada reunião, representadas pelos congressos anuais, documentos são redigidos com o objetivo de orientar politicamente o fortalecimento do setor. Dentre esses documentos, iremos nos deter à análise das chamadas cartas, com seus compromissos e expectativas.

Desde 2008, essa instituição tem promovido, anualmente, o Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP), no qual se reúnem as principais lideranças¹⁵ desse setor educacional, com a participação de autoridades políticas¹⁶ e de educadores e formuladores de políticas públicas para a educação brasileira. Após os encontros anuais, são elaboradas as cartas, que contêm os principais objetivos, compromissos e expectativas firmados e sistematizados durante os congressos.

Destacamos também como atividade dos representantes do FERESP a participação ativa em reuniões com secretários de educação, representantes do MEC e representantes políticos em busca de seus objetivos. Ao final do ano de criação, houve o primeiro Congresso dessa entidade.

O Fórum **acompanha** ativamente no Congresso Nacional as discussões e deliberações de interesse para o setor, **apresentando propostas legislativas**, indicando profissionais para as audiências públicas e seminários que são realizados tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, **bem como articulando a inserção de medidas de interesse do segmento particular de ensino superior na legislação em debate e na sua aprovação, quando for o caso.** (FERESP, 2016, p. 47, grifos nossos)

¹⁵ José Janguê Bezerra Diniz (Diretor presidente da ABMES e Presidente do grupo Ser Educacional); Jamil Saud Marques (Vice-presidente de Finanças da Kroton Educacional); Hermes Figueiredo (Presidente do Semesp); Gabriel Mario Rodrigues (Presidente do Conselho de Administração da ABMES); Ronaldo Mota (Chanceler do Grupo Estácio); Daniel Castanho (Presidente da Ânima Educação), entre outros.

¹⁶ Gilberto Gonçalves Garcia (Conselheiro da Câmara de Educação Superior do CNE); Paulo A. Gomes Cardim (Representante da Confenem e Presidente da Conaes); Antonio de Araújo Freitas Júnior, Arthur Roquete de Macedo, Gilberto Gonçalves Garcia e Rafael Lucchesi (Conselheiros do CNE); Henrique Sartori (Secretário da Seres/MEC); Paulo Barone (Secretário da SESu/MEC); William Douglas (Professor e juiz federal brasileiro), entre outros.

Entende-se o FERESP como um novo intelectual orgânico de base coletiva. Gramsci conceitua por intelectuais não apenas a camada entendida por essa denominação, mas toda a massa social que exerce funções organizativas, seja no campo da produção, da cultura ou no campo administrativo-político (GRAMSCI, 2001).

Dessa forma, queremos demonstrar que esse Fórum vem exercendo, ao longo da última década, a função político-organizativa com grande representatividade em torno das novas políticas que tangem o ensino superior no Brasil. Essa função tem se expressado na definição de políticas para o setor, na sua atuação junto ao parlamento, ao MEC e ao Congresso Nacional, induzindo à construção de uma agenda de políticas públicas para o setor.

O objetivo da criação do Fórum decorre de uma importante posição que ele assume tão logo ocorre a sua criação, uma vez que, por meio de suas principais estratégias junto ao Ministério da Educação (MEC) e a outros órgãos governamentais, vem exercendo o papel de articulador na construção dessa agenda de políticas.

O que temos observado a partir da leitura das cartas é que há uma relação de identidade entre as recentes reformulações políticas para o setor privado da educação superior e as demandas oriundas dos congressos, *locus* prioritário de publicização das demandas dessa entidade.

Queremos demonstrar também que as políticas aprovadas para o setor são parte constitutiva de uma nova orientação política, econômica e social capitalista, norteadas por uma nova relação entre o Estado e as políticas públicas sociais, com destaque à política educacional.

Importante destacar que todas as alterações advindas das reformas do Estado brasileiro estão relacionadas a um contexto macroeconômico pautado pela lógica do atual estágio do modo de produção capitalista, de predominância financeira. Autores como Chesnais (1996) qualificam esse estágio como mundialização do capital, da qual a vida social do ser humano passa a ser forjada em todas as suas proporções e não apenas no plano econômico.

A financeirização concebe “uma mudança no centro da gravidade da economia do setor produtivo para o financeiro” (BEM, 2009, p. 13). É nesse contexto, como consequências dessa mundialização do capital, que temos a centralidade da acumulação financeira e a crise do capital (CHESNAIS, 1996).

O sistema capitalista, ao longo dos anos, sofreu crises globais, principalmente no que diz respeito ao seu processo de produção. As primeiras crises em decorrência do subconsumo ocorreram no século XIX e, após a queda da taxa de juros, entre 1880 e 1890, o sistema capitalista entrou em mais uma crise (CHAVES, 2010).

No Brasil, a forma do capitalismo neoliberal se intensificou a partir da publicação do documento Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), nos anos 1990. Esse documento é, portanto, um manifesto que induz a uma nova relação do Estado com a sociedade. Essa relação é mediada pelo terceiro setor, que também se encarrega de fazer usufruto do fundo público, pois a atividade de encaminhamentos do Estado passa a ser desenvolvida pelo terceiro setor. Com isso, temos a criação do setor público não estatal, que redefine o papel do Estado à medida que acontecem mudanças na economia e na política brasileiras (KATO, 2013).

Esta reforma produzida no âmbito do PDRAE tinha como objetivo declarado a “reconstrução do Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas” (BRASIL, 1995, p. 16). Tal reforma, prevista no âmbito desse documento, considera inadiável, dentre outros: um ajustamento fiscal duradouro; as reformas econômicas voltadas para o mercado; a reforma da previdência social; e a reforma do aparelho do Estado. Todas essas medidas que focalizam na administração pública federal trazem consequências para a sociedade e para a democratização do sistema público.

A transformação dos direitos sociais em mercadoria é evidenciada também no campo da educação superior. Isto porque a reforma do Estado influenciou diretamente nas políticas educacionais, orientadas pelos organismos internacionais, à medida que passaram a aderir ações impostas por essas organizações, das quais destacamos, principalmente, o Banco Mundial e o FMI.

Essa transformação foi marcada por grandes mudanças nas políticas públicas sociais, e esse processo “[...] resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública” (DOURADO, 2002, p. 235).

A mudança na educação superior, sendo posta como mercadoria, ocorre desde a Ditadura-empresarial-militar (1964-1985) (VALE, 2012). O Estado, desde então, fez o arcabouço jurídico-político necessário para que a educação-mercadoria (RODRIGUES, 2007) continuasse, passando a incentivar parcerias com instituições privadas, estimulando-as na captação de recursos por meio dessas parcerias.

Gandini e Riscal explicam que a educação “[...] passa a ser entendida como setor público não estatal, passando a ser concebida como um serviço e sua gestão pautada pela administração de resultados” (GANDINI; RISCAL, 2008, p. 60).

A organização de grandes empresas consolidou esse setor privado em uma economia de escala, na qual essas empresas de ensino superior oferecem cursos mais baratos. A

educação a distância (EaD), com condições flexíveis, também foi um suporte para a expansão do setor privado (MANCEBO, 2015).

Pesquisas de Santos Filho (2016) e Santos (2018) já comprovaram que o financiamento da expansão desse setor privado-mercantil vem acontecendo mediante incentivos públicos por meio de programas que são assegurados pelo Governo Federal, como o ProUni e o Fies.

Esse setor privado sempre esteve marcado por grandes incentivos fiscais, utilizando recursos públicos através das renúncias fiscais das empresas de educação privado-mercantil, com a concordância do Governo Federal. Com isso, intensificou-se a inserção de grandes grupos educacionais no mercado financeiro (VALE, 2013). Sobre isto, Vale (2013, p. 124) relata “a transformação do próprio espaço de educação superior em *lócus* da acumulação do capital e campo cuja tônica atual é dada pela financeirização”.

O processo de mercantilização da educação superior brasileira, conforme Vale, Carvalho e Chaves (2014), foi intensificado no final da década de 1990, no contexto da globalização, com a difusão das tecnologias de informação e com o surgimento de consultorias especializadas no assessoramento de empresas educacionais no mercado financeiro e na gestão educacional do setor privado-mercantil.

Vale entende por mercantilização “não apenas a simples venda de qualquer mercadoria, mas a organização da vida social para a produção e para a venda de mercadorias” (VALE, 2017, p. 4). Dessa forma, a mercantilização da educação superior

Não se expressa apenas pela venda da educação-mercadoria, mas pela mercantilização do conhecimento produzido nas universidades, ainda que públicas, pela mercantilização dos espaços universitários, todas expressas no novo arcabouço jurídico-político presente na Lei de Inovação Tecnológica, na Lei das PPP's ou mesmo na expansão do setor privado de caráter abertamente mercantil, bem como nas relações estabelecidas nessa nova configuração do espaço educacional. (VALE, 2017, p. 4)

Esse atual modelo de educação como mercadoria transformou-se em um novo patamar a partir da formação de grandes oligopólios educacionais, apresentando-se como uma etapa do processo de financeirização da educação superior brasileira. A expansão da educação superior no Brasil sofreu influências do capital financeiro, sobretudo a partir do ano de 2007.

A financeirização é a mercantilização de novo tipo¹⁷, pois passa a ser ela mesma objeto de venda no atual mercado financeiro. Chesnais (1996) entende a “financeirização ou

¹⁷ Para melhor explicação do termo, ler Tavares (2014) “Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?”

mundialização financeira” como um tipo de aprofundamento e prolongamento da “mundialização do capital”. Para o autor, o referido termo evidencia a acumulação de capital em proporção global, formando os grandes conglomerados industriais oligopolistas.

A chamada financeirização privado-mercantil da educação superior brasileira (fusões e aquisições de instituições privadas de educação superior e inserção no mercado financeiro) vem ocorrendo intensamente desde 2007, após empresas educacionais se tornarem empresas de capital aberto, com a oferta de ações na bolsa de valores¹⁸ (mercado de ações¹⁹).

O processo de expansão da educação superior gerou condições para a financeirização. Isto propiciou o aparecimento das grandes corporações do setor privado-mercantil, do qual o ProUni e o Fies são mecanismos criadores de condições favoráveis ao setor educacional atualmente, proporcionando oportunidade de negócios para fundos de investimentos (VALE, 2013).

Diante desse cenário, aventamos a hipótese de que as atividades do FERESP vêm induzindo a construção de uma agenda de políticas públicas para a educação superior com vistas ao favorecimento das instituições privadas, sobretudo as privadas-mercantis. E, com isso, entendemos que, em alguma medida, essas políticas que são aprovadas favorecem, fortalecem e auxiliam no processo de financeirização.

As entidades que compõem o Fórum e que estão em favor das empresas educacionais privado-mercantis necessitam do fundo público, na forma de Fies e de ProUni, e do ordenamento jurídico específico que facilite o usufruto desse fundo, tal como fazem as universidades públicas, para ampliar e sustentar seus investimentos.

Supomos que, por meio da desregulamentação nas medidas educacionais, essa entidade vem construindo uma nova concepção de educação superior, alinhada aos interesses privatistas e às alterações no capitalismo, sobretudo, na sua concepção de políticas públicas e de financiamento.

¹⁸ “A bolsa de valores é um ambiente de negociação no qual investidores podem **comprar ou vender** seus títulos emitidos por empresas, sejam elas com capitais públicos, mistos ou privados. Esse processo é intermediado com auxílio de correspondentes de negociações através de corretoras. O objetivo principal é configurar um ambiente seguro e organizado para essas negociações. Dessa forma, garantir que os investidores recebam as **ações compradas** de maneira eficiente e segura e que as transações sejam rápidas e práticas” (BANCO BTGPACTUAL DIGITAL, 2018, *online*).

¹⁹ “O mercado de ações é o ambiente no qual empresas de capital aberto negociam frações de seu patrimônio. Em geral, as **operações de compra e venda** acontecem em uma bolsa de valores, mas também podem ocorrer em mercados de balcão. É neste ambiente em que são negociadas as ações das empresas de capital aberto, aquelas que abrem para qualquer interessado a possibilidade de compra de uma fração da companhia em questão” (BANCO BTGPACTUAL DIGITAL, 2018, *online*).

Com este trabalho, temos o objetivo geral de investigar de que forma o FERESP, como intelectual orgânico de base coletiva, dentro do atual processo de financeirização do setor privado-mercantil educacional no Brasil, tem contribuído para o favorecimento desse setor nas políticas públicas para o ensino superior.

Especificamente, queremos identificar a evolução do empresariado no Brasil e suas repercussões como grandes intelectuais do setor, analisar a atuação do FERESP no âmbito do Parlamento e do MEC e analisar, por meio das cartas do Fórum, a concepção de educação superior que esse intelectual defende e que possíveis alterações estão sendo incorporadas na educação superior do país.

Estipulamos como recorte temporal do estudo o período de 2008 a 2018, recorte este considerado a partir da criação do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, em 2008, e até 2018, ano de publicação da última carta, para analisarmos o seu início, suas propostas e as modificações que, porventura, tenham acontecido no passar de 10 anos. Pretendemos estabelecer relações entre as demandas – por meio de cartas do Fórum para o setor privado-mercantil, a partir do seu ano de origem –, a legislação brasileira e as suas respectivas incorporações no âmbito da política para a educação superior do país.

O estudo corresponde a uma pesquisa bibliográfica, pois esta, entendida por Gil (2002, 0. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esse tipo de pesquisa propicia ao investigador contato com o que já foi produzido acerca do tema de estudo. Utilizamos-nos, também, da pesquisa documental, mais precisamente das cartas que foram produzidas em cada reunião do FERESP (2008-2018), e dos documentos extraídos dos sites das associações filiadas a ele, bem como das reportagens e das falas de seus presidentes.

O quadro 1, a seguir, sistematiza os principais documentos do FERESP utilizados nesta pesquisa, divididos entre as Cartas produzidas pelo Fórum e os demais documentos publicados por ele.

Quadro 1 – Relação de documentos do FERESP analisados – 2008 a 2018

Documentos para análise	
Cartas do FERESP	Carta de Recife (2008)
	Carta de Araxá (2009)
	Carta de Florianópolis (2010)
	Carta de Salvador (2011)
	Carta de Natal (2012)
	Carta de Foz do Iguaçu (2013)
	Carta de Maceió (2014)

	Carta do Rio de Janeiro (2015)
	Carta de Porto de Galinhas (2016)
	Carta de Gramado (2017)
	Carta de Comandatuba/BA (2018)
Demais documentos publicados pelo FERESP	“Aspirações da classe C em relação ao ensino superior” (FERESP, 2016)
	“Agenda Legislativa da Educação Superior Particular 2017” (FERESP, 2017)
	“Agenda legislativa da Educação Superior Particular 2018” (FERESP, 2018)
	“Oito anos trabalhando pela educação brasileira” (FERESP, 2016)
	“Agenda propositiva para relações entre o Ministério da Educação e as instituições de ensino superior particulares” (FERESP, 2016)
	“Solicitação de revogação e/ou alteração nas medidas editadas pelo MEC durante o mês que antecedeu a mudança da Presidência da República” (FERESP, 2016)
	“Manifesto de apoio ao novo Marco Regulatório do ensino a distância consagrado através do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017” (FERESP, 2017)
	“Eleições 2018: 10 propostas relevantes para a educação superior brasileira” (FERESP, 2018)

Fonte: Elaborado pela autora.

Para chegarmos às conclusões preliminares, iremos nos deter à legislações que dizem respeito ao ensino superior no Brasil, são elas: lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), que aprova o Novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024; o decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017) e a portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018). Também, para completar a análise, faremos uso dos discursos dos sujeitos que compõem o FERESP e que estão disponíveis no site da entidade.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, para efeito de organização. No primeiro capítulo, sob o título “A evolução do empresariado da educação no contexto político e econômico brasileiro”, traçaremos o histórico da organização coletiva e sindical do empresariado brasileiro como uma nova força política na educação superior no Brasil. E, também, discorreremos sobre a educação superior e o seu processo de financeirização pós-Reforma do Estado, a fim de demonstrar o caminho das reformas para que dessem abertura ao novo intelectual orgânico de base coletiva na elaboração das políticas da educação superior.

No segundo capítulo, sob o título “A atuação do FERESP nos órgãos deliberativos das políticas públicas educacionais do ensino superior brasileiro”, analisaremos a conjuntura na

qual o FERESP surgiu e como essa entidade atua no âmbito do parlamento, do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

No que compete ao terceiro capítulo, sob o título “O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e seu papel de intelectual orgânico de base coletiva”, refletiremos acerca do papel estratégico do Fórum dentro do atual processo de financeirização, da nova concepção de educação superior sendo constituída no Brasil e de suas respectivas mudanças advindas do FERESP. Após a discussão no decorrer dos capítulos, à guisa de conclusão, exporemos nossas considerações finais e as referências utilizadas neste texto.

1. A EVOLUÇÃO DO EMPRESARIADO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO

Muito relevante nesse processo é a atuação do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular como instância articuladora dos interesses do segmento privado-mercantil. (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 210)

A epígrafe que inaugura este capítulo revela a importância do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular como meio articulador do que é de interesse do setor educacional privado-mercantil. As autoras tratam especificamente do Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020) e de sua disputa pelo setor empresarial no processo de elaboração desse novo documento, fomentando o FERESP como um importante *locus* de debate, articulação, concepção e pressão ao fortalecimento do setor privado.

O FERESP tem como função precípua “defender os legítimos interesses do ensino superior particular” (FERESP, 2016, p. 7). E, ao entendermos essa entidade como um intelectual orgânico de base coletiva, não poderíamos deixá-la sem a devida importância no delinear das atuais políticas educacionais no Brasil.

Neste capítulo, dissertaremos sobre o histórico do empresariado brasileiro e sua nova forma política na educação superior. Destacaremos, pois, sua evolução em consonância com o capital financeiro, com o processo de financeirização que atinge a educação superior após a reforma que o Estado sofreu em 1995.

A partir desse novo cenário econômico e político brasileiro, ocorreu uma mudança na concepção do empresariamento no Brasil, e as organizações industriais passaram a ser uma organização de empresários do ensino, para dar sustentabilidade ao capital (RODRIGUES, 2007). Para tanto, esses empresários se reuniram em coletivo de entidades e criaram o FERESP, conferindo início a um novo intelectual orgânico de base coletiva, destinado ao fortalecimento do setor privado-mercantil.

Dividimos este capítulo em três subseções: 1.1 A educação superior e o seu processo de financeirização pós-reforma do Estado; 1.2 Histórico do empresariado brasileiro como uma nova força política da educação superior no Brasil e 1.3 Um novo intelectual orgânico e coletivo para as políticas da educação superior. Essas subseções irão nos auxiliar no entendimento do que diz respeito à nova concepção de educação superior para o FERESP.

Para entendermos o atual empresariado do setor de ensino, aqui tratado como empresariado financista, no sentido de ser muito mais de cunho e em prol do capital financeiro, haja vista o grande esforço por parte dos empresários em expandir e comprar ações

nas bolsas de valores, é necessário buscarmos estudos como o de Rodrigues (1998, 2007). O autor realizou, nesses estudos, a historicização do empresariado brasileiro ao delinear suas atribuições e seus feitos na educação no Brasil, a fim de mostrar a evolução desse empresariado, conforme as mudanças que o capitalismo sofre.

1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O SEU PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO PÓS-REFORMA DO ESTADO

O advento do neoliberalismo foi cercado de grandes transformações jurídicas e políticas, que suscitaram mudanças no Estado e, por conseguinte, na educação brasileira, com o objetivo de lograr o desenvolvimento e o crescimento econômico que a classe burguesa pretendia alcançar (MINTO, 2006).

Concordando com Minto (2006), Antunes (2009) destaca que, quando a hegemonia da classe burguesa colocou em prática a política de caráter neoliberal instaurada pela reforma do aparelho do Estado, ela tinha por finalidade a limitação da participação do Estado na esfera pública, bem como o desmantelamento do setor produtivo estatal. Adequando, assim, o Estado ao novo padrão da classe dominante para garantir a manutenção e o fortalecimento da taxa de lucro favorável ao capital.

A predominância financeira na educação superior no Brasil sucedeu-se com a publicação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, alinhado a mudanças, principalmente no que diz respeito à normatização e à jurisdição. Essa predominância tem importância para o país, pois prepara as bases para que ele se torne mais atrativo ao capital (KATO, 2013). A educação, nesse contexto, torna-se mais um mecanismo de acumulação de capital e vem ao preparo de mão de obra à economia (GENTILI, 2001).

Tal como apontaram Sguissardi e Silva Jr (2001, p. 25), “A crise e a reestruturação do Estado e da educação superior não são fenômenos exclusivos do Brasil [e] acompanham as transformações da base econômica dos diferentes países”. São fenômenos que iniciam em países de Primeiro Mundo, principalmente os da Europa Ocidental.

Os ajustes fiscais e estruturais, bem como as reformas orientadas ao mercado, resultaram dos acordos firmados no *Consenso de Washington*, que destinou uma série de orientações neoliberais aos países que o firmaram. Entre elas, estão o equilíbrio orçamentário, a abertura comercial, a liberalização financeira e a indução às chamadas privatizações (SOARES, 1996, *apud* SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001).

Essa liberalização econômica tem como países pioneiros os Estados Unidos, com o governo de Ronald Reagan, e a Grã-Bretanha, sob o governo de Margaret Thatcher (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001).

No Brasil, a liberalização econômica iniciou em 1990, no governo de Collor de Mello (1990-1992). No entanto, foi no ano de 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), e após a Secretaria da Administração Federal ser transformada no Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), comandada pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que deu início a Reforma Administrativa do Aparelho do Estado brasileiro.

Para Paulani (2008, p. 110), esse foi o “estágio em que o mercado seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade”. Estágio que o governo FHC achava necessária a redefinição do Estado em consonância com as orientações do mundo globalizado (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001).

A partir da década de 1990 no Brasil, o ideário neoliberal ganhou centralidade e exacerbação. Dessa forma, materializaram-se mudanças político-econômicas pautadas na necessidade de reformar o Estado, passando este por uma redefinição de seu papel de provedor de políticas sociais, entre estas, a educação. Entre as defensivas dessa redefinição, insere-se o discurso de que o Estado deve racionalizar recursos e diminuir seus gastos com as políticas públicas e sociais (PERONI; ADRIÃO, 2005).

Imbricadas à Reforma do Estado estavam as ações pautadas na reforma da educação superior. Seus pontos cruciais seriam a modernização dos setores do Estado, de propriedade, bem como o destaque à autonomia, porém, havendo controle em busca de resultados, descentralização e valorização da administração privada (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001). Sendo a proposta mais conhecida a:

[...] que estabelece a transformação das instituições de ensino superior, hoje autarquias ou fundações estatais, em organizações sociais (fundações públicas de direito privado ou propriedades públicas não estatais), a serem controladas por contrato de gestão. (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001, p. 68)

Dessa forma, o que estava sendo proposto no ideário do momento, por meio das ações da reforma do ensino superior, proporcionou uma reconfiguração dos sistemas público e privado no Brasil. Corroborando o exposto acima, Paulani (2008) destaca que a educação passou a assumir um caráter mais privatista, na medida em que o mercado era e continua

sendo o grande definidor das instâncias da sociedade, e que, com as reformas na educação superior, a expansão do setor privado ocorreu de forma aligeirada.

É necessário, no entanto, o destaque à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), na qual mudanças implementadas na educação já estavam em consenso com os organismos internacionais. Essa lei maior acaba por ser o marco de referência no tratamento da educação como mercadoria, dando suporte jurídico para a atuação e a exploração privada sobre a atividade educacional. Por meio dessa Carta Magna, foi possível a legalização da auferição de lucro do setor educacional. O Art. 209 foi o que marcou esse momento ao permitir à iniciativa privada a obtenção de lucro no setor privado educacional:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (BRASIL, 1988)

O intuito não é de afirmar que os marcos legais que ocorreram foram os primordiais para a lucratividade do setor, no entanto, esse foi um avanço de suma importância para que outros mecanismos legais fossem postos em prosseguimento no Brasil.

Um dos principais marcos jurídicos do momento de lucratividade do setor privado é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996a). De acordo com Sguissardi (2015), foi a partir da aprovação da LDB que se iniciou um processo de legalização da educação como um negócio mercantilizado, sobretudo na etapa da educação superior.

Dessa forma, Amaral (2003, p. 88) disserta que as “reformas do ensino superior ocorridas em diversos países, em todo o mundo, seguiram diretrizes muito parecidas, colocando o mercado como agente importante na definição das ações institucionais”.

Comprovando a expansão do ensino superior no Brasil, Sguissardi (2008) demonstra a expansão do número de matrículas, principalmente no que tange às instituições privadas com fins lucrativos, no período de 1999 a 2006, nas quais houve um crescimento de 195%; enquanto nas Instituições de Ensino Superior (IES) sem fins lucrativos o aumento foi de 74% e, nas IES públicas, o crescimento foi de 45%.

A partir das assertivas acima, podemos analisar as reformas como direcionamentos para o entendimento da educação como uma grande mercadoria com possível negociação dentro do mercado e, quiçá, negociada em bolsas de valores, sob a forma de capital financeiro. Assim sendo, a partir das políticas ora explicitadas, avaliamos que o Estado

brasileiro se posiciona com sua opção política de conceber a educação superior submetida aos interesses do capital.

Tavares (2014) nomeia esse momento como uma mercantilização de novo tipo, criada para a lucratividade do setor, hoje, privado-mercantil. Com todos os aparatos legais criados e destinados a esse setor, houve cada vez mais o fortalecimento, e as lacunas foram deixadas para que a educação superior no Brasil obtivesse proporções nunca antes observadas.

Obviamente que essas justificativas se ligam a um contexto amplamente em curso, pautado pela lógica mercantil, que ganhou força a partir do novo modo de produção e reprodução capitalista. Com as crises sofridas pelo capitalismo, houve um favorecimento para se chegar a um novo estágio de acumulação de capital, hoje, compreendido como financeirização, nesse caso, a financeirização do ensino superior.

Essas mudanças no papel do Estado moderno correspondem também ao que Mészáros (2015) entende como sistema sociometabólico do capital, que atua como parte constituinte da base material. O sistema sociometabólico do capital, para o autor, é entendido como um organismo vivo de produção/reprodução social, em que o capitalismo se movimenta e se reinventa, mediando e regulando a sociabilidade humana.

O autor ressalta que o Estado foi construído pelo capital com o intento de manutenção, fortalecimento e reprodução deste. Nesse sentido, afirma o autor, o Estado como mediador do capital representa o “agravamento de seus próprios problemas e [de] sua insolubilidade crônica” (MÉSZÁROS, 2015, p. 15).

Assim, uma vez que as contradições do capital se agravam, podemos compreender o que o autor exprime como “crise estrutural” por meio dos limites do sistema “sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2011).

Então, as crises econômicas do século XX são características do processo da mundialização do capital que, segundo Chesnais (1996), é uma fase do movimento de internacionalização do capital em que se expressa o regime de acumulação de predominância financeira. Conforme o autor,

[...] sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente. (CHESNAIS, 1996, p. 34)

As transformações no âmbito da acumulação financeira estão intimamente relacionadas ao conteúdo do capital internacionalizado e do domínio mercantil, bem como às

políticas de liberalização implementadas pelos países de economia avançada (países do G7²⁰) (CHESNAIS, 2002). Assim, o autor destaca que:

[...] “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. (CHESNAIS, 2005, p. 35)

Hoje, vive-se a financeirização do ensino superior do setor educacional e, como já foi demonstrado, o Brasil conta com a legalidade para ter a “[...] presença de grandes fundos de investimento no chamado mercado educacional [...]” (SGUISSARDI, 2008, p. 1.003). Como exemplo, temos a formação de grandes conglomerados educacionais, que são grandes grupos como a Ser Educacional, a Kroton, a Estácio Participações S.A, empresas com capital aberto na bolsa de valores para livre negociação da educação-mercadoria.

Para a manutenção dessa educação-mercadoria, há, por parte do Estado brasileiro, o suporte financeiro em forma de subsídios, isenções de impostos e financiamentos estudantis como FIES e ProUni. Haja vista que o sistema político é hegemonizado pelos interesses do capital (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015).

Assim, “o *lobby* privatista é poderoso e organizado” (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 37), principalmente no que tange aos tempos atuais, quando nos deparamos com uma nova entidade de caráter privatista com interesse no fortalecimento do setor privado mercantil. Entidade representada pelo FERESP, atual e grande organizador do setor privado. Esse *lobby* atua como auxiliar na construção e na definição das políticas públicas educacionais, o que, ao longo do tempo, consequentemente, vem acarretando alterações na definição da concepção de educação superior.

1.2 UM NOVO INTELLECTUAL ORGÂNICO E COLETIVO PARA AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesse contexto de redefinições, o Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação deixou de existir e, com a necessidade de uma nova entidade para lutar pelos objetivos do setor privado-mercantil, após as instituições de ensino abrirem capital nas bolsas de valores

²⁰ Grupo dos Sete. É compreendido por sete nações, que, juntas, representam metade da economia mundial. São elas: Canadá, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Japão (TODA MATÉRIA, 2018, *online*).

em 2007, foi criado o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, com a proposta de reorientação do ensino superior no Brasil.

O FERESP foi criado no dia 9 de abril de 2008 por um grupo de entidades do setor educacional privado, as quais agem como verdadeiros intelectuais orgânicos de base coletiva. São elas: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES; Associação Brasileira das Faculdades – ABRAFI; Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU; Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; e Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos do Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP (FERESP, 2016).

Em 2008, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN – passou a integrar o Fórum como associada participante. Após sua criação, no ano seguinte, a Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP – passou a compor o Fórum e, no ano de 2015, o Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro – SEMERJ – também passou a integrá-lo, sendo conhecidos como associados participantes (FERESP, 2016).

A ABMES foi fundada em agosto de 1982 para lutar em favor dos direitos do setor privado. Representa todas as entidades mantenedoras do ensino superior particular do Brasil e tem o objetivo de envolvê-las nas diversas instâncias deliberativas do Congresso Nacional.

É, nos dias de hoje, a maior instituição representativa do ensino superior privado no Brasil. Atua fortemente na sociedade e “no âmbito político, a Associação ocupa posição em frentes importantes junto aos órgãos governamentais para a formulação de políticas públicas” (ABMES, 2018, *online*). Atualmente, no quadro de associados, há 383 mantenedoras e 570 instituições de ensino superior mantidas, que têm por finalidade dentro do Fórum:

- I. postular pelos direitos e interesses das entidades mantenedoras associadas ou filiadas;
- II. promover estudos e propor soluções para os problemas relativos ao desenvolvimento e à qualificação do ensino superior;
- III. colaborar com os poderes públicos, visando ao aprimoramento da Educação e da Cultura, da Ciência e da Tecnologia, do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, nas instituições associadas;
- IV. proporcionar, direta ou indiretamente, assessoramento pedagógico, administrativo, técnico e jurídico às instituições associadas;
- V. defender as instituições de livre iniciativa na prestação dos serviços educacionais de nível superior;
- VI. organizar e promover congressos, seminários, painéis, fóruns de debates, pesquisas e cursos de especialização e aperfeiçoamento, nas áreas jurídica, administrativa, técnica e pedagógica para as instituições associadas e não associadas de ensino superior. (FÓRUM, 2018, *online*)

A Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades – ABRAFI – foi criada no início de 2005 por meio de vinte mantenedoras de todos os estados da federação que se sentiam em desvantagem e sem defesa legítima junto aos órgãos do poder público que são responsáveis por esse segmento.

Ela tem como objetivo defender: os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos de seus associados; a livre concorrência e a ordem econômica na regulação da educação superior no ensino federal; e os interesses das Faculdades Isoladas, das Faculdades Integradas, dos Institutos ou Escolas Superiores que são associados por suas entidades mantenedoras (FÓRUM, 2018, *online*).

A Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU – foi criada em 6 de dezembro de 1999 por 12 centros universitários, para sustentar e legitimar a nova tipologia implantada na educação superior do país (ANACEU, 2018, *online*). Seu objetivo é de:

1. defender e representar os interesses dos Centros Universitários instalados em todo o território nacional perante os três poderes, nas esferas federal, estadual e municipal;
2. consolidar o Centro Universitário como importante figura na estrutura do ensino superior brasileiro, com autonomia e liberdade de atuação;
3. promover atividades culturais, de quaisquer espécies, visando o aperfeiçoamento do ensino superior brasileiro;
4. incentivar a produção de pesquisa universitária, seja por meio de bolsas de estudos, seja pela publicação de obras literárias de importante valor acadêmico. (FÓRUM, 2018, *online*)

A Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP – foi fundada em julho de 1989 por um movimento de reitores de oito instituições de ensino superior particular, a saber: Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); Universidade Santa Cecília (UNISANTA); Universidade Brás Cubas (UBC); Universidade de Marília (UNIMAR); Universidade Paulista (UNIP); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Camilo Castelo Branco (UCB); Universidade de Alfenas (UNIFENAS); e Universidade de Guarulhos (UNG). Seu objetivo é:

Colaborar com os Poderes Públicos em programas de aprimoramento do ensino superior, da Ciência e Pesquisa, promover estudos, intercâmbios para troca de experiências e divulgação do conhecimento, e principalmente defender a autonomia das universidades e a iniciativa particular em matéria educacional. (ANUP, 2018, *online*)

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN – foi estabelecida em setembro de 1944, no “Primeiro Congresso Nacional de Diretores”. Foi reconhecida em 1948 pelo Ministério do Trabalho e, em 1990, transformou-se na Confenem.

Esta é a “entidade máxima e única, em nível nacional, de representação da categoria, no caso, escolas particulares, em todos os seus graus” (CONFENEN, 2018, *online*).

A Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP – nasceu em setembro de 1989 por meio de educadores na sede do Sindicato das Escolas Particulares do Distrito Federal (SINEPE/DF), com o objetivo de defender os interesses da categoria em âmbito nacional (FÓRUM, 2018, *online*).

O Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro (SEMERJ) foi criado em 1981 e congrega “mantenedoras e mantidas do segmento privado de educação superior com base territorial em todo o Rio de Janeiro” (FÓRUM, 2018, *online*).

Tem o objetivo de representar legalmente as instituições de ensino superior perante autoridades administrativas e/ou judiciárias, com a intenção de “preservar, proteger e resguardar os interesses gerais das universidades, centros universitários, faculdades e institutos especializados de pós-graduação no Estado, defendendo sempre as associadas” (FÓRUM, 2018, *online*).

O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) foi fundado em 1979. Atualmente, reúne 383 mantenedoras e 538 mantidas em várias cidades de São Paulo. Seu objetivo é preservar, proteger e defender o segmento privado de educação superior, bem como prestar serviços de orientação especializada aos seus associados (FÓRUM, 2018, *online*).

Como objetivo central, o FERESP, que congrega todas as instituições supracitadas, volta-se para “defender os legítimos interesses do ensino superior particular” (FERESP, 2016, p. 7), formulando propostas que intentam assegurar o direito da livre iniciativa e privilegiar o desenvolvimento das instituições educacionais do setor. Para atingir tal objetivo, a entidade tem procurado atuar fortemente junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Congresso Nacional, em busca de marcar as decisões que favorecem o setor privado:

O Fórum acompanha ativamente no Congresso Nacional as discussões e deliberações de interesse para o setor, apresentando propostas legislativas, indicando profissionais para as audiências públicas e seminários que são realizados tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, bem como articulando a inserção de medidas de interesse do segmento particular de ensino superior na legislação em debate e na sua aprovação, quando for o caso. (FERESP, 2016, p. 47)

A participação ativa dessa instituição no Congresso Nacional ocorreu mais fortemente no período de 2009 a 2011. O documento “Oito anos trabalhando pela educação brasileira”,

divulgado pelo FERESP, relata que houve “reuniões mensais, seguidas de jantar, com a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior (representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal) com o objetivo de encaminhar propostas e levar ao Congresso Nacional os anseios do setor” (FERESP, 2016, p. 12).

O Fórum se construiu por meio do fortalecimento das entidades que já se destacavam no setor. Nesse sentido, elas se uniram para atuar e ter participação coletiva nas decisões junto aos diversos órgãos deliberativos que propõem os projetos e leis educacionais no Estado Brasileiro.

Além da atuação concreta no âmbito legislativo e do acompanhamento das ações na Câmara e no Senado, o Fórum realiza, anualmente, o Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP). A cada ano, ele é sediado por uma cidade do Brasil, com o objetivo de debater acerca dos desafios enfrentados pelo ensino superior privado.

O evento, que está em sua décima primeira edição, percorre cidades com esse intuito e, para isso, reúne lideranças do setor educacional, como autoridades governamentais e políticas, com uma média de 450 participantes, contando ainda com a transmissão ao vivo pela ABMES TV no Brasil e no exterior (FERESP, 2016).

Em cada congresso, são elaboradas “cartas propositivas” que estruturam as demandas com as expectativas e os compromissos assumidos a partir dos debates do Fórum para o ensino superior no Brasil. Estas cartas propositivas são a “ponta da lança” das ações anuais que devem orientar as atividades do Fórum. O foco do FERESP, sob essa perspectiva, é justamente a valorização e o fortalecimento do ensino superior privado-mercantil (FERESP, 2016).

A estrutura organizacional do Fórum sobrevém de forma a perfazer os seus interesses políticos, econômicos, jurídicos e sociais. Ele é constituído por um presidente, atualmente Janguê Diniz²¹, que fora indicado por presidentes das entidades que o compõem, durante a reunião ocorrida em 2013 (FERESP, 2016). Trata-se de um grande empresário do setor educacional privado, atual presidente da ABMES, entidade de maior porte e com maior visibilidade no meio educacional privado e também fundador do Grupo Ser Educacional.

No Conselho Diretor do Fórum, estão: Altamiro Galindo, fundador da IUNI Educacional – que foi vendida à empresa Kroton –, bacharel em direito, administrador por

²¹ Atual presidente da ABMES, deu início ao Grupo Ser Educacional por meio da fundação da Faculdade Maurício de Nassau, em Recife, e é o presidente do Conselho de Administração do Grupo Ser Educacional. Atuou como reitor da Universidade da Amazônia (UNAMA), em Belém, e do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), em Recife. Foi presidente da ABRAFI e Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público da União.

formação e conselheiro da Kroton; Amábele Pacios²², atual presidente do Grupo Educacional Dromos; Gabriel Mario Rodrigues, fundador do FERESP, atual presidente do Conselho de Administração da Kroton e Fundador da Universidade Anhembi Morumbi para o grupo americano Laureate. Gabriel Rodrigues “sempre manteve um diálogo produtivo com as autoridades governamentais, apresentando grandes resultados às demandas do setor” (SANTOS, 2018, p. 243).

Participam também do conselho: Hermes Ferreira Figueiredo, atual presidente do Semesp; Paulo Antonio Gomes Cardim²³, reitor no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); bem como Celso Niskier, atual vice-presidente da ABMES e reitor do Centro Universitário UniCarioca. Este último presidiu a Câmara de Educação Superior e Profissional e foi membro da Academia Internacional de Educação.

A partir da análise do papel importante dos empresários como intelectuais orgânicos, Gramsci observou que:

[...] o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo complexo organismo de serviço, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. (GRAMSCI, 2001, p. 15-16)

Os atuais empresários da educação superior no Brasil desenvolvem trabalhos nas mais diversas esferas, como destaca Gramsci (2001). Embora não seja o FERESP que atue no setor de venda de educação, seus intelectuais que compõem as grandes instituições de capital aberto são os que exercem diretamente a função de organização da sociedade para o fortalecimento e para a expansão de seus interesses no mercado educacional.

Esses intelectuais atuantes no Fórum exercem funções de direção dos grandes conglomerados educacionais, com o objetivo de efetuar ações que ofereçam lucro às

²² Possui graduação em Matemática, foi presidente do Fenep de 2011 a 2015 e, agora, é seu vice-presidente.

²³ É membro nato do Conselho da Presidência do Semesp, vice-presidente do Núcleo Superior de Estudos e Consultoria da Confennem.

empresas, ações que são propostas em reuniões internas do FERESP. Os mesmos intelectuais atuam em cargos de grande valor nas entidades que compõem esse Fórum. Eles desempenham papel considerável na sociedade no repasse de aprendizados e interesses aos seus “prepostos”, que também irão atuar ativamente em sociedade e em favor dos interesses do setor privado-mercantil, com os quais eles mesmos estão envolvidos.

No setor educacional e na sociedade, o FERESP dispõe desses intelectuais de suas entidades para manter relações próximas com ministros e empresários que atuam no Congresso Nacional. Para isso, esses intelectuais do setor traçam estratégias para o alcance dos objetivos estabelecidos em seu projeto político e ideológico. Portanto, estes são atores estratégicos da luta para impor uma determinada concepção de ensino superior no Brasil e reafirmar os interesses da classe dominante no conjunto de relações sociais. Sendo assim:

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 2001, p. 19)

Para Gramsci (2001, p. 18), “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. Com este excerto, evidenciamos que, historicamente, temos intelectuais agindo na sociedade, em todas as esferas. Desempenham papel de intelectuais aqueles atores que “[...] se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 2001, p. 17).

No âmbito educacional, segundo Pereira (2016, p. 219),

intelectuais orgânicos dirigem o projeto hegemônico conservador no setor educacional e em ciência e tecnologia, unindo interesses. A educação, então, é tida como veículo para formar intelectuais de novo tipo, que possam difundir e expandir, sem alardes, os desígnios daquele projeto.

Os empresários que compõem o FERESP, nessa lógica, intentam, como sugere Martins (2009) a respeito do Todos Pela Educação (TPE)²⁴, transformar-se em um *think tank* do setor educacional, que é um “organismo especializado em produzir e difundir conhecimentos e ideias para educação no país” (MARTINS, 2009, p. 23).

²⁴ “O TPE foi criado, em 2005, por um grupo de líderes empresariais, verdadeiros intelectuais orgânicos, que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo [...] portando propostas e enunciados para reorientar a Educação Básica no Brasil (MARTINS, 2009, p. 22).

Em 2017, em um jantar de confraternização do FERESP, o presidente da entidade, Janguê Diniz, discursou sobre os desafios e avanços do setor educacional privado-mercantil. Logo no início de seu discurso, ressaltou que “olhar para frente com ousadia e determinação é característica dos visionários, dos que transformaram o mundo e nos trouxeram onde estamos” (DISCURSO DO PRESIDENTE, 2017, p. 1).

Ao longo não apenas de 2017, mas dos nove anos de desempenho do FERESP, é possível observar a atuação assídua deste junto aos órgãos governamentais. No entanto, no ano de 2017, alçou um novo e importante patamar: a reformulação do marco regulatório da educação a distância.

Atuou na forma organizacional, política e jurídica do setor de ensino superior, acompanhou e monitorou 370 projetos de lei em julgamento nas câmaras²⁵ “sempre com o objetivo de articular melhorias e evitar entraves ao fortalecimento da educação superior brasileira” (DISCURSO DO PRESIDENTE, 2017, p. 2).

Janguê Diniz carrega o seu discurso de interesses do FERESP, representando o segmento da educação privado-mercantil no ensino superior brasileiro, alçando, no campo do discurso, o projeto do Fórum para a educação superior brasileira de um modo geral. Ele cita o Deputado Federal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Caio Nário²⁶, como um importante aliado no estreitamento de laços feito no ano em questão, ressaltando os benefícios que esse laço desenvolveu no setor particular.

Com os objetivos claros do FERESP dentro do setor privado-mercantil e com as parcerias que são feitas com deputados, como mostra o exemplo assinalado acima, o Fórum busca sempre assegurar os direitos legítimos do seu setor:

No âmbito da reforma trabalhista, por exemplo, o FÓRUM atuou para que aspectos como a flexibilização das relações entre trabalhador e empregador; a maior legitimidade das convenções coletivas; e a adoção de novos modelos de contratação, como a jornada intermitente, fossem aprovadas. Acreditamos que as novas regras irão favorecer a expansão da prestação de serviços educacionais, um dos setores mais regulados do país. Por isso, vemos com otimismo os avanços advindos com a reforma trabalhista, essencialmente porque ela promove a dinamização das relações entre instituições de educação superior e seus colaboradores, com reflexos no incremento da

²⁵ Os tipos de projetos e seus participantes serão discutidos no último capítulo desta dissertação, a fim de analisar as cartas do FERESP e as mudanças em legislações advindas a partir delas.

²⁶ “Deputado Federal eleito pelo estado de Minas Gerais/MG. É graduado em Ciências Sociais, aos 30 anos de idade (2017), o parlamentar assumiu a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados depois de já ter sido presidente do Diretório Central dos Estudantes da PUC-MG e do Conselho Universitário de Minas Gerais, além de presidente da Juventude Estadual do PSDB. Desde que assumiu como deputado federal, em 2015, Caio Nário tem se dedicado à área da educação” (SITE MILTON SANTOS, 2018).

qualidade e ampliação da oferta. (DISCURSO DO PRESIDENTE, 2017, p. 3-4)

Com o resultado da forte atuação do FERESP nas questões parlamentares, ele adquiriu cada vez mais espaço. O pensamento empresarial para uma nova concepção de educação superior, pautada na atual mundialização do capital, passou a ser percebido por parlamentares que, conjuntamente, corroboram o mesmo viés. Do mesmo modo, a Reforma da Previdência e o debate sobre as alterações da Lei do Fies e sua continuidade tiveram o apoio do FERESP.

A defesa do FERESP da concepção de educação como mercadoria e o tratamento a ela apenas pelo viés do ensino são ancorados nas reformas políticas que o Brasil vem sofrendo. E isso pode ser notado nos documentos produzidos pelo Fórum, por meio da sua atuação junto ao Congresso Nacional e ao MEC e, sobretudo, por meio de modificações na legislação vigente no país.

1.3 HISTÓRICO DO EMPRESARIADO BRASILEIRO COMO UMA NOVA FORÇA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Historicamente, o empresariado brasileiro vem atuando diligentemente e estrategicamente nas deliberações de projetos de lei para garantir os interesses da classe burguesa na sociedade brasileira (RODRIGUES, 1998; RODRIGUES, 2007; DINIZ, 1978; DINIZ; BOSCHI, 1978; GROS, 2003). Desde a década de 1930, observa-se o movimento do empresariado industrial no sentido de organização para uma possível entidade representativa do setor. Por exemplo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi criada nesse sentido.

A CNI atendeu às demandas legais e foi constituída em 1938, na Era Vargas, e em uma conjuntura de modernização conservadora (RODRIGUES, 1998). A Confederação assumiu um papel de importante órgão coletivo de representações da burguesia industrial no Brasil, sendo ativa nos poderes Executivo e Legislativo, sobretudo, a partir da atuação em todas as áreas de formação humana, com hegemonia sobre a classe trabalhadora (RODRIGUES, 2007).

Por meio da CNI, foi delineado um importante passo à “(con)formação profissional da força de trabalho industrial” (RODRIGUES, 2007, p. 120) com a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)²⁷, com a intenção de abranger outras particularidades da formação humana da classe trabalhadora. O Serviço Social da Indústria

²⁷ Criado por meio do decreto-lei nº 4.048/42 (BRASIL, 1942a) e ampliado pelo decreto-lei nº 4.936/42 (BRASIL, 1942b). Para uma análise completa da criação do SENAI, ver Rodrigues (1998).

(SESI) também foi fundado seguindo a mesma lógica de hegemonia do setor burguês empresarial (RODRIGUES, 2007).

O objetivo da confederação era a junção dos interesses coletivos dos empresários industriais que a compõem, com a pretensão de torná-los universais (RODRIGUES, 2007). A CNI, de acordo com o mesmo autor, constituiu-se, no período em que ela foi criada, no “moderno príncipe industrial brasileiro” ao agir hegemonicamente no setor, orientada pela vontade coletiva da burguesia industrial para a acumulação do capital, principalmente no que diz respeito ao capital industrial. A burguesia industrial entende que a educação é fundamental para o crescimento da economia, com repercussões diretas na competitividade industrial e na geração de novas tecnologias (CNI, 2007).

As instituições de caráter hegemônico da burguesia continuaram ativamente com a industrialização e a necessidade de crescimento da demanda social por educação, agravando a crise do sistema educacional. O que levou, em 1965, aos “Acordos MEC-USAID²⁸” realizados entre o governo brasileiro e o governo norte-americano. Esse acordo tinha como finalidade adequar o sistema educacional brasileiro à nova ordem econômica ao promover “assistência técnica” com vistas à reformulação do sistema educacional (RODRIGUES, 2007).

Com a reestruturação da educação brasileira em 1968, a Confederação criou um novo mecanismo, com o intuito de operar o fortalecimento dos interesses do setor empresarial: o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado por meio de uma “sugestão governamental”, como cita Rodrigues (2007), e não por meio de decretos-lei. Sua criação se deu “a partir de recomendação do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Universitária (de 1968), recomendação, aliás, de lavra da própria Confederação” (RODRIGUES, 2007, p. 34).

O objetivo do IEL era “promover a integração universidade-indústria” (RODRIGUES, 1998, p. 28). Como um grande indutor dos interesses burgueses, esse instituto age para o crescimento e o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas diretamente para a indústria, sanando a necessidade da classe trabalhadora de ser a detentora de mão de obra qualificada para o interesse do capital. Lança mão de programas de treinamento profissional nas várias áreas do conhecimento, todos voltados aos interesses da indústria (RODRIGUES, 1998).

²⁸ Esses acordos foram feitos entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID), com o objetivo de estabelecer assistência técnica e cooperação financeira para a educação no Brasil.

O IEL ganhou espaço no cotidiano universitário de forma aparente com programas de bolsas e auxílios em 1995. Como destacou Rodrigues (2007), a instituição passou por mudanças e criou o chamado “Plano Estratégico 1999-2010”, com o qual vislumbrou possíveis cenários em que o país poderia estar vivendo no ano de 2020. O destaque se faz ao perceber que, de todos esses cenários, a grande maioria está alinhada aos interesses da classe burguesa de empresários do ensino. Nesse sentido, após três décadas de atuação, o IEL consolidou as bases para uma proposta de reforma da educação superior (RODRIGUES, 1998).

A preocupação com o fato de a educação superior ser voltada e qualificada para o mercado de trabalho é algo que já estava em discussão pela CNI. Para a instituição, é necessário um aprimoramento das técnicas que sejam capazes de deixar o país apto para competir nos mercados internos e externos. Assim, a CNI aventa a importância de que o governo invista em recursos e procedimentos, a fim de que a educação superior esteja em conformidade com o crescimento da economia no Brasil (RODRIGUES, 2007).

Segundo Rodrigues (1998), ao longo do século XX, o empresariado do setor industrial foi aperfeiçoando sua concepção pedagógica no campo educacional. Entre os anos 1980 e 1990, os empresários industriais, no Brasil, organizaram-se e se reestruturaram politicamente para o alcance de objetivos maiores, com intervenções na definição de políticas educacionais, a partir de parâmetros de exigências internacionais e da competitividade industrial para a educação (NEVES, 1997).

Sob um modelo desenvolvimentista de sociedade e com o empresariado sendo de base industrial, foram criados a CNI e o IEL como uma interferência do setor industrial no campo educacional. Uma interferência feita, sobretudo, na formação humana e acadêmica, bem como na produção de conhecimento – sendo esta voltada para o mercado industrial. Foram criados, portanto, como grandes agentes que agem organicamente e coletivamente (RODRIGUES, 2007).

Com as políticas neoliberais adentrando o Brasil nos anos 1990, o papel do Estado foi redefinido e, consequentemente, o papel da educação também seguiu a mesma racionalidade, com novas características na contradição entre o público e o privado. Com o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), um novo paradigma de administração pública foi criado a partir da implementação da gestão gerencial propondo superar a forma burocrática e patrimonialista com a qual o Estado era gerido. Nesse novo paradigma, o sujeito cidadão passou a ser concebido como um cliente, consumindo serviços públicos (KATO, 2013).

As concepções de educação superior que o IEL elencou serviram de base para a proposta de reforma do ensino superior, como já fora destacado, que a CNI utilizou para encaminhar ao Governo de Lula da Silva em 2004 (RODRIGUES, 2007). Com isso, houve o convite feito pelo então ministro da educação, Tarso Genro, para que a Confederação participasse, na ocasião, do debate sobre a reforma do ensino superior²⁹.

A CNI enviou, então, um documento com suas propostas de ação a partir do texto “Contribuição da Indústria para a reforma da educação superior” (CNI, 2004). Nele, foram ressaltados os objetivos hegemônicos da CNI e a concepção de educação para a confederação, sendo esta o “pilar de desenvolvimento econômico (capitalista) e social do Brasil” (RODRIGUES, 2007, p. 46), compreendendo a formação humana no âmbito da acumulação capitalista.

Nesse sentido, para Antonio Gramsci (2000), o conceito de hegemonia elucida as relações sociais de poder em uma sociedade formada por classes, na qual uma classe social ou um grupo subordina moral e intelectualmente toda uma sociedade. Esse grupo ou classe social consegue repassar suas concepções particulares para todos como algo aceito universalmente.

A concepção de que a indústria é necessária para a consolidação de uma reforma do ensino superior ocupa grande parte do documento supracitado, através do qual é possível perceber a CNI trabalhando hegemonicamente para promover o crescimento econômico no país, apoiando e estimulando o empreendedorismo (RODRIGUES, 2007).

A CNI, segundo Rodrigues (2007), vem trabalhando, a partir das orientações de cada período histórico do capitalismo, para ser o lugar de construção do futuro do país por meio de suas instituições, cujo pilar é a educação para uma permanente manutenção do capital. A Confederação, em apoio à reforma do ensino superior, tem como objetivo que as IES exerçam um papel estratégico para o desenvolvimento do setor produtivo educacional, relacionando o mundo do trabalho com a sociedade.

Hegemonicamente, a CNI já desenvolve esse objetivo de geração de conhecimento e sistema produtivo ao implementar sua rede de Ensino de Empreendedorismo. Fazendo usufruto de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento tecnológico, a confederação vem conseguindo concretizar a noção de empreendedorismo para a sustentação hegemônica do capital.

A CNI considera seus empresários industriais como “formadores de opinião” para o setor educacional. E, entre as várias propostas destinadas ao debate sobre a reforma do ensino

²⁹ Rodrigues (2007) trata da Reforma Universitária do Governo de Lula da Silva.

superior, estavam: a venda dos resultados de pesquisas feitas dentro da universidade para as empresas interessadas; a universalização do acesso à educação superior com qualidade, com o objetivo de expandir de 9% a 30% da população em idade universitária - para isso, há uma proposta de expansão de cursos de curta duração para ajudar a alcançar os resultados esperados; e a proposta de cursos a distância na educação superior (CNI, 2007).

É importante ressaltar que, até o ano de 2006, o polo do empresariado industrial, que é de extração burguesa industrial, era o que estava no bloco de poder. “Gramsci pensa o poder como uma relação social” (CHAVES, 1997, p. 46), e essa relação social acontece com a CNI desempenhando suas funções na sociedade.

Para Poulantzas (1985, p. 168, *apud* CHAVES, 1997, p. 47), poder é “a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma, ou de determinadas classes sociais em conquistar seus interesses específicos”. Os interesses desse bloco de poder hegemônico são fortalecidos pelos empresários da indústria, os intelectuais da área. Gramsci resalta que o extrato dos intelectuais foi modificado com o desenvolvimento do capitalismo (GRAMSCI, 2001).

A CNI possuía seu objetivo voltado para o capital industrial. Por esse motivo, suas proposições estavam no sentido da subsunção da educação superior às urgências do processo produtivo, para a expansão de profissionais graduados em favorecimento do capital industrial. Sendo assim, a demanda prioritária era a de mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007). Para o autor, existem duas formas de o capital compreender a educação escolar:

[...] educação-mercadoria e mercadoria-educação. Cada uma dessas perspectivas se liga diretamente à forma como o capital busca a autovalorização e cada uma delas é face da mesma moeda, ou seja, são formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana. (RODRIGUES, 2007, p. 5)

Foi no período do regime civil-empresarial-militar no Brasil (1964-1985) que se constatou um estímulo à mercantilização da educação com a sua popularização como um produto de consumo e não como um bem público (SANTOS, 2017). A educação, como afirmam Frigotto (2011) e Chaves (2010), tornou-se um serviço mercantil com perspectiva de lucro. É esta que Rodrigues (2007) denomina educação-mercadoria, a qual está centrada na venda de serviços educacionais, na medida em que as instituições privadas intensificam o processo de mercantilização da educação superior.

As IES privado-mercantis têm seus objetivos voltados para o lucro a que tal concepção de educação encaminha. Fortalecendo esse processo de educação com visão de mercadoria, têm-se as lideranças formadas por associações, principalmente pela ABMES, com o escopo

da consolidação dessa concepção no setor educacional (SANTOS, 2017). Corroborando, Santos, Guimarães-Iosif e Chaves (2013) afirmam que foi por meio da criação de oligopólios³⁰ da educação superior que o processo de mercantilização efetuou uma nova configuração.

Com isso, os empresários voltam suas ações ao ensino e são denominados por Rodrigues (2007) como “a nova burguesia de serviços educacionais³¹”, com forte atuação na educação superior. Segundo o autor, o desempenho dessa fração de classe burguesa está fortemente embrenhada nos âmbitos econômico, social e político do Brasil.

Martins (2007), com sua tese de uma nova pedagogia da hegemonia, alerta-nos acerca de um intenso movimento do capital para produzir uma nova educação política com vistas a consolidar um padrão de sociabilidade em consonância às necessidades do capitalismo contemporâneo. Com isso, um novo bloco de empresários no poder³² foi construído, chamado pelo autor de “direita para o social” e “esquerda para o capital”, e passou a atuar diretamente com intervenções nas questões sociais.

Assim, as políticas de Estado como ProUni e Fies, que têm esse “chamariz” para as expressões da questão social, são o próprio “verniz” da educação superior. Elas não têm a função de atuar na gestão, mas são difundidas como grandes instrumentos de democratização de acesso ao ensino superior. O fortalecimento que esses programas oportunizaram ao setor privado é notório juntamente à mercantilização da educação, principalmente no que diz respeito ao período do governo Lula da Silva (AGUIAR, 2016).

No governo de Lula da Silva, a taxa de matrícula passou para cerca de 6,3 milhões em 2010, destacando a expansão do ensino superior desde FHC, que iniciou seu mandato com cerca de 1,7 milhão de matrículas em 1995 (AGUIAR, 2016).

O ProUni é uma política criada no governo de Lula (2003-2010) que libera às IES privadas, com e sem fins lucrativos, isenção fiscal para aceitar alunos como bolsistas integrais e parciais. Em contrapartida, para que o aluno concorra a alguma dessas bolsas, é necessário que ele tenha alcançado a média de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

³⁰ Situação de mercado em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2019).

³¹ José Rodrigues buscou o conceito de “nova burguesia de serviços” em Boito Junior (1999).

³² Nicos Poulantaz, no livro *Poder político e classes sociais* (1977), apoia-se nos textos de Marx (1986 e 2002) para destacar que “bloco no poder” pode ser explicado por meio de três elementos. Ao final do destaque, o autor define “bloco no poder” como um elemento contraditório entre as muitas frações de classes hegemônicas e as relações com o Estado capitalista. A unificação dos segmentos das classes dominantes para o alcance de objetivos políticos.

e que a renda familiar, por pessoa, seja de até três salários mínimos, entre outras condições (BRASIL, 2005).

De acordo com os dados levantados no documento “Balanço do governo 2003-2010” (BRASIL, 2010), no ano de 2005, havia 95.608 bolsas ProUni ocupadas, ao passo que, em 2010 (final do mandato de Lula), havia 748.788 estudantes beneficiados com essas bolsas. No ano de 2010, já havia 116 mil estudantes com suas graduações concluídas pelo Programa.

O ProUni, criado como a “ação estatal prioritária do governo Lula”, foi difundido como uma política pública de democratização (CARVALHO, 2006) e como um bem público e social de acesso para as camadas mais pobres ao ensino superior.

Não obstante, ao analisarmos as IES privadas e a atual conjuntura educacional no Brasil, percebemos uma predominância do público sobre o privado orientado por uma política privatista-empresarial que assume nova feição, diferente da fase industrial, a partir da adesão da economia brasileira à era financeirizada, que atinge a qualidade desse ensino e das instituições, o incentivo à privatização da educação, bem como o desfrute do fundo público para a expansão do setor privado, que, hoje, também é mercantilizado. Haja vista a fala de regulação sobre essas empresas educacionais no que tange ao sucesso em abertura de capitais e a fusões e aquisições de grandes grupos, cujo principal escopo é a auferição de lucros aos empresários do ensino.

A partir dessa análise, faremos um destaque para a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), fundada em 1982, e que, a partir do fortalecimento do setor empresarial na educação superior no Brasil, passou a ter mais destaque político. No ano 2000, liderou a construção de uma reunião denominada “Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular”, com o objetivo de reunir forças para a construção de uma entidade do setor educacional privado para o seu fortalecimento naquela conjuntura.

Observamos, na história recente, que a primeira tentativa de criação de uma entidade coletiva de direito privado com vistas a garantir a disputa pelo fortalecimento de interesses das instituições privadas foi o Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação. Este foi criado ainda no ano 2000, após a reunião supracitada no “contexto da atual reforma da educação superior, mais precisamente, em reação ao estabelecimento do ProUni” (RODRIGUES, 2007, p. 60). Seu objetivo era:

defender a qualidade, a autonomia e os direitos da Educação Superior privada e demonstrar a presença e a contribuição das instituições de ensino privadas no cenário educacional brasileiro, na formação de recursos

humanos para a sociedade e [...] à comunidade (EDITORA SEGMENTO, 2000).

O Fórum era composto por mais de 20 entidades representativas do setor, entre elas: “ABMES, ABRUC, ANUP, ANACEU, CONFENEN, CRUB, FEMESP, SEMESP e SIEEESP³³” (EDITORA SEGMENTO, 2000). Seu primeiro desafio, e um dos motivos de sua criação, era elaborar uma proposta alternativa para o anteprojeto de lei da reforma do ensino superior e apresentá-la ao MEC, para, principalmente, barrar a regulamentação da venda de empresas estrangeiras para o capital internacional.

Rodrigues (2007) compreende que o Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação “representa uma solução de compromisso entre as diversas forças econômicas e políticas no campo da venda de educação-mercadoria” (Rodrigues, 2007, p. 128). A mudança de predominância da fração burguesa industrial para a fração burguesa de serviços educacionais, representada pelo FERESP, é o empresariado do ensino expondo justamente os conflitos que existem historicamente no Brasil, no que tange ao ensino superior.

A nova fração da burguesia, que são os empresários de ensino, teve seu favorecimento “pela posição estratégica que ocupa na política neoliberal, posto que é herdeira direta da destruição dos serviços públicos, promovida principalmente pelas políticas neoliberais” (RODRIGUES, 2007, p. 127).

Um documento de manifestação pública desse Fórum foi “Considerações e recomendações sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei da reforma da educação” (ABMES, 2005). Nesse documento, o Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação destaca a forma como o Poder Executivo deveria proceder à reforma do ensino superior:

O Fórum entende que se deveria preliminarmente alterar o capítulo da Lei de Diretrizes e Bases sobre a educação superior. Em seguida, dever-se-ia aprovar a “lei orgânica ou estatuto” das instituições federais de educação, que tratasse de aspectos relacionados à autonomia, ao financiamento e à gestão. Em terceiro lugar, o governo deveria aprovar uma lei que estabelecesse um novo “marco regulatório” das relações entre Poder Público Federal e as IES privadas. (RODRIGUES, 2007, p. 65)

³³ Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC); Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU); Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Federação das Entidades Mantenedoras de Ensino no Município de São Paulo (FEMESP); Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP); Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (SIEEESP).

Além das indicações de como o Poder Executivo deveria proceder, os empresários orientam, por meio de sugestões, sobre como a reforma poderia contribuir para: “melhoria da qualidade; autonomia [...] ingresso do capital estrangeiro no negócio da educação-mercadoria” (RODRIGUES, 2007, p. 66) etc. O destaque aqui feito é para a questão do capital estrangeiro inserido no ensino do Brasil, para o quanto esse fato induz à reforma do ensino superior, mostrando sua facilidade de interferência junto ao Poder Executivo.

O Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação teve seu tempo de duração somente no decorrer do processo de formulações da reforma do ensino superior. Alcançados os objetivos desse Fórum e com as políticas educacionais em “movimento”, houve a necessidade de o empresariado no Brasil se (re)articular para seguir o percurso da educação.

Acontece que uma nova reestruturação do capital ocorria: a financeirização do ensino superior e os incentivos governamentais por meio de ProUni e FIES, o fortalecimento do setor privado-mercantil, com a abertura de capital, intensificaram a expansão do setor. Por esse motivo, Rodrigues (2007) expõe sobre a (re)articulação do empresariado brasileiro para seguir a lógica da fração burguesa em destaque no momento, o capital financeiro.

Isto posto, o que podemos observar é que, no mesmo período, nascia o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, com o seu intuito de fortalecimento do setor privado, com destaque feito ao ensino superior, principalmente no que diz respeito ao privado-mercantil. A fração burguesa que se destacou foi a de extração financeira, haja vista que o movimento que ocorria no ensino era justamente o de acompanhamento das mudanças de bloco no poder.

Com a intensificação do processo de financeirização na educação, os empresários do ensino seguiram essa lógica mercantil e potencializaram esse modelo nas instituições. O bloco de poder que estava posto no momento – e que permanece até hoje – precisou acompanhar a evolução do capital financeiro que se intensificava no Brasil.

Segundo Poulantzas (1985, p. 168, *apud* CHAVES, 1997, p. 48), o “poder de uma classe é definido de acordo com o lugar objetivo que ela ocupa nas relações econômicas, políticas e ideológicas”. E são os intelectuais do FERESP os que direcionam politicamente e ideologicamente o novo bloco de poder.

Um novo bloco histórico – no campo educacional - começou com a evolução dos empresários do ensino. Gramsci compreende bloco histórico como um conceito dialético que seria a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2007. p. 26).

O bloco histórico é concreto, é constituído pela estrutura e pela superestrutura, de maneira que a estrutura é o modo de produção e a superestrutura é a sociedade civil (igreja, escola, sindicatos etc.) e a sociedade política (militares, forças armadas, tribunais etc.). E foi nesse seio que os intelectuais representaram esse bloco histórico. É conveniente ressaltar que um bloco histórico não pode existir sem uma classe hegemônica, no caso, a burguesia, com os empresários do ensino de fração financeira representando essa fração burguesa dominante. Foram seus intelectuais que deram direcionamento ao bloco histórico.

A análise feita acerca do desenvolvimento do empresariado, sendo ele industrial ou de serviços de ensino, no Brasil, é parte da estratégia do próprio capitalismo para manter seu padrão de lucratividade, alterando a relação do Estado com o seu fundo público. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, os atores hegemônicos passaram a ter uma relação com o modo como a economia capitalista estava organizada.

Assim sendo, cada pacto social brasileiro é orientado por um modo de organização da economia capitalista em específico. E os grupos empresariais se articularam em favor dessas novas demandas políticas, sociais e culturais no âmbito da educação.

Até aqui, estudamos o histórico do empresariado brasileiro e como esse empresariado teve que se modificar conforme o capitalismo foi se reestruturando. Estudamos também o papel do FERESP como o grande aliado da fração burguesa que está no poder agora, os seus objetivos e os meios que usa para alcançá-los.

No capítulo seguinte, teremos como objetivo analisar a atuação do FERESP no âmbito do Parlamento, do MEC e do Congresso Nacional. Isso será feito por meio de documentos extraídos do próprio site da entidade estudada. Tais documentos são proposições delimitadas e fruto de reuniões e organizações dos membros que compõe o Fórum e agem organicamente no setor educacional privado-mercantil.

2 A ATUAÇÃO DO FERESP NOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Desde sua criação, em 2008, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular tem desenvolvido ações pautadas na defesa dos legítimos interesses do setor e formulado propostas para assegurar o direito da livre iniciativa tendo como referências os princípios da qualificação da educação ofertada. (FERESP, 2016, p. 9)

O Fórum acompanha ativamente no Congresso Nacional as discussões e deliberações de interesse para o setor, apresentando propostas legislativas, indicando profissionais para as audiências públicas e seminários que são realizados tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, bem como articulando a inserção de medidas de interesse do segmento particular de ensino superior na legislação em debate e na sua aprovação, quando for o caso. (FERESP, 2016, p. 47)

Os excertos acima foram extraídos de um dos documentos mais reveladores do FERESP – *Oito anos trabalhando pela educação brasileira* (FERESP, 2016) – no que tange à exposição da forma de atuação desse intelectual, haja vista a quantidade de informações e detalhamentos de suas principais atividades e na divulgação dos nomes daqueles que atuam em parceria com o Fórum.

Os dois parágrafos retirados do documento dizem respeito às ações que são pautadas na defesa dos interesses privatistas do FERESP e também ressaltam o acompanhamento e a forma de atuação do Fórum nas questões relacionadas à educação superior e às suas legislações. O acompanhamento da entidade junto ao Congresso Nacional acontece de forma articulada para que haja condições de, efetivamente, estar orgânico dentro dos espaços públicos de decisões legislativas.

Vale destacar que, o Fórum indica nomes para participar de audiências públicas tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. E para que estejam “atentos” às medidas que são de interesse do segmento privatista de ensino superior, para que votem a favor delas, quando for o caso e quando estiverem em conformidade com o que eles entendem ser de relevância aos seus interesses. Ou seja, o FERESP formula políticas públicas orientadas por uma concepção própria de educação superior e trabalha tais formulações junto ao legislativo para que este vote e aprove suas escolhas, legitimando, assim, sua influência social.

Nessa perspectiva, o capítulo propõe-se a identificar e analisar a forma de atuação e articulação do FERESP no âmbito do Congresso Nacional e do MEC em busca do seu maior objetivo dentro do atual sistema capitalista, que é o fortalecimento do setor privado-mercantil.

2.1 A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA DO FERESP E SUA ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO PARLAMENTO E DO MEC

Neste tópico, iremos analisar como vem ocorrendo atualmente a intrínseca relação entre o público e o privado na educação superior, que favorece a mercantilização da educação em que os sujeitos envolvidos transitam nas duas esferas, para que seus interesses mercantis sejam assegurados.

Sguissardi (2008) destaca que o privado-mercantil marca o interesse das IES em ganhar dinheiro com o serviço ofertado indo ao encontro do mundo dos negócios. O que ocorreria um pouco diferente das instituições privadas que mantinham um negócio familiar, ofertando ensino e cobrando por isso. Mas o lucro não estava acima de todas as ações da instituição, e essa mudança de paradigma marca as IES como empresas educacionais.

As articulações dos empresários do setor privado-mercantil estão cada vez mais refinadas para alcançar seus propósitos. Apresentam novas formas para velhas questões como a desresponsabilização do Estado com sua obrigação de ofertar educação pública de qualidade e a transferência dessa obrigação para a iniciativa privada que, segundo o discurso oficial, tem as melhores estratégias e condições para obter resultados numéricos satisfatórios.

Dito de outra maneira, as virtudes do setor privado podem chegar aonde o Estado não chega. Portanto, a redefinição do papel do Estado ocorre especialmente na execução e na condução das políticas educacionais à medida que o Estado, ao ofertar a educação básica, repassa a execução e consecução da educação para o setor privado mercantil. (CAETANO; PERONI, 2015, p. 92-93)

Como já frisado no primeiro capítulo desta dissertação, o Estado brasileiro passou por reformas desde os anos 1900 para redefinir seu papel como agente regulador de serviços e não mais provedor deles. Isto porque tal tarefa, agora, no atual estágio capitalista, está, gradualmente, sendo transferida para o setor privado.

As parcerias público-privadas na educação só vêm se intensificando a cada ano. E, em geral, a forma como elas são estabelecidas mostra que há uma rede de sujeitos envolvidos para beneficiar o setor privado. Porque os empresários têm um propósito definido e, agora, há também profissionais renomados do setor público, como professores universitários, que estão a serviço de empresas privadas (VALE, 2017).

Exemplo disso é Mozart Neves Ramos, demonstrando que “esses especialistas/consultores ora estão no Estado, ora no mercado, influenciando a elaboração, a direção e a consecução das políticas educacionais” (CAETANO; PERONI, 2015, p. 103). Mozart Neves Ramos é formado e pós-graduado em Engenharia Química pela Universidade

Federal de Pernambuco (UFPE), já foi secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006), reitor da UFPE entre 1996 e 1999, e entre 2000 e 2003. Foi presidente executivo do Todos Pela Educação (2007-2010) e, atualmente, é diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Sena. É autor de vários livros na área da Educação, é professor da UFPE desde 1977 e foi membro do Conselho Nacional de Educação (2005-2014) (PLATAFORMA LATTES, 2019).

Notamos a participação de Mozart nos espaços públicos e como chefia nos espaços privados. Como um dos maiores articuladores da (re)categorização do público e do privado, o professor é considerado? um grande intelectual do meio acadêmico, no entanto, suas ações seguem no sentido da “privatização do público”, que, conforme Chaves (2005, p. 2) “acontece quando a esfera privada ocupa o espaço público e os interesses privados se sobrepõem aos da coletividade”.

Desde 2008, são notórias a ascensão do empresariado do ensino por meio da hegemonia do setor privado-mercantil e a criação de instâncias articuladoras de interesses privatistas que buscam o fortalecimento de suas estratégias. No entanto, sabemos que isso é pouco diante dos interesses empresariais para a educação superior.

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, muito bem articulado, constrói sua agenda de políticas públicas para o ensino superior no país por meio de demandas provenientes, principalmente, dos grandes empresários do ensino, que são os mesmos que constroem sua base. É importante analisar a atuação do Fórum porque é por meio dessa forma de atuação que observamos como essa agenda de demandas políticas para o ensino superior é construída e conquistada por diversas vezes.

Segundo Gramsci (2001), para que uma classe se torne dominante e chegue ao poder, ela necessita de persuasão, ou seja, essa classe precisa convencer com suas ideias. E é justamente nesse sentido que o Fórum atua: são construídos consensos entre as entidades que o compõem, por meio de suas articulações, com vistas a criar condições favoráveis à expansão do setor privado-mercantil e a conquistar a hegemonia do setor. Gramsci (1988, p. 33) entende que “[...] hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso [...]”.

A forma de atuação desse intelectual coletivo é de suma importância dentro da análise que estamos fazendo nesta dissertação. Para tanto, detalhamos a forma de atuação do Fórum dentro dos espaços públicos de deliberações das políticas públicas educacionais para o ensino superior no Brasil. Dividimos por ano as formas de atuação, e essas informações foram

retiradas do documento denominado *Oito anos trabalhando pela educação brasileira* (FERESP, 2016).

Nesse primeiro quadro, temos a atuação do FERESP no ano de sua criação, uma atuação ainda pouco constante.

QUADRO 2 – FERESP: Atuação em 2008

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2008	
- Encaminhamento de documentos para o diretor de Supervisão e Regulação de Educação Superior do MEC, Dirceu do Nascimento, com propostas para aprimoramento do e-MEC e para capacitação de PIs.	08/05/2008
- Reunião com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Reynaldo Fernandes, na sede da Anup, para tratar dos indicadores provisórios Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC). - Reunião com o Secretário de Educação, Ronaldo Mota: Exposição de Reynaldo Fernandes, Presidente do Inep, acerca de “apresentação do conceito preliminar de curso”.	30/07/2008
- Reunião com o presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, na sede da ABMES. - Reunião com o Secretário de Educação Superior, Ronaldo Mota, na Sesu/MEC.	02/09/2008

Fonte: FERESP (2016). Elaboração da autora.

Notemos, a partir do quadro, que o FERESP, ainda suavemente, deteve seus objetivos, nesse primeiro ano, voltados à ampliação de sua atuação no espaço público de debate acerca das legislações educacionais. O Fórum tratou, principalmente, de assuntos que envolvessem a regulação do ensino superior brasileiro.

E já nesse primeiro ano de atuação a entidade participou de reuniões no âmbito do MEC para uma aproximação com seus dirigentes. Alguns documentos com propostas de aprimoramento do e-MEC, que é um sistema eletrônico dos processos que regulam a educação superior, foram encaminhados no sentido de conquistar seu espaço nesse meio.

As primeiras aproximações aconteceram com o diretor de Supervisão e Regulação de Educação Superior do MEC na ocasião, Dirceu do Nascimento, e com Reynaldo Fernandes, que foi presidente do Inep no período de 2005 a 2009. Fernandes é professor titular de Economia da Universidade de São Paulo (USP), na cidade de Ribeirão Preto. Antes de ocupar a presidência do Inep, Reynaldo era o presidente da Escola de Administração Fazendária (ESAF), do Ministério da Fazenda (INEP, 2005). O primeiro contato também aconteceu com quem, à época, era secretário de Educação Superior do MEC: Ronaldo Mota.

Nota-se que a aproximação junto a esse intelectual ocorreu com os principais sujeitos do âmbito educacional da educação superior. Identifica-se também que essas reuniões não

ocorreram apenas no local público, mas nas sedes das entidades mantenedoras do ensino privado superior.

No quadro 2, veremos a atuação mais profícua do FERESP no ano de 2009, já com maior acesso aos espaços estatais, e dos órgãos deliberativos para a educação superior, dando encaminhamento de propostas ao Congresso Nacional e ao MEC. Ele atuou na criação da Frente Parlamentar de apoio ao ensino superior, que passou a operar alterações significativas na relação do poder público com o setor privado de educação superior.

QUADRO 3 – FERESP: Atuação em 2009

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2009	
- Atuação decisiva na criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior, com a participação de 214 parlamentares (senadores e deputados), tornando um espaço de debate no Congresso Nacional sobre as reivindicações do setor privado e como canal de encaminhamento de propostas legítimas. - Reunião entre os dirigentes do Fórum e a Frente Parlamentar para tratar dos seguintes assuntos: Avaliação; Instrumentos de regulação; Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); Financiamento de alunos; Financiamento de IES via BNDES; PL 341/2003; Capital Estrangeiro e Instrumentos de avaliação. - Reuniões mensais, seguidas de jantar, com a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior (representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal) com o objetivo de encaminhar propostas e levar ao Congresso Nacional os anseios do setor. - Participação em reuniões com as Comissões de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	2009
- Encaminhamento de pleito ao BNDES visando à criação de um programa de financiamento para o desenvolvimento do ensino superior privado e em investimentos e financiamento a alunos para custeio dos estudos superiores.	15/01/2009
- Reunião com o Senador Sérgio Zambiasi e com o Deputado João Matos para integração do Senado e da Câmara dos Deputados com a Frente Parlamentar.	10/02/2009
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e o MEC para solicitar revisão do Processo de Avaliação/Regulação. - Reunião entre os dirigentes do Fórum e a Frente Parlamentar para dar conhecimento às ações em andamento com o MEC e encaminhamento à Presidência da República: Revisão do Processo de Avaliação; Financiamento do BNDES; Financiamento Estudantil; Agenda Propositiva.	31/03/2009
- Apresentação no Senado Federal da representatividade do setor privado de ensino superior no Brasil.	Abril/2009
- Reunião com os representantes da Frente Parlamentar no Senado Federal: Financiamento estudantil; Financiamento para IES junto ao BNDES; Assuntos Gerais.	05/05/2009
- Reunião do Fórum na sede da Anup: Resultados e providências decorrentes da reunião com o Ministro José Múcio, do Tribunal de Contas da União, inclusive audiência com o Presidente Lula; Resultado da reunião com o Secretário Executivo do MEC, Henrique Paim, sobre BNDES; Presença do Ministro José Mucio no jantar após a reunião da Frente Parlamentar; Comentários sobre os tópicos da reunião com a Frente Parlamentar – Câmara e Senado.	02/06/2009

- Reunião com o Ministro Fernando Haddad para entrega do documento sobre distorções do Instrumento de Avaliação e problemas de relacionamento com o MEC.	01/07/2009
- Reunião com os representantes da Frente Parlamentar no Senado Federal.	05/08/2009
- Reunião na sede da Anup com os representantes da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados.	01/09/2009
- Reunião com os representantes da Frente Parlamentar no Senado Federal.	02/09/2009
- Encaminhamento de documento ao Ministro Fernando Haddad com Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior – Programa IES.	14/09/2009
- Reunião do Fórum na sede da Anup: Subsídios ao PNE 2011/2020 a serem apresentados e discutidos na reunião da Frente Parlamentar. - Reunião na sede da Anup com os representantes da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.	06/10/2009
- Encaminhamento de documento ao Ministro Haddad com solicitações de ajuste no programa de financiamento IES/BNDES. - Reunião na sede da Anup com os representantes da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e Senado Federal.	08/12/2009

Fonte: FERESP (2016). Elaborado pela autora.

No ano de 2009, percebemos que o FERESP organizou suas ações com vistas a estreitar sua relação junto ao Congresso Nacional, sobretudo por meio de propostas, pressões e acompanhamentos de processos no âmbito legislativo. Nesse ano, os diálogos com aqueles que estavam nas casas legislativas foram intensos, já na condição de uma instituição que coloca em movimento os interesses do setor privatista, conseguindo cumprir o que já colocava como objetivo desde seu primeiro ano de atuação.

A saber, esse objetivo era o de construir o seu espaço e, assim, também o da categoria a qual representava nas tomadas de decisões sobre as disputas na agenda pública, inclusive fazendo oposição à pressão dos sindicatos e entidades da classe trabalhadora que, diante da expansão privada-mercantil, pressionavam o Congresso e o MEC no sentido da regulação do setor. Sua influência nas políticas do ensino superior, por exemplo, o Fies, já estava materializada, pois o MEC, na figura de Fernando Haddad, já realizava uma política de escuta junto ao Fórum, tal como identificado nas negociações de julho, setembro e dezembro daquele ano.

No próximo quadro, de número 4, temos a apresentação das ações do Fórum no ano de 2010. E podemos notar que, após o período de consolidação da atuação do FERESP junto ao poder público que rege as legislações educacionais do ensino superior, a agenda desse ano encaminhou ações, principalmente sobre a consolidação da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Sob o Título “Lobby privatista cria Frente Parlamentar em

Defesa do Ensino Superior”, a CONTEE publicou, em 11 de fevereiro de 2007, um editorial que chamava a atenção para a criação dessa Frente:

Alerta de perigo no Congresso Nacional. Preocupado com a pressão popular feita por trabalhadores, entidades de Educação e estudantes, que reivindicam e alertam para a necessidade de regulamentação do setor privado de ensino superior no Brasil, o lobby privatista expõe suas garras. Uma prova disso foi dada nesta terça-feira, 18/12, na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a instalação da chamada “Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior”. Segundo informações divulgadas no site do sindicato patronal, a iniciativa de formação da Frente é do próprio SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, em parceria com a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, a Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU, a Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, a Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas – ABRAFI, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN e com deputados e senadores. (CONTEE, 2007)

Notemos, a partir do quadro 4, que as conversas com o legislativo se intensificaram no ano de 2010, a fim de fortalecer a atuação do FERESP nas políticas do ensino superior. Destacamos também o acompanhamento das respostas do MEC por parte do Fórum, que foram iniciadas no ano anterior.

QUADRO 4 – FERESP: Atuação em 2010

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2010	
- Proposição da “Agenda Colaborativa”, documento referência para o diálogo com o MEC e, mais especificamente, para orientar as reuniões mensais com a Sesi e com o Inep.	2010
- Encaminhamento de documento ao Ministro Haddad para inclusão do Fórum na relação de entidades que indicam nomes para composição da Câmara de Educação Superior (CNE).	08/02/2010
- Reunião na sede da Anup com os representantes da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e Senado Federal.	04/05/2010
- Reunião do Fórum na sede da Anup: Avaliação dos resultados da negociação com o Ministro. - Reunião na sede da Anup com os representantes da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e Senado Federal.	08/05/2010
- Reunião com representantes da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e Senado Federal.	13/07/2010
- Reunião na sede da Anup com os representantes da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e Senado.	03/08/2010
- Reunião do Fórum na sede da ABMES: Análise da reunião com o Ministro da Educação; Definição do trabalho técnico a ser apresentado para dar sustentação ao reestudo da avaliação; Estratégia para a Frente Parlamentar em 2011.	09/11/2010

- Reunião do Fórum na sede da ABMES: Frente Parlamentar: tomada de decisão sobre a continuidade das reuniões e formato de articulação com os parlamentares a partir de 2011; Trabalhos realizados em 2010: equívocos e acertos.	10/11/2010
- Reunião com o Presidente da Frente Parlamentar, Deputado João Matos , sobre a continuidade do relacionamento e parceria com o Fórum - Reunião do Fórum na sede da Anup: Trabalho Claudio de Moura Castro e Simon Schwartzman.	07/12/2010

Fonte: FERESP (2016). Elaborado pela autora.

Nesse ano, o FERESP fortaleceu sua relação com o então Deputado João Matos (PMDB-SC), que era o presidente da Frente Parlamentar em Apoio ao Ensino Superior. Destacamos o fato de que as reuniões dessa Frente Parlamentar, além de serem constantes, eram realizadas nas sedes das entidades que compõem o Fórum, para articular e unir propósitos, e na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O Fórum chegava ao Congresso Nacional com as decisões que já haviam sido tomadas nas sedes das entidades representativas do segmento privado, para, após isso, deliberar sobre as ações dentro do Parlamento. Comprovando a forma preparada e planejada do setor privado juntamente com o segmento público.

Notamos, ainda, tal como exposto no quadro de ações, que a base filosófica da estruturação da agenda da Frente ficou a cargo de intelectuais que compõem o antigo NUPES³⁴, como Simon Schwartzman e Cláudio Moura Castro.

A atuação do Fórum no ano de 2011, exposto no quadro 5, apresenta uma entidade com ações mais contundentes, sobretudo nas políticas que envolvem o Financiamento Estudantil.

QUADRO 5 – FERESP: Atuação em 2011

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2011	
- Participação na Conae 2011 – Conferência Nacional de Educação. - Várias reuniões do Comitê Político do Fórum com o Relator Deputado Angelo Vanhoni com o objetivo de aprimorar o Plano. - Atuação no Congresso Nacional: • 27 de abril – reunião com o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, na qual foi solicitada a instalação da Comissão Especial sobre o Projeto de Lei nº 1.476, de 2007, que trata das bolsas de estudo para funcionários de IES e seus respectivos dependentes; • 27 de maio – Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, cumpre sua promessa e instala a Comissão Especial; • 15 de junho – por indicação do Fórum, Celso Frauches participa do seminário na Comissão de Educação do Senado sobre o tema “Ensino	2011

³⁴ Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Para Maiores informações, ver a Dissertação de Mestrado intitulada *NUPES: protagonista da Política para a Educação Superior Brasileira?* (1989-2005) (KATO, 2008).

Superior e Pós-Graduação”; 05 de outubro – na Câmara dos Deputados, o Professor Antônio Carbonari Netto representa o Fórum na Audiência Pública promovida pela Comissão Especial que debate o PNE 2011-2020 (PL 8.032/2010).	
- Participação em reunião com o Ministro Haddad com objetivo de trabalhar expansão estratégica do ensino superior brasileiro. - Constituição de Grupo de Trabalho MEC/Fórum- Fies/ProUni; - Assinatura das Resoluções 002, 003 e 004 constituindo as comissões do Fórum de natureza Política, Jurídica e de Comunicação. - Criação de Grupo de Trabalho MEC/Fórum sobre ProUni; - Levar em consideração a renda e não a origem do aluno (rede pública ou particular), permitindo também pós-graduação (<i>lato e stricto sensu</i>).	08/02/2011
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e MEC: Liberação do Fies para a EAD; - Solicitação do Enem como exigência para ingressar no Fies somente a partir de 2011; - Relação das IES por CNPJ, Matriz e Filiais.	17/02/2011
- Reunião do Fórum na sede da ABMES: - Prévia da reunião com o Secretário da Sesu/MEC. - Reunião entre os dirigentes do Fórum e MEC: - Proposição de composição de sub Comissões com interlocutores do MEC e do Fórum para tratar dos diversos assuntos de interesse do setor; - Apresentação de propostas por meio da Agenda Colaborativa.	02/03/2011
- Reuniões mensais estratégicas com os Secretários Luiz Cláudio Costa e Luís Fernando Massonetto, para estreitar parceria e discutir assuntos pertinentes ao ensino superior brasileiro. - Reunião entre os dirigentes do Fórum e MEC: - Tramitação de processos; - Credenciamento e credenciamento institucional presencial ou a distância; - Autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de graduação, tecnológicos e sequenciais, bacharelados ou licenciaturas. — presenciais ou a distância; - Deliberação sobre aprovação inicial de estatuto de universidade e de centro universitário e de regimento de instituições não universitárias; - Alteração estatutária ou regimental: delegação de competência do CNE à secretaria competente.	10/03/2011
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e MEC: - Ampliar de 12 para 36 meses prazo de caducidade do ato autorizativo, para iniciar o funcionamento do curso recém-autorizado. Decreto 5773/2006, art. 68; - Art. 11-A- §3º da Portaria 40/2007 – Suprimir norma que permite arquivamento sumário de pedidos de autorização de cursos de IES que tenham menos de 50% de cursos reconhecidos.	31/03/2011
- Reunião com o Secretário da Sesu/MEC, Luiz Cláudio Costa: - Posicionamento sobre as demandas emergenciais do Fies encaminhadas em 24 de março; - Agenda Colaborativa.	06/04/2011

- Contratação de projeto “10 milhões de estudantes na educação superior” junto à CM Consultoria e entrega ao Ministro Fernando Haddad.	Maio/2011
Reunião com o secretário da Sesu/MEC, Luiz Cláudio Costa, onde foi dado encaminhamento das seguintes demandas: ▪ <u>Aditamento dos Atos</u> Possibilidade de o Fórum analisar as minutas de eventuais publicações que venham a alterar os dispositivos citados, antes de seu encaminhamento ao Diário Oficial da União.	01/06/2011
- Reunião com os Secretários Luiz Cláudio Costa e Luiz Fernando Massonetto na Sesu/MEC: ▪ Abertura do processo de crédito estudantil (Fies) para que o aluno concluinte do ensino médio possa fazer sua pré-inscrição com o objetivo de aprovação antecipada do crédito; ▪ Paridade de representação junto aos órgãos colegiados e possibilidade de indicação de nomes para ocupação de vagas: Conaes, CTAA- Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação e CNE. ▪ Estudo para viabilizar a diminuição da nota de corte do ProUni e o aumento da renda per capita em consonância com o aumento do poder aquisitivo das classes C e D para 2 salários mínimos nos casos de bolsa integral (100%) e de 4 salários mínimos nos casos de bolsa parcial (50%) com o objetivo de aumentar a taxa de ocupação no programa.	05/07/2011
Reunião com o Secretário Luiz Massonetto , para tratar de normas regulatórias, em especial a regra prevista no art. 11-A, § 3º, da Portaria 40/2007, que obsta a autorização de novos cursos, tendo em vista o número de cursos reconhecidos.	06/07/2011
- Entrega do Sumário Executivo do projeto “10 milhões de alunos” ao secretário da Sesu, Luiz Cláudio Costa.	11/08/2011
- Participação em seminário “A Educação Superior no Contexto do Plano Nacional de Educação 2011/2020” promovido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.	31/08/2011
- Reunião dos dirigentes do Fórum – Sede da ABMES: ▪ GT para o novo marco regulatório para o ensino superior; ▪ Indicação de nomes para a CTAA e CNE; ▪ Audiência Pública para debater Regulamentação do Ensino Privado, com representantes do MEC, União Nacional dos Estudantes (UNE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e do Fórum, no dia 5 de outubro; ▪ Aprovação na Comissão de Educação do Senado do PLS 518/2009 sobre a transferência do ensino superior do MEC para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).	04/10/2011

Fonte: FERESP (2016). Elaborado pela autora.

As diversas reuniões que o FERESP teve com Fernando Haddad (ministro da Educação entre 2005-2012), durante os governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e os documentos encaminhados parecem ter feito com que o Fórum conseguisse que uma autoridade maior, no que diz respeito à educação no Brasil, participasse

de seu congresso em Salvador (2011) e discursasse em favor do setor privado de educação superior no país.

O ministro, à época, destacou que uma das metas do PNE era chegar a 10 milhões de estudantes no ensino superior até o ano de 2020. Para isso, ele não descartou a colaboração do setor privado, pelo contrário, destacou a intenção de reunir esforços para se chegar ao objetivo e disse: “não alcançaremos a meta apenas com o esforço estatal. Mas se somarmos os esforços, incluindo o setor particular, nós vamos conseguir atingir essa meta” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

O Congresso também contou com a participação do então Deputado Federal Gastão Vieira, do PMDB do Maranhão, que falou em favor de uma parceria com o setor privado em busca de fortalecer os financiamentos estudantis. Em seu discurso, destacou que vê “otimismo por parte do governo. Com a afirmação de que podem aumentar o acesso ao FIES, ProUni ou expansão das universidades, essa meta poderá ser até superada” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Podemos inferir, a partir da análise de relacionamento do setor privado com o público, que as estratégias de expansão para o ensino superior privado-mercantil se davam, prioritariamente, por meio dos financiamentos públicos Fies e ProUni. Embora essas políticas sejam difundidas como mecanismos de acesso das classes “C” e “D” ao ensino superior, sabemos que esse é um dos meios de maior blindagem dessas IES privadas-mercantis. A pressão exercida por meio do FERESP junto aos órgãos do governo demonstra o quanto esse intelectual estava e sempre esteve interessado no fundo público. E uma das pautas que começam a surgir como pressão é relativa ao Fies para o ensino a distância.

Importante destaque que se faz acerca da atuação desse intelectual é sobre o seu contato direto com relatores, ministros e deputados que estão em cargos públicos para defender e alcançar direitos públicos e que, no entanto, estão fechando parcerias e buscando mecanismos de fortalecimento ao setor privado do ensino superior, como no caso do relator Deputado Federal Angelo Vanhoni (2007-2015) e de sua atuação orgânica no Congresso Nacional, com negociações diretas com o Deputado Federal Marco Maia, do Partido dos Trabalhadores (PT), e tendo suas demandas e propostas aparentemente aceitas, como pudemos observar no quadro 5.

Outro ponto importante a ser destacado é a ação orgânica do FERESP nos espaços de deliberações das legislações educacionais sobre o ensino superior do país. O consultor da ABMES, maior entidade que compõe o FERESP, Celso Frauches, que é consultor em

organização, legislação e normas da Educação Superior, participou de seminários dentro do Senado Federal, representando o FERESP (leia-se a fração burguesa do capital).

O quadro de atuação do intelectual também destaca as reuniões mensais estratégicas que ele teve com o então secretário executivo do ministro da Educação, Luiz Cláudio Costa, e com Luís Fernando Massonetto, que era secretário de e Supervisão do MEC, com o objetivo de estreitar parcerias e dialogar acerca de assuntos vistos como importantes para o ensino superior brasileiro.

Como último ponto de análise da atuação do FERESP em 2011, observamos que uma das pautas de suas reuniões era a da aprovação na Comissão de Educação do Senado do Projeto de Lei (PL) 518/2009 (BRASIL, 2009), que diz respeito à transferência do ensino superior do MEC para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Este foi um PL de autoria do Senador Cristovam Buarque, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Essa é uma pauta em grande discussão, pois foi ressuscitada na transição do último governo brasileiro. O atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), antes de assumir seu posto de presidente, fez diversas declarações, e uma delas foi sobre a transferência do ensino superior para o MCTIC. O PL 518/2009 (BRASIL, 2009) foi para o plenário do Senado Federal, no entanto, foi arquivado ao final da legislatura, em 21 de dezembro de 2018 (SENADO FEDERAL, 2018).

No que tange ao quadro 6, podemos observar o FERESP já posto como um intelectual do setor privatista, haja vista a importância que assume no âmbito do Congresso Nacional e do MEC.

QUADRO 6 – FERESP: Atuação em 2012

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2012	
- Reunião dos dirigentes do Fórum – Sede da ABMES: ▪ Avaliação da reunião com o MEC e seus secretários; ▪ Contribuição das entidades que compõem o Fórum para o trabalho em conjunto com o Ministério do Turismo ▪ Indicação de nomes para composição do CNE, CTAA e Conaes; ▪ Reunião com o Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco.	14/02/2012
- Reunião com o Presidente do Inep, Luiz Cláudio Costa: ▪ Cumprimento pela nomeação e continuidade ao diálogo sobre o desenvolvimento do ensino superior; ▪ Demonstrar as principais preocupações do setor em relação ao processo de avaliação e de regulação. - Reunião dos dirigentes do Fórum – Sede da ABMES: ▪ Avaliação da reunião com Luiz Cláudio Costa, Presidente do Inep; ▪ Reunião com Secretário Executivo do MEC, Henrique Paim.	06/03/2012

- Reunião com o Secretário da Sesu/MEC, Amaro Lins: ▪ Cumprimento pela nomeação e continuidade ao diálogo sobre o desenvolvimento do ensino superior; ▪ Demonstrar as principais preocupações do setor em relação ao processo de avaliação e de regulação.	07/03/2012
- Controle do exercício profissional: Trabalho desenvolvido junto ao CNE que resultou em decisão favorável (Ofício CES/CNE 112 de 02 de maio de 2012) e notificações judiciais enviadas a todos os 20 conselhos federais fiscalizadores e reguladores do exercício profissional.	02/05/2012
- Consulta ao CNE questionando sobre a competência dos órgãos fiscalizadores e reguladores de exercício profissional, entre os quais o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), em definir carga horária mínima de curso de educação superior.	07/05/2012
- Reunião dos dirigentes do Fórum – Sede da ABMES: ▪ Resposta do CNE sobre consulta elaborada pelo Fórum questionando a competência dos órgãos fiscalizadores e reguladores de exercício profissional definir carga horária mínima de cursos de educação superior (Confea); ▪ Reunião com Luiz Cláudio sobre o processo de avaliação.	08/05/2012
- Entrega ao Secretário Executivo do MEC, José Henrique Paim, de proposta para alteração da Lei nº 12.688/ 2012, tendo em vista a busca de ajuste na aplicação do instrumento legal com o objetivo da abertura de novo prazo e consequentemente condições mais adequadas à adesão das Entidades mantenedoras ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).	29/05/2012
- Solicitação de inclusão de representação no Fórum Nacional de Educação (FNE).	Junho/2012
- Reunião entre com o Ministro de Educação. - Reunião com o Secretário da Seres, Jorge Araújo Messias. - Reunião com o Secretário da Fazenda Nacional. - Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES.	05/06/2012
- Reunião com o Presidente do Inep, Luiz Cláudio Costa.	06/06/2012
- Participação de representantes do Fórum no Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior – CC-Pares. - Participação de representantes do Fórum em Câmaras Temáticas no âmbito do CC-Pares: ▪ Revisão da Portaria 40; ▪ Marco regulatório EAD; ▪ e-MEC reestruturação do sistema.	24/06/2012
- Negociação com MEC e Congresso Nacional para alterações no PL 4.372 e apresentação de 81 emendas na Câmara tendo por base: ▪ Importância de instituto de porte para prestar serviço à altura das demandas do ensino superior, atualizado para atender o que se requer para o desenvolvimento do país; ▪ Importância de que seja uma política de Estado e não de governo para que as Mantenedoras tenham maior segurança jurídica nas suas relações com o governo; ▪ Importância do setor particular ter o apoio do Ministro para indicações por suas entidades representativas de profissionais para o CNE; ▪ Necessidade de se ter o apoio do Ministro para a nomeação dos indicados pelo setor particular na Conaes; ▪ Compromisso de que o Fórum participará da regulamentação do	08/2012

Insaes.	
- Participação em GT – e-MEC para reestruturação do sistema.	02/08/2012
- Realização inédita de reunião entre representantes do Fórum, Seres e Inep para entregar sugestão e discutir fluxograma do processo de avaliação e regulação do ensino superior.	06/08/2012
- Reunião com o Ministro da Educação: ▪ Resultado da Reunião Fórum e Seres; ▪ Proposta de Desoneração da Folha de Pagamento; ▪ Projeto para Pequenas IES participarem do SIMPLES; ▪ Indicação dos Representantes do Fórum para a CC-Pares; ▪ Pendências no MEC: caminhos e alternativas em curto prazo.	04/09/2012
- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Andamento das negociações no MEC/Seres; ▪ Andamento das negociações no Congresso Nacional; ▪ Mudanças ocorridas nos insumos do CPC e da utilização do IGC pela Seres; ▪ Convite para participar do Fórum Nacional “Políticas e Gestão da Educação Superior no Brasil”, nos dias 29 e 30 de novembro na sede do CNE.	06/11/2012

Fonte: FERESP (2016). Elaborado pela autora.

É possível observar que, no ano de 2012, o Fórum já havia penetrado o grupo de tomada de decisões das políticas públicas para o ensino superior brasileiro, pois o MEC, oficialmente, já o incluía como agente de referência, garantindo sua atuação na supervisão e na avaliação do ensino superior.

Nesse ano, o FERESP continuou com suas reuniões no espaço das entidades deliberativas e nos espaços públicos do Congresso Nacional. Vale destacar uma reunião feita na sede da ABMES com o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco, que foi denunciado por possíveis esquemas de corrupção na Lava-Jato³⁵.

Moreira Franco foi professor de Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Fechou parceria com o novo presidente do Inep, Luiz Cláudio Costa, e estreitou cada vez mais os laços com o secretário executivo do MEC, Henrique Paim, que estava no cargo desde 2006. Paim era o “braço direito” de Fernando Haddad, que também foi ministro da Educação de 2014 a 2015.

No que tange às audiências públicas de que o Fórum participou, salientamos a do dia 14 de março de 2012, “com o Ministro Aloizio Mercadante em reunião conjunta da Comissão

³⁵ “O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019).

Especial do Plano Nacional de Educação com a Comissão de Educação e Cultura” (FERESP, 2016, p. 60) e a do dia 11 de novembro do mesmo ano, para tratar sobre a questão da regulação da educação superior. Esta audiência contou com a participação de Sólon Caldas, diretor executivo da ABMES.

As reuniões tornaram-se constantes com aqueles que deliberam acerca das legislações educacionais. Podemos inferir, por meio dessas informações, que o FERESP já estava orgânico no Congresso Nacional. Com isso, as reuniões passaram a ter o teor de propostas prontas, como a proposta do marco regulatório da EaD e a regulação do ensino superior, que passaram a ser pautas constantes e primordiais ao setor privado-mercantil.

No quadro 7, veremos a atuação do FERESP no ano de 2013, quando já havia conseguido se estabelecer como uma entidade formuladora de políticas públicas educacionais para a educação superior junto ao Estado.

QUADRO 7 – FERESP: Atuação em 2013

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2013	
- Reunião para apresentação de documento ao Secretário Executivo, Henrique Paim , para a não exigibilidade de Certidão Negativa de Débitos (CND) para manutenção no ProUni.	11/01/2013
- Reunião com o Secretário Executivo, Henrique Paim, para apresentação do fluxo Pronatec: Novas Oportunidades.	29/01/2013
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Alinhamento dos objetivos do Fórum.	30/01/2013
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Alinhamento para reunião no MEC; ▪ Indicação de nomes para compor câmaras temáticas CC-Pares. - Reunião com o Secretário da Seres, Jorge Messias: ▪ Abertura de agenda positiva com a Seres; ▪ Liberação da regulação do EAD para apoiar a expansão do ensino superior; ▪ Liberação do Fies para o EAD e para pós-graduação.	18/02/2013
- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Andamento do PL que cria o Insaes; ▪ Reunião com o Ministro Mercadante (Insaes, Pronatec, VI Congresso, OAB, CND, CNE); ▪ Regras entre os Presidentes para a eficiência de relacionamento no Fórum.	10/04/2013
- Apresentação de propostas ao MEC de aprimoramento nos programas ProUni e Proies para possibilitar acesso de novos alunos e permanência de entidades mantenedoras ao ProUni, bem como alteração da Lei nº 12.688 que instituiu o Proies.	29/05/2013
- Reunião com a Setec/MEC para ofertas de cursos tecnológicos pelas IES particulares.	06/2013
- Negociação entre representantes do Fórum e a Seres/MEC para republicação da Instrução Normativa 04/2013.	14/06/2013

- Campanha para participação do setor na Conae 2014.	28/06/2013
- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Reunião com Secretário Paim – Proies e ProUni; ▪ Debate entre os dirigentes sobre as manifestações que podem chegar ao ensino superior.	02/07/2013
- Reunião com o Secretário da Seres/MEC, Jorge Messias.	03/07/2013
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Alternativas para o sistema de avaliação: uma reflexão; ▪ Andamento dos trabalhos no âmbito do CC-Pares; ▪ Câmara Temática – CC-Pares para revisão da Portaria 40; ▪ Câmara Temática – CC-Pares de Política Regulatória do Ensino Jurídico, para propor sugestões à formulação de nova Política Regulatória, revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais e Avaliação do Curso de Direito; ▪ Audiência Pública na Câmara dos Deputados – UNIESP; ▪ Audiência Pública no Senado (Expansão do Ensino Superior).	06/08/2013
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e o Secretário da Seres/ MEC, Jorge Messias. - Reunião com o Ministro da Educação.	07/08/2013
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Audiência Pública cancelada na Câmara dos Deputados – UNIESP; ▪ Pendências sobre a reunião com o Ministro em 07/08.	03/09/2013
- Entrega de documento ao Secretário da Seres, Jorge Messias, expressando a insatisfação do setor com a situação atual do MEC e pedindo providências.	10/09/2013
- Apresentação de propostas ao MEC, por meio de José Henrique Paim , sobre a renovação de certificados de entidades beneficentes de assistência social.	10/09/2013
- Entrega ao Secretário Executivo do MEC, José Henrique Paim, proposta de alteração da Lei nº 11.096/2005, tendo em vista a busca de um ajuste na aplicação deste instrumento legal com o objetivo de possibilitar o acesso de novos alunos e a permanência das entidades mantenedoras no ProUni.	20/09/2013
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum e o Secretário da Seres/ MEC, Jorge Messias.	02/10/2013

Fonte: FERESP (2016). Elaborado pela autora.

Já como instituição formuladora de políticas junto ao Estado, o FERESP propunha alterações para o ProUni e o alargamento do Pronatec, que representaria maior participação de empresários na educação ofertando cursos técnicos.

Nesse ano de 2013, o Fórum participou de várias audiências públicas que importavam ao setor privado-mercantil de ensino superior. Entre elas, a audiência do dia 10 de julho, no Senado Federal, para discutir os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira; a do dia 24 de setembro, na Câmara dos Deputados, para falar sobre a Reforma Universitária; a do dia 23 de outubro, no Senado Federal, para tratar das soluções para o financiamento da educação; e a do último mês do ano, no dia 10, na Câmara dos Deputados, para apresentar os impactos da EaD nos setores educacionais e produtivos (FERESP, 2016).

No que diz respeito ao quadro 8, trataremos da atuação do Fórum no ano de 2014 e de sua forma de atuação muito mais articulada, que lhe permitiu levar os representantes públicos para dentro dos espaços das entidades representativas do ensino superior privado.

QUADRO 8 – FERESP: Atuação em 2014

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2014	
- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Reunião com Ministro da Educação, Henrique Paim; ▪ ProUni – estratégias para preenchimento de vagas remanescentes; ▪ Mudanças no Fies – FGEDUC; ▪ Instituição pela Seres da Câmara Consultiva Temática – CCT de Revisão da Portaria Normativa nº 40 com a participação de representantes do Fórum; ▪ Convite para participação do Ministro Paim na sessão solene de abertura do VII Congresso.	11/02/2014
- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Reunião entre o Secretário da Seres/MEC, Jorge Messias, e os dirigentes do Fórum; ▪ Abertura de agenda proativa do Fórum com o ministro e com o secretário Executivo do MEC (reuniões bimestrais); ▪ Participação do Fórum na Audiência Pública do PNE na Câmara dos Deputados; ▪ Participação do Fórum na Audiência Pública no CNE sobre as novas DCN dos Cursos de Medicina.	11/03/2014
- Reunião da Agenda Positiva com o Secretário Luiz Cláudio: ▪ Agradecimento pelo trabalho conjunto entre MEC e Fórum em diversas frentes em prol do ensino superior (Fies, ProUni, CC Pares e subcomissões); ▪ Agradecimento pela manutenção das reuniões bimestrais entre o Fórum e o MEC com o foco em uma agenda positiva de trabalho; ▪ Agradecimento pela inclusão do Fórum entre as entidades que indicam nomes para a composição do CNE; ▪ Reforço de pedido de apoio para a nomeação dos indicados pelo setor particular na Conaes; ▪ Renovação do ProUni em 2015 – formação de um GT Fórum/MEC para a construção do documento; ▪ Instituição do cadastro positivo de IES; ▪ Alteração da data de realização do Enade/2014 e pedido de modificações para incentivar o comprometimento dos alunos com o resultado no exame; ▪ Aperfeiçoamento do processo de Regulação: a não utilização do CPC e do IGC como referência regulatória e sim do CC e do CI; ▪ Liberação da regulação de EAD para permitir que as pequenas instituições também ofereçam essa modalidade de ensino; ▪ Destaque para o esforço do Governo pelo sucesso do Fies e importância da liberação do financiamento para EAD; ▪ Eliminação do estoque de processos protocolados na Seres/MEC; ▪ Necessidade de haver instrumentos de avaliação diversificados por tipologia acadêmica.	06/05/2014

- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Regras de governança do Fórum – Continuidade da reunião anterior; ▪ Preparação para a reunião com Luiz Cláudio e Marta Abramo; ▪ Andamento do GT Fies recém-criado – aditamento de contratos; ▪ Informações sobre retenção de 25% da recompra do Fies; ▪ Cadastro no e-MEC da pós-graduação e audiência pública no CNE.	05/08/2014
- Reunião entre dirigentes do Fórum e o secretário Luiz Cláudio, com a participação da Secretária Marta Abramo, para tratar das pendências existentes e agenda proativa.	06/08/2014
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da Anaceu: ▪ Regras de governança do Fórum – Continuidade da reunião anterior; ▪ Proposta de agenda proativa com Luiz Cláudio/Marta Abramo; ▪ Criação do GT Prouni para trabalhar alterações na norma para 2015; ▪ Reunião do CC Pares – Relato do Mauricio Garcia e desdobramentos; ▪ Ações para a sustentabilidade das Pequenas e Médias IES.	02/09/2014
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e o Secretário Luiz Cláudio, com a participação da Secretária Marta Abramo, para tratar das pendências existentes e agenda proativa.	03/09/2014
- Participação na solenidade de posse dos Conselheiros do CNE com a presença do Ministro Henrique Paim. Entre os nomeados, dois indicados pelo Fórum: Artur Roquetee Gilberto Garcia. - Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Regras de governança do Fórum – Continuidade da reunião anterior; ▪ Resultados da reunião realizada no MEC, com Dilvo Ristoff (Sesu) sobre a renovação da legislação de adesão ao ProUni e ações a serem desenvolvidas pelo Fórum; ▪ Resultados das reuniões realizadas com dirigentes do FNDE sobre regras do Fies e aperfeiçoamentos; Resultados da reunião operacional realizada com a secretária Marta Abramo e medidas a serem adotadas.	07/10/2014
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da Anaceu: ▪ Regras de governança do Fórum – eventuais ajustes e aprovação final da proposta apresentada; ▪ Resultado das eleições ao Governo Federal – implicações para a Educação Superior Particular; ▪ Reunião com Luiz Cláudio, Secretário Executivo MEC; ▪ Andamento da Renovação do ProUni 2015; ▪ Andamento da nova regulamentação da Pós-Graduação: resultado da reunião com Gilberto Garcia (CNE); ▪ Andamento do Novo Marco Regulatório da EAD: resultado da reunião com Gilberto Garcia (CNE); ▪ Obtenção do Registro da Marca do Fórum.	04/11/2014
- Reunião na sede do MEC entre os dirigentes do Fórum e o secretário executivo do MEC, Luiz Cláudio, para tratar das pendências existentes e agenda positiva.	05/11/2014

Fonte: FERESP (2016). Elaborado pela autora.

Notamos que, nesse ano, as reuniões do FERESP com os ministros dos setores educacionais passaram a ser prioritariamente na sede da ABMES. Henrique Paim, à época, ministro da Educação, passou a estar no ambiente privado educacional para o delinear das

decisões e medidas a serem tomadas para o ensino superior. Na ocasião, o então ministro foi convidado para uma sessão solene de abertura do maior congresso do segmento particular, o VII CBESP, que aconteceria nesse mesmo ano.

Eram realizadas reuniões bimestrais com o ministro e com o secretário executivo do MEC para as devidas tomadas de decisões e sempre com declarações de agradecimentos. Eles agradeciam pelo trabalho conjunto que estava acontecendo entre o MEC e o FERESP; pela manutenção das reuniões bimestrais e, com destaque para a fala do secretário Luiz Cláudio, “pela inclusão do Fórum entre as entidades que indicam nomes para a composição do CNE” (FERESP, 2016). O assunto do marco regulatório da EaD está sempre em pauta nas reuniões de articulação e das parcerias público-privadas.

O ano de 2014 já iniciou com audiência na Câmara dos Deputados, no dia 25 de fevereiro de 2014, para tratar do tema “Debate sobre o Plano Nacional de Educação – PNE”. Na ocasião, Celso Frauches foi o representante do FERESP. No dia 9 de abril, houve uma audiência no Senado Federal com o Ministro Henrique Paim para tratar das diretrizes e das prioridades do Ministério da Educação para aquele ano. E o Fórum estava no local representando os interesses do segmento privado de educação superior.

O FERESP também participou de audiências que tratavam sobre os financiamentos públicos como o ProUni e o Fies, no entanto, sem deixar de lado a pauta da educação a distância, que, naquele momento, era tão importante quanto os financiamentos estudantis.

No tocante ao quadro 9, exporemos a atuação do FERESP no ano de 2015, ano este em que foi muito mais exaltada a parceria firmada entre público e privado. Conforme o Fórum se tornava orgânico, era possível perceber a participação e os convites da entidade aos legisladores da educação para participar de seus congressos.

QUADRO 9 – FERESP: Atuação em 2015

ATUAÇÃO DO FERESP EM 2015	
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum e secretário Luiz Cláudio: Agradecimento pelo trabalho conjunto MEC/Fórum em diversas frentes; Convite para participação no VIII Congresso Brasileiro da educação Superior Particular; Confirmação da reunião com o Ministro, Cid Gomes, em 11 de fevereiro; Medidas recentes do Fies; Impactos na política de inclusão social e alternativas para minimização dos impactos; Agenda Positiva para 2015 – continuidade das reuniões bimestrais.	27/01/2015
- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: Interlocução do Fórum com o MEC; Agenda Propositiva – reuniões bimestrais; Parceria iniciativa privada e Estado; Governo deveria ouvir mais o setor pela experiência que tem (mudanças de regras do Fies).	10/02/2015

- Reunião do Fórum na sede do Semesp com a participação de associações convidadas, bem como instituições de ensino superior afiliadas às entidades. Objetivo: Posicionamento do setor particular de ensino superior com relação à trava de 6,4% nos aditamentos de contratos de Fies. ▪ Encaminhamento do documento ao ministro da Educação e à presidente da República, contemplando: 1- o Setor Particular de Ensino Superior sempre sobreviveu sem Fies; 2- em 2010, o Setor foi conclamado pelo Governo a aderir ao maior programa de inclusão social do país; 3- representação em defesa dos alunos na SENACON/MJ; ▪ Ações articuladas na mídia: 1- Documento elaborado por especialista a ser divulgado na imprensa; ▪ Ações políticas junto ao Congresso Nacional pelas associações e individualmente pelas IES; ▪ Distribuição de documento para parlamentares e membros do judiciário; ▪ Publicação na capa da revista do Semesp (Ensino Superior) com uma matéria crítica ao Fies.	15/04/2015
- Reunião com o ministro Renato Janine: Ratificação do convite para participar da abertura do VIII CBESP, no Rio de Janeiro, dia 14/05/2015; Convite para jantar com os dirigentes do Fórum no Rio de Janeiro, dia 14/05/2015; Segmento particular de ensino superior como parceiro do MEC: solicitação de participação em propostas de interesse comum (Sisu do Fies, regulamentação de EAD e do Pós-Graduação <i>lato sensu</i>, etc.).	12/05/2015
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Comentários sobre a reunião realizada com o ministro Renato Janine, em 12/05/15; ▪ Proposta do MEC sobre o Sisu do Fies; ▪ Previsão de vagas para o Fies 2/2015; ▪ Informações sobre os contratos preliminares do Fies – trava de 6,41%; ▪ Comentários sobre o orçamento do Fies para 2016; ▪ Andamento do marco regulatório da Pós-Graduação <i>lato sensu</i>/CNE; ▪ Andamento do marco regulatório para EAD/CNE; ▪ Comentários sobre o Insaes.	09/06/2015
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Cópia do relatório final da reunião entre os dirigentes realizada em 09/06/15; ▪ Novo Fies- Portaria MEC adesão e seleção; ▪ Informações sobre os contratos preliminares do Fies – trava de 6,41%; ▪ Andamento do marco regulatório da Pós-Graduação <i>lato sensu</i> e da EAD/CNE; ▪ Análise dos assuntos a serem discutidos com a Seres.	07/07/2015
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e a Secretária Marta Abramo no Edifício Sede do MEC. Pauta: Agenda positiva no âmbito da Seres: ▪ Cumprimento à secretária pela nova função; ▪ Necessidade de instrumentos de avaliação diversificados por tipologia acadêmica, como prevê a Lei do Sinaes.	05/08/2015
- Reunião dos Dirigentes do Fórum na sede do Semesp: ▪ Fies – Trava de 6,41% e pagamento dos aditamentos preliminares 1/2015 – Ofício protocolado pelo Fórum; ▪ Necessidade de agendamento de uma reunião entre os dirigentes do Fórum e o Luiz Cláudio para um posicionamento urgente sobre a questão; ▪ Reafirmação da indicação do prof. Paulo Cardim para compor a Conaes.	07/08/2015

- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Fies – situação atual e perspectivas; ▪ Preparação para reunião com Luiz Cláudio; ▪ Audiências públicas no Congresso; ▪ Seminário na Câmara dos Deputados sobre marco da EAD.	01/09/2015
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e Secretário Executivo Luiz Cláudio na sede do MEC para tratar do Fies e agenda positiva.	02/09/2015
- Reunião entre os dirigentes do Fórum na sede da ABMES: ▪ Recentes alterações na estrutura do Governo Federal e implicações para a área de educação superior particular; ▪ Alinhamento para a reunião com o Luiz Cláudio; ▪ Fies – andamento; ▪ Reunião deliberativa do CNE sobre Marco Regulatório Pós-Graduação; ▪ Audiência Pública no Senado sobre Marco Regulatório EAD.	06/10/2015
- Reunião entre os dirigentes do Fórum e o Secretário Executivo, Luiz Cláudio, na sede do MEC: ▪ Fies- Contratos Preliminares 2015/1: 1- Acerto no sistema entre os percentuais 4,5, 6,41 e 8,5% e pagamento da diferença; 2- Situação das mantenedoras que reajustaram as mensalidades com base na Lei 9.870 (Lei das Mensalidades) em percentual maior que 8,5% (Precisa acertar); ▪ Fies 2016- orçamento X vagas – primeiro e segundo semestres 2016; ▪ Necessidade de se ter o apoio do Secretário Luiz Cláudio para a nomeação dos indicados pelo setor particular na Conaes; ▪ PNE- como alcançar as metas com as restrições existentes? ▪ Marco Regulatório EAD e Pós-Graduação <i>lato sensu</i> tramitando no CNE.	07/10/2015
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: Relato das reuniões de trabalho no CC PARES e sugestões de temas para futuras discussões; Alinhamento para a reunião com o Ministro; Fies: Andamento 2015; Proposta para 2016; Andamento das resoluções CNE – Marco Regulatório: 1- Pós-Graduação. EAD: Comentários sobre a conjuntura política e econômica brasileira (implicações para a educação superior); Informações sobre os eventos de dezembro. - Reunião entre os dirigentes do Fórum e o Ministro da Educação na sede do MEC: Reflexão conjunta sobre o ensino superior no Brasil.	10/11/2015
- Reunião entre os Dirigentes do Fórum na sede da ABMES: Fies: 1- 2015, Recompras e contratos preliminares; Vagas remanescentes 2015/2. 2- 2016 – Resultado da reunião no MEC 04/12, Andamento das resoluções CNE – Marco Regulatório: 1- Pós-graduação <i>lato sensu</i> 2-EAD: Mobilização Nacional contra o aumento do PIS/COFINS; Nomeação Paulo Cardim para a Conaes.	08/12/2015
- Participação dos dirigentes e da equipe técnica do Fórum em reuniões bem como no desenvolvimento de trabalhos relacionados com alterações ao Projeto de Resolução que institui as Diretrizes Nacionais para os Cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> Especialização (CNE). ▪ Articulação realizada junto aos seguintes membros da Comissão que estuda o assunto: Erasto Fortes Mendonça (Presidente), José Eustáquio Romão (Relator) Luiz Roberto Liza Curi e o Presidente do CNE, Gilberto Garcia. - Participação dos dirigentes e da equipe técnica do Fórum em reuniões bem como no desenvolvimento de trabalhos relacionados com alterações ao Projeto de Resolução que institui as Diretrizes Nacionais ao processo de Regulação e Avaliação da Educação a Distância (Conselho Nacional de Educação). ▪ Articulação realizada junto aos seguintes membros da Comissão que estuda o assunto: Luiz Roberto Liza Curi (Presidente), Luiz Dourado (Relator) e o	2015

PresidentedoCNE, GilbertoGarcia.	
----------------------------------	--

Fonte: FERESP (2016). Elaborado pela autora.

Como podemos notar por meio do quadro 9, o FERESP deteve sua articulação, seu planejamento e suas reuniões prioritariamente aos assuntos relacionados ao financiamento estudantil, Fies, e ao marco regulatório da EaD, inclusive para a permissão de educação a distância para pós-graduação *strictu senso*. As reuniões estavam muito mais voltadas ao acompanhamento do andamento da proposta de EaD.

As audiências das quais a entidade participou também seguiram na lógica dos Fies e da Educação a Distância. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, houve várias audiências acerca do Fies, e quem representou o segmento privado foi Amábele Pacios, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep). No que diz respeito à Educação a Distância, houve audiências no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e os representantes do FERESP foram: José Roberto Covac e Gabriel Mário Rodrigues.

Nos documentos *Agenda Legislativa do ensino superior particular 2017* (FERESP, 2017) e *Agenda Legislativa do ensino superior particular 2018* (FERESP, 2018), foram especificadas as pautas que são de interesses do FERESP; elas foram chamadas de pautas “convergentes” e pautas “divergentes”, trazendo suas justificativas. Neste ponto, traremos as pautas que são convergentes ao pensamento do Fórum, uma vez que ele entende esses projetos de leis como favoráveis ao segmento privado-mercantil.

O FERESP organizou sua agenda de acompanhamento das legislações e das propostas de PL para entender quais são favoráveis ao setor privado de ensino, sobretudo ao privado-mercantil. E também acompanhou aqueles projetos que foram pensados pela entidade, conquistando parceria de interesses, e que foram postos à votação por meio de Projetos de Lei.

Quanto à pauta da Educação a Distância para a graduação e para a pós-graduação *stricto senso* (mestrado e doutorado), foram contundentes quase todas as reivindicações do Fórum. No que diz respeito à EaD na graduação, é possível notar a atuação assídua do FERESP nas reuniões e audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sempre “preparando o terreno” para que o “bote” acontecesse.

Com isso, o marco regulatório da EaD e a recente portaria nº 1.428, de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade à Distância em cursos de graduação presencial” (BRASIL, 2018), foram atendidas conforme pressão política da entidade.

A pauta que tange ao FGTS para fins de pagamento e amortização da dívida do Fies continuou e continua como algo prioritário de acompanhamento pelo FERESP, com o objetivo de que seja alcançado o pedido. Pensamos que a questão do FGTS, tanto para o pagamento de dívidas de financiamentos quanto para a amortização delas continuará sendo acompanhada e favorecida pelo FERESP.

A partir da análise da agenda de atividades desenvolvidas no âmbito do Fórum ao longo de 8 anos, pudemos notar uma entidade que se construiu com o objetivo de fortalecimento político, social e econômico desse setor. As atividades ora relatadas e analisadas no limite desta dissertação demonstram a construção gradual de sua capacidade de articulação junto ao poder público, sobretudo a partir da construção da Frente Parlamentar que induziu a um fortalecimento dessa relação entre o poder público e o setor privado da educação superior.

As principais atividades desenvolvidas ao longo desses 8 anos, seja no acompanhamento de processos junto ao legislativo, seja na pressão política para a composição de comissões, seja, ainda, nos documentos impetrados ou mesmo nas reuniões, demonstram o fortalecimento do setor privado-mercantil na figura do FERESP.

O Estado brasileiro, nesse sentido, coaduna com as demandas apresentadas pela fração burguesa do capital – os empresários do ensino, em consenso com as políticas educacionais propostas pelo Banco Mundial – e as legitima, incorporando-as nas políticas públicas educacionais brasileiras para o ensino superior. Estas são, muitas vezes, formuladas pelos próprios empresários que serão os maiores beneficiados.

O FERESP, conseqüentemente, conduz a educação como um simples instrumento do capital e da política neoliberal. Sua agenda, suas publicações e a atuação de seus principais intelectuais nos sugerem que ele se antecipa às políticas que hoje estão sendo institucionalizadas. O que lhes confere legitimidade acadêmica e política ao propor o delineamento das políticas para a educação superior brasileira.

Notamos a forte atuação desse bloco que está no poder, principalmente nas questões que dizem respeito ao financiamento, à Educação a Distância, à concepção de educação superior e, sobretudo, ao que tange à regulação. Esta última é o “carro-chefe” da entidade, justo porque é por meio dela que o Fórum consegue a flexibilização do ensino superior privatista. Porém, afirmamos que tudo isso ocorre sem que o FERESP abra mão do financiamento estatal (leia-se do fundo público).

Até este momento, estudamos a forma de atuação e articulação do FERESP no âmbito do Congresso Nacional e do MEC. No capítulo seguinte, analisaremos, por meio das cartas

dessa entidade, como ocorreram as modificações nas políticas públicas educacionais quanto à educação superior, e como chegamos à hipótese da criação de um novo intelectual orgânico de base coletiva para a educação superior no Brasil.

3 O FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E SEU PAPEL DE INTELLECTUAL ORGÂNICO DE BASE COLETIVA

Com o trabalho pautado, prioritariamente, em uma forte atuação junto aos principais atores da política nacional de educação, mais do que acompanhar a legislação e/ou propostas em tramitação, sempre que necessário a entidade atua na melhoria das normas e políticas públicas educacionais, de acordo com a realidade da educação superior brasileira. O Fórum figura como a maior instância catalisadora de debates sobre a educação superior, além de ser referência em estudos e pesquisas, tanto na área acadêmica quanto no âmbito político. Historicamente, tem sido apresentado ao Ministério da Educação (MEC), ao Congresso Nacional e a setores organizados da sociedade propostas de políticas públicas para a educação superior que expressam as reivindicações legítimas do setor privado, visando a busca contínua pela qualidade na atividade educacional. (FERESP, 2018, p. 8-9, grifos nossos)

O excerto extraído do documento “Eleições 2018: 10 propostas relevantes para a educação superior brasileira”, publicado pelo FERESP em 2018 em ocasião das eleições presidenciais no Brasil, demonstra como essa entidade busca estar imbricada nas decisões do Estado brasileiro.

O interesse não está apenas em acompanhar as legislações que estão tramitando no sistema educacional brasileiro, mas em atuar junto aos principais órgãos que deliberam acerca das normas e políticas públicas para setor, de acordo com o que eles entendem ser melhor para a educação superior no Brasil, orientados por uma concepção de educação superior que leva à subsunção da educação ao ensino.

A entidade se reconhece como a maior instância incentivadora e articuladora de debates no âmbito político-educacional, atuando junto ao MEC e ao Congresso Nacional, de modo a pautar as propostas de políticas públicas, que são parte da agenda de reivindicações consideradas legítimas pelo setor privado, sobretudo, pelo setor privado-mercantil. Tais ações visam à formulação, à implantação e à avaliação pela própria entidade, via construção de parcerias com o MEC e até com outras instâncias representativas da iniciativa privada.

Nesse sentido, o capítulo propõe-se a analisar as ações concretas do FERESP, estudadas aqui a partir das cartas deliberativas que a entidade vem publicando ao longo dos últimos dez anos. O marco referencial dessas publicações vai do ano de 2008, ano de sua criação, ao ano de 2018, no qual foi publicada a última carta e que também apontamos como limite temporal desta dissertação.

Vale destacar que essa empiria (cartas do Fórum) foi analisada neste estudo à luz de importantes marcos regulatórios da educação superior, dentre os quais destacamos: a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), atual Lei do PNE 2014-2024 e o novo marco regulatório, o decreto nº 9.057, de 25 de Maio de 2017 (BRASIL, 2017), que regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394 de 1996 – LDB (BRASIL, 1996a)³⁶.

Este capítulo se estrutura em duas subdivisões: 3.1 As cartas do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e 3.2 A regulação e as ações do FERESP.

3.1 AS CARTAS E AS AÇÕES DO FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR

Aqui neste tópico, nosso objetivo é expor as cartas que são produzidas anualmente pelo FERESP e seus representantes, fazendo o devido destaque ao que será analisado dentro do limite de tempo de uma dissertação de mestrado. A análise das cartas foi realizada a partir de quatro categorias que foram definidas por serem consideradas as temáticas centrais que vêm dirigindo a agenda e as propostas de alterações legislativas pela entidade ao longo desses dez anos, a saber: Regulação, Financiamento, Educação a Distância e Concepção de Educação.

O I CBESP, com o tema “Desafios de crescer com qualidade e quantidade”, deu origem à Carta de Recife (2008)³⁷, a qual demarca um movimento de criação desse intelectual orgânico que o Fórum é considerado hoje.

Já nesse primeiro congresso, e contando com a participação de “[...] instituições do ensino superior (IES) e entidades e associações representativas, federações e sindicatos” (FERESP, 2016, p. 66), o Fórum se encaminhou para uma nova organização do setor privado. Agora, com entidades unidas para o fortalecimento desse setor, a partir da organização entre todas as associações do ensino superior privado frente aos órgãos deliberativos das políticas educacionais em favor de uma “educação superior de qualidade”.

Como proposições dessa primeira carta, o discurso do Fórum foi em direção ao desenvolvimento de uma agenda conjunta ao governo, no sentido de ampliação das classes “C”, “D” e “E” no acesso ao ensino superior para os cinco anos seguintes, o que se esgotaria em 2013. O que podemos perceber a partir da leitura dessa carta é o delineamento de uma

³⁶ O marco regulatório permite que as instituições de ensino superior se credenciem para ofertar cursos de EAD sem a necessidade de credenciamento para a modalidade presencial e permite que as instituições já credenciadas para EAD criem polos por ato próprio.

³⁷ O evento aconteceu em Porto de Galinhas, em Pernambuco, no *Beach Class Resort*, de 6 a 8 de novembro de 2008.

política de expansão das matrículas no ensino superior, sobretudo no que diz respeito à modalidade EaD:

TABELA 1 – Número total de matrículas de 2008 a 2013 no ensino superior

ANO	PRESENCIAL	EAD	TOTAL
2008	5.080.056	727.961	5.808.017
2009	5.115.896	838.125	5.954.021
2010	5.449.120	930.179	6.379.299
2011	5.746.762	992.927	6.739.689
2012	5.923.838	1.113.850	7.037.688
2013	6.152.405	1.153.572	7.305.977

Fonte: Sinopses estatísticas do INEP de 2008 a 2013.

Como podemos observar na tabela acima, entre 2008 e 2013, ocorreu um crescimento no total do número de matrículas, incluindo presencial e EaD, na ordem de 25,79%. Passando de 5.808.017, em 2008, para 7.305.977 em 2013, sendo que, deste número, o setor privado educacional ocupava o total de 5.373.450³⁸ matrículas no ensino superior brasileiro. No entanto, a expansão não ocorreu com a proporção pretendida pelo FERESP. Mancebo, Vale e Martins (2015) já alertavam acerca dos efeitos maléficos do processo de expansão do setor privado, haja vista a mudança de perfil que os cursos sofreriam:

Se, por um lado, a expansão engendrada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por ampliar o acesso da população ao ensino superior, deve-se atentar para alguns efeitos perversos desse mesmo processo, particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criados pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais. (MANCERO; VALE; MARTINS, 2015, p. 33)

Um importante destaque se faz em relação à qualidade dessa oferta de ensino: com a expansão, os grandes grupos educacionais privado-mercantis passaram a oferecer cursos aligeirados, mais baratos, com qualidade duvidosa e com o uso acrescido de ensino a distância.

Ainda na carta de 2008, foi proposto um aperfeiçoamento no que diz respeito aos mecanismos de regulação do setor privado pelo Estado, fomentando a necessidade de estabelecer diálogo contínuo e participação do FERESP nas diversas instâncias governamentais, tais como MEC, INEP e CNE.

³⁸ Esses dados estatísticos apresentados no texto foram retirados de Brasil. MEC. INEP (2013).

Tal participação, de acordo com Carta de Recife (2008), induziria o debate e as alterações na política de financiamento, no sentido de promover novos mecanismos de financiamento para a educação superior. Propondo, já no âmbito dessa carta, alterações na lei n. 9.780/99 (BRASIL, 1999)³⁹, cujo objetivo precípua seria a diminuição da inadimplência e a expansão do financiamento estudantil, eliminando burocracias desnecessárias ao setor, na perspectiva de ampliar o número de alunos no ensino superior privado (CARTA DE RECIFE, 2008).

No mesmo ano de criação do FERESP, sua participação foi ativa frente aos seus objetivos, atuando organicamente, de maio a novembro, em *workshops* junto com o MEC, no encaminhamento de documentos para a Secretaria de Supervisão e Regulação de Educação Superior do MEC e em reuniões com o presidente do Inep⁴⁰ e com Ronaldo Mota (secretário do Sesu à época). Esse conjunto de atividades e reuniões encaminhou a produção da agenda do Fórum produzida em 2008 e resultou na Carta de Recife.

Com a Carta de Araxá (2009)⁴¹, resultado do II Congresso com o tema “Crise, realidade, cenários, tendências e futuro da educação brasileira”, é notório o protagonismo da instituição intentando avançar organicamente por meio de seus intelectuais em busca do fortalecimento do setor privado-mercantil no Brasil.

Seus objetivos seguem no sentido de “continuar contribuindo com o poder público na formulação de Políticas Públicas de Educação” (FERESP, 2016, p. 69), convidando seus articuladores políticos a fortalecer sua atuação por meio da participação mais ativamente nas Comissões de Educação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Apoiando, também, os trabalhos da Comissão da Reforma Universitária e os projetos de lei que permitem a utilização do FGTS do trabalhador para o pagamento de anuidades escolares.

Isso representou uma articulação do FERESP na adoção de políticas públicas com vistas à flexibilização das normas e das regras de financiamento, com a expansão quantitativa de matrículas na rede privada de ensino e no uso de novas estratégias, tal como o uso do FGTS (CARTA DE ARAXÁ, 2009).

³⁹ Alterou a lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996b), que “Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências” (BRASIL, 1999). Depois, foi substituída pela lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001 (BRASIL, 2001b).

⁴⁰ Reynaldo Fernandes, Doutor em Economia.

⁴¹ O evento ocorreu na cidade de Araxá, em Minas Gerais, no Ouro Minas Grande Hotel e Termas de Araxá, de 18 a 20 de junho de 2009.

Para além da participação e do fortalecimento do setor, essa carta mostra a intrepidez dessa entidade ao propor mudanças nas políticas de base como o ProUni⁴² e a LDB/96 (BRASIL, 1996a) em que o FERESP traz como objetivo “propor alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para permitir o acesso ao ensino superior de alunos que, mesmo sem concluir o nível médio, tenham obtido a nota suficiente no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem)” (FERESP, 2016, p. 70).

A portaria do INEP nº 19, de 27 de maio de 2009 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2009), já estabelecia, no seu artigo 3º, § 2º, o seguinte: “A utilização do Enem/2009 para efeito de certificação do ensino médio só é permitida ao participante que tenha pelo menos 18 (dezoito) anos completos na data de realização da primeira prova, e que ainda não tenha concluído o ensino médio” (BRASIL, 2009).

Contudo, essa portaria sofreu algumas modificações, sendo a última em 2014, por meio da portaria nº 179, que “Dispõe sobre o processo de certificação, as competências das Instituições Certificadoras e do INEP e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do Ensino Médio [...] no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM” (BRASIL, 2014), detalhando mais os critérios para a certificação do ensino médio.

Em 2017, o MEC fez uma reformulação geral no ENEM, e a certificação do ensino médio deixou de ser ofertada por meio da prova do ENEM e passou a ser oferecida por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Observamos outro indicativo de alterações explicitamente na Carta de Araxá (2009). Trata-se da indicação do estabelecimento de apoio financeiro para as instituições do setor privado junto ao Banco Mundial (BM) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento do capital de giro dessas instituições e para o fortalecimento das atividades de pesquisas e infraestrutura.

O ano de 2009 também foi um marco para o FERESP, haja vista que sua atuação foi

[...] decisiva na criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior⁴³, com a participação de 214 parlamentares (entre senadores e deputados), tornando um espaço de debate no Congresso Nacional sobre as reivindicações do setor privado e também como um canal de encaminhamento de propostas legítimas. (FERESP, 2016, p. 11)

⁴² O FERESP propunha que o ProUni levasse em consideração a renda e não a origem do aluno, da rede pública ou privada, e com a proposta de incluir os alunos de cursos de pós-graduação por meio do ProUni.

⁴³ Essa Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior não está mais em funcionamento.

No âmbito da Carta de Araxá (2009), há o indicativo de que algumas reuniões realizadas entre os dirigentes do Fórum e a Frente Parlamentar tiveram o explícito objetivo de buscar vantagens para o setor privado de educação. Os temas centrais das reuniões eram: os mecanismos de avaliações dos cursos e seus instrumentos de regulação; o Fies; o financiamento de alunos das classes “D” e “E”; as linhas de financiamento junto ao BNDES; e, também, a flexibilização de políticas sobre capital estrangeiro.

A partir da leitura do documento *Oito anos trabalhando pela educação brasileira: ações do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular*, de 2016, pudemos avaliar que grande parte dessas reivindicações eram realizadas na forma de audiências com o ex-presidente Lula (FERESP, 2016, p. 13) ou com o secretário executivo do MEC – Henrique Paim, e também com o ministro da Educação, à época, Fernando Haddad (2005-2012).

Destacamos que, já em seu segundo ano de trabalho, o FERESP atuou de forma rápida e articulada com quem define as políticas públicas – os parlamentares ou aqueles diretamente ligados ao poder executivo.

Vale, Carvalho e Chaves, ao analisarem as proposições feitas e as intenções tão claramente expostas pelo FERESP aos diversos órgãos deliberativos das políticas educacionais, no sentido de regulação e financiamento, destacaram:

Pode-se precisar, com alguma nitidez, o direcionamento do setor em relação ao governo e à sociedade na tentativa de produzir uma espécie de consenso em torno de seus interesses, para que os tome como parâmetro para a formulação e execução de políticas públicas voltadas para o setor neste novo momento do processo de empresariamento da educação superior. (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 215)

Na perspectiva das autoras, é possível identificar como o FERESP passou a propor, formular e se organizar como “entidade de interesse público e coletivo” para que suas ideias se materializassem em políticas públicas. O Fórum também se lançou como agente parceiro na proposição e na elaboração de propostas para as políticas públicas de educação superior num dado período em que se exigia uma reorganização da gestão e novas concepções que circundavam essa discussão frente à relação público-privado. A partir dessa perspectiva, conforme explicita Adrião (2018, p. 2),

A lógica da governança pública assimila o setor privado (lucrativo e não lucrativo) como agente e parceiro na elaboração das políticas públicas, dado o pressuposto de que a ação estatal ou governamental é insuficiente e, por vezes, refratária para apreciar e atender as demandas sociais.

Essa discussão proposta por Adrião (2018) vai em direção à perspectiva do que foi iniciado na reforma do Estado brasileiro em 1995, via Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), na gestão de FHC.

Até aqui, podemos constatar, com base na leitura das cartas de Recife (2008) e Araxá (2009), que, nos primeiros anos de atuação, o FERESP buscou consolidar seu papel de agente articulador necessário, sobretudo, às demandas ali impostas pela economia e pela política para a educação superior.

Temas como “expansão das matrículas”, “financiamento” e “políticas de regulação” figuravam entre os principais assuntos propostos. A partir desse momento, sua atuação política e sua agenda propositiva já demonstravam o fortalecimento da entidade junto ao Estado ao vislumbrar que partes das demandas de políticas públicas que figuravam em sua agenda passaram a ser naturalizadas pela política nacional, sobretudo, em virtude da agenda neoliberal instalada.

Em face do fortalecimento das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, o III CBESP (2010)⁴⁴, cujo tema foi “O setor privado como ator e parceiro na construção do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020”, destacou que, no contexto em que a educação vivia naquele momento, “a educação superior particular se consolida[va] cada vez mais como força viva e atuante e com um papel de relevo na geração e difusão do conhecimento” (FERESP, 2016, p. 72).

Nesse congresso, o FERESP teve como foco principal a oferta de subsídios para a elaboração do PNE 2011-2020, tentando se firmar no papel de agente articulador frente a novas propostas de políticas públicas para a educação superior, sempre se colocando na condição de intelectual indispensável para pensar e propor os novos rumos da educação brasileira. Ou seja, em seu III CBESP (2010), o FERESP já havia conseguido cumprir as metas dos dois primeiros encontros e, nesse momento, já se consolidava como instituição parceira do governo.

Os objetivos precípuos do Fórum na ocasião do III CBESP eram apoiar e diligenciar políticas para o alcance da meta “de inclusão de 50% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos em cursos superiores. Isso significa o desafio de colocar mais de 12 milhões de estudantes oriundos desta faixa populacional no ensino superior” (FERESP, 2016, p. 72), e participar da construção e da execução do PNE 2011-2020. Com isso, percebe-se que:

⁴⁴ O evento aconteceu na cidade de Florianópolis em Santa Catarina, no Costão do Santinho, de 15 a 17 de abril de 2010.

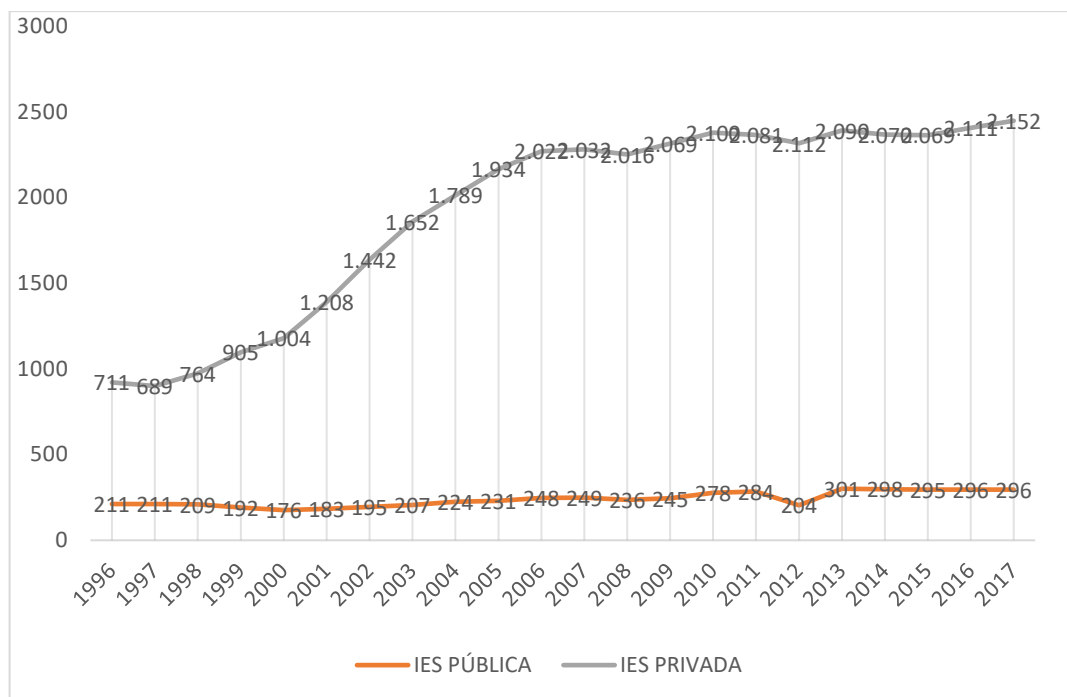
O novo PNE traz como eixo central de sua elaboração a mercantilização, a privatização e o empresariamento da educação superior, em um patamar inédito na história deste país, marcado pela presença do fundo público na sustentação do setor privado, pela emergência de grandes conglomerados educacionais, pela abertura de capitais e a consequente desnacionalização das empresas de serviços educacionais. (VALE; CARVALHO; CHAVES, 2014, p. 216)

Nessa direção, figuraram, entre as demandas dessa entidade, as parcerias público-privadas, a criação de sólido programa de cursos tecnológicos, a ampliação do Fies bem como os métodos de fortalecimento do setor privado a partir de propagandas midiáticas destacando o importante papel que cumpre o setor privado para a expansão, o fortalecimento e o desenvolvimento da educação superior no Brasil.

Um destaque importante nessa carta diz respeito a um dos objetivos a que ela se propôs, o de “lutar pelos direitos assegurados pela Constituição Federal, especialmente os identificados com a livre iniciativa na oferta do ensino [...] e a coexistência de instituições de ensino públicas e privadas” (FERESP, 2016, p. 72). Ou seja, a busca pelo fortalecimento de uma prática política que só se tornou lei com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998).

A LDB de 1996, de acordo com Carvalho (2013), conferiu legalidade à aferição de lucro por uma instituição, legitimando, dessa forma, o privado-mercantil, e contribuindo para o fortalecimento da educação superior nas instituições privadas. Em seguida, deu-se a oligopolização dessas IES privado-mercantis.

Com todo o fortalecimento desse setor, o processo de abertura de capital na bolsa de valores começou a ser real e incentivado como meta da maior política atual da educação, que é o PNE. Houve, então, a pressão do FERESP para que a verba pública fosse repassada para as entidades de ensino superior privadas, a fim de que a meta estipulada no Plano fosse cumprida.

Gráfico 1: Expansão das IES Públicas e Privadas de 1996 a 2017

Fonte: Sinopses estatísticas do ensino superior do INEP-MEC de 1996 a 2017.

Conforme Carvalho (2013) destacou, houve uma expansão significativa no que diz respeito ao setor privado no ensino superior, como podemos observar no gráfico acima. Bem como a autora destaca, com a oligopolização e com a abertura de capital das IES privadas-mercantis, ocorreu uma intensificação dessa expansão. De 1996 a 2017, as IES privadas cresceram num percentual de 202,5% enquanto as IES públicas obtiveram um crescimento em 40,2% em 21 anos.

A alteração da morfologia da educação superior privado-mercantil aconteceu com o capital portador de juros e fictício se sustentando na produção e usando o fundo público como garantidor do desenvolvimento do capital após suas “crises estruturais” (MÉSZÁROS, 2011) e, como já mencionado antes, dispondo de ProUni e Fies como grande “chamariz” desse investimento. O FERESP, por sua vez, a partir de 2008, organizou-se como uma entidade, para fazer valer, para pressionar o poder público, colocando-se na condição de “braço” da sociedade civil.

No tocante à atuação do Fórum no ano de 2010, sua participação orgânica em reuniões na sede da Anup e da ABMES ocorreu no sentido de deliberar sobre alguns assuntos. São eles: as avaliações dos encontros com ministros e o presidente da Frente Parlamentar; o ingresso de grupos econômicos estrangeiros no controle das IES particulares no Brasil; a melhoria das estratégias na Frente Parlamentar no ano subsequente e apresentação de

documento para a Comissão de Transição do governo Dilma Rousseff; e os encaminhamentos de documentos ao ministro Fernando Haddad, principalmente no que diz respeito à “inclusão do Fórum na relação de entidades que indicam nomes para a composição da Câmara de Educação Superior” (FERESP, 2016, p. 15).

Tal ação caminha na perspectiva de duas das quatro categorias analisadas nesta dissertação: Regulação e Financiamento da educação. Os quatro primeiros encontros do FERESP foram organizados justamente para esse fim.

Em 2011, o IV CBESP⁴⁵, com o tema “Desafio de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior”, teve sua inauguração com uma conferência Magna pronunciada pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad. Nesse congresso, foi evidenciada a importância da parceria do FERESP com o MEC, em busca do que eles conceituam por “excelência” do ensino superior.

Entre os pressupostos da entidade, estavam: estreitar laços políticos entre o segmento particular e os diversos órgãos deliberativos, tais como CNE e MEC; e tratar dos projetos educacionais no sentido de induzir as demandas do setor da educação superior. Uma mútua parceria entre público e privado.

As deliberações da carta seguiam em direção à formulação de propostas em várias frentes de atuação política. Elas atingiriam desde o ensino médio até a completa reestruturação da Lei da Educação Superior.

Entre as propostas, destacam-se: “apoiar uma urgente reformulação do ensino médio”⁴⁶ (FERESP, 2016, p. 80); defender veementemente o Projeto de Lei da reforma universitária no sentido de reestruturar o sistema para se adotar um “núcleo comum de formação geral e humanística com terminalidades; núcleo pré-profissional por área de conhecimento com terminalidades; núcleo profissional dentro das opções de cada área” (FERESP, 2016, p. 81).

E ainda outras propostas: apoiar a Educação a Distância como política pública prioritária para alcançar “as classes sociais menos favorecidas” (FERESP, 2016, p. 81); replanejar a política de expansão de acordo com o “novo modelo de ensino superior propugnado pelo projeto da Reforma Universitária” (FERESP, 2016, p. 82). E mais: apoiar a criação de linhas de financiamento específicas e com taxas diferenciadas para o setor privado com o suporte do programa MEC/BNDES.

⁴⁵ O evento aconteceu em Salvador na Bahia, no Hotel Pestana Bahia, de 5 a 7 de maio de 2011.

⁴⁶ Atualmente, temos a lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), que foi uma conversão da medida provisória nº 746, de 2016 (BRASIL, 2016).

No que diz respeito aos financiamentos estudantis representados pelo Fies e pelo ProUni, o FERESP propôs, para “incrementar” esses programas, que o Fies pudesse antecipar os pré-contratos para o último ano do ensino médio, aumentar o requisito de salários mínimos para de 1 a 5 salários, entre outras indicações políticas. O que pudemos observar é que, entre as mudanças do Fies, observadas nos últimos anos, a questão do salário mínimo de fato se modificou, passando para uma renda mensal bruta *per capita* de até 2,5 salários mínimos.

Para o ProUni, o segmento privado sugeriu a manutenção do sistema de bolsas parciais e integrais, o aumento das faixas salariais das famílias dos alunos para aumentar a participação deles e melhorar a fiscalização acerca das informações prestadas pelos alunos.

Encerrando os escritos da Carta de Salvador (2011), é destacado, ainda, que “para que esse pacto realmente se efetive todos os atores envolvidos devem ser mobilizados e compromissados com as ações e metas que um PROJETO de tal envergadura requer” (FERESP, 2016, p. 83).

Esse excerto nos induz a pensar que, na medida da consolidação dessa entidade e no fortalecimento de sua agenda, ano a ano, ela vem buscando construir a aparência de um projeto nacional sendo desenvolvido por um braço da sociedade civil com feições de mercantilização, de desnacionalização e enfraquecimento do público, sobretudo, pelo apelo a políticas que naturalizam o fundo público pelo privado (Fies, linhas de crédito do BNDES, ProUni etc.). E é dessa forma que os objetivos e as metas do FERESP se colocam na condição de um grande projeto ao ensino superior no Brasil.

Assim sendo, nota-se que a entidade age como um intelectual orgânico de base coletiva com vistas à consolidação de um novo paradigma de educação superior, pautada, predominantemente, pelo viés de um ensino aligeirado e bancário⁴⁷, pela via do Ensino a Distância, o que contraria uma educação emancipatória e libertadora.

Logo após a entidade evidenciar o seu grande projeto de educação superior, ela lançou a Carta de Natal (2012)⁴⁸, com o tema “Desafios do ensino superior no Brasil”, sob o discurso de que as dificuldades enfrentadas deveriam ser superadas, destacando que “o setor particular de ensino superior está no caminho certo para apoiar a melhoria no nível educacional em nosso país” (FERESP, 2016, p. 85).

⁴⁷ O ensino bancário é aquele em que o tradicionalismo opera: o professor deposita o conhecimento no aluno, entendendo-o como mero receptor e alguém que guarda e repete esse conhecimento. O agravante desse ensino bancário é o tratamento reificado para a formação de massa de trabalho (FREIRE, 1987).

⁴⁸ O evento aconteceu em Natal, no Rio Grande do Norte, no Natal Grand Hotel, nos dias 14, 15 e 16 de junho de 2012.

Nesse congresso, o FERESP lançou o compromisso de busca pela expansão das matrículas do ensino superior e a indução à forte atuação política para o cumprimento da meta de 10 milhões de alunos em graduações. Fazendo, assim, um compromisso para que a meta 12 do PNE fosse cumprida, e se colocando na condição de colaborador das metas oficiais, sobretudo, pautado numa política de expansão que se sustenta com financiamento público – Fies e ProUni –, sob o discurso da inclusão de estudantes de classes menos favorecidas no ensino superior.

As falas dos convidados que circulavam na ocasião do congresso de Natal seguiram nessa lógica e foram realizadas por: Amaro Henrique Pessoa Lins, secretário de Educação Superior/MEC na época; Antonio Simões, coordenador geral de Expansão e Gestão da Seres/MEC na ocasião; Carlos Monteiro, da CM Consultoria; Cláudia Maffini Griboski, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Divonzir Arthur Gusso, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Gabriel Mário Rodrigues, da ABMES; João Luiz Martins, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Marcos Formiga, da Universidade de Brasília (UnB); Maurício Garcia, da DeVry Brasil; Mozart Neves Ramos, do Todos pela Educação; Renato Hyuda de Luna Pedrosa, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Guiomar Namo de Mello, da Universidade de São Paulo (USP).

É importante notar que parte de seus palestrantes ou tem vinculação com o setor público ou assume cargo estratégico na gestão de órgãos oficiais que deliberam diretamente as políticas de educação superior. Ao final da Carta de Natal, a entidade chancelou suas metas com a seguinte afirmação: “E para que estes compromissos possam ter êxito, todos os esforços deverão ser desenvolvidos pelo Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular junto aos seus associados e junto à sociedade brasileira em geral” (FERESP, 2016, p. 86). Colocando-se, assim, na condição de mediadora entre o Estado e a sociedade na construção das políticas públicas para esse nível de ensino. São as metas:

Apoiar a formação dos estudantes do ensino médio mediante ações e atividades que os ajudem a superar obstáculos tais como dificuldades na adaptação ao ensino, no aprendizado da matemática e do português e a evasão precoce; contribuir de maneira decisiva para o aperfeiçoamento do atual modelo de avaliação do ensino superior; apoiar e colaborar com medidas governamentais que envolvam a utilização dos mecanismos do ProUni e do Fies tendo em vista promover a inclusão maciça de jovens das classes C, D e E no ensino superior; estimular a implantação de novas alternativas na estrutura curricular no nível de graduação que levem ao aperfeiçoamento do ensino na direção da formação interdisciplinar, multiprofissional e profissionalizante; intensificar a utilização de modernas

ferramentas de natureza tecnológica que impactam no processo de ensino-aprendizagem; atuar de forma intensa para que o país alcance a meta de 10 milhões de alunos no nível de graduação o mais rapidamente possível. (FERESP, 2016, p. 86)

Em Foz do Iguaçu, foi realizado o VI CBESP (2013)⁴⁹, com o tema “Construindo caminhos para o amanhã”. Nesse encontro, foi possível a discussão acerca de “novas alternativas sobre caminhos para expansão do ensino superior com qualidade [...] e uma profunda convicção do relevante papel que o segmento particular de educação tem para apoiar nosso país” (FERESP, 2016, p. 88). Foi feita uma avaliação dos resultados obtidos desde sua criação e destacada a necessidade de o Fórum seguir com os objetivos e as metas não alcançadas até então.

Como compromisso dessa carta, figurou como principal meta a necessidade de seguir diligenciando junto aos órgãos legislativos que desenvolvem as políticas educacionais do Brasil. Visando, dessa forma, à flexibilização das regras de acesso ao Fies e ao ProUni, que, para o FERESP, são os instrumentos fundamentais rumo à expansão do ensino superior e à liberalização do Fies para o ensino a distância, incluindo também os cursos de pós-graduação, conforme exposto a seguir:

Firmar posição junto ao governo visando a flexibilização das regras de acesso ao Fies e ProUni, instrumentos fundamentais para a expansão do ensino superior e para a inclusão social; Reiterar junto ao Ministério da Educação o pedido de liberação do Fies para o Ensino a Distância (bem como para os cursos de pós-graduação), visando a expansão das matrículas no ensino superior, de modo a alcançar as metas estabelecidas no PNE 2011-2020. (FERESP, 2016, p. 89)

É válido destacar aqui o que vimos afirmando ao longo deste trabalho ainda sob a forma de hipótese. Notemos que, em 2013, ano de publicação da Carta de Foz do Iguaçu (2016), ainda não vigorava o atual Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e que parte das metas acordadas nesse PNE para a educação superior foram antecipadas nas cartas do FERESP mesmo quando ainda não figuravam como política pública. Um exemplo disso é que, somente a partir do momento em que o PNE entrou em vigor, houve o traçado de estratégias oficiais que as cartas do Fórum já haviam deliberado.

No caso da Meta 12⁵⁰, estratégia 12.6, por exemplo, o texto diz: “expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, de que trata

⁴⁹ O evento aconteceu em Foz do Iguaçu, no Paraná, no Mabu Thermas & Resort, nos dias 6, 7 e 8 de junho de 2013.

⁵⁰ “Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos,

a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001a), com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador” (BRASIL, 2014).

Notemos que, na carta de Foz de Iguaçu, uma das principais metas do FERESP para o ano de 2013 era buscar junto ao MEC políticas para a flexibilização dos financiamentos estudantis governamentais, Fies e ProUni.

Ainda em relação à Meta 12, que trata da expansão das matrículas na educação superior, a estratégia 12.20 trata da extensão do Financiamento Estudantil via Fies e ProUni para estudantes matriculados, inclusive, na modalidade a distância. Notemos que, na carta de 2013, isto também figurou como meta: “Reiterar junto ao Ministério da Educação o pedido de liberação do Fies para o Ensino a Distância” (FERESP, 2016, p. 89). Vejamos como a Meta 12 tratou o assunto:

Ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2014)

Em relação à Meta 14⁵¹, parte das deliberações da carta de 2013 também foi acolhida pelo texto do PNE (2014-2024). No âmbito dessa carta, a estratégia era a de reforçar o pedido de liberação da EaD ao MEC. Notemos que a estratégia 14.3 delibera sobre “expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu” (BRASIL, 2014). Nesse sentido, fica cada vez mais claro o poder de pressão exercido pelo FERESP sobre o próprio poder legislativo no Brasil.

As apresentações desse congresso ficaram sob a responsabilidade de: Amáble Pacios, representante da Fenep; Ana Maria Costa de Sousa, conselheira da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular (FUNADESP); Andreia Inamorato, pesquisadora e consultora de Recursos Educacionais Abertos (REA) e tecnologia educacional; Carlos Furlan, parceiro executivo do PraValer; Carmem Luiza da Silva, vice-presidente da ABMES; Fábio Mattos Cavalheiro, superintendente do Santander Universidade; Jorge

assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014).

⁵¹ “Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores” (BRASIL, 2014).

Rodrigo Araújo Messias⁵², procurador da Fazenda Nacional; José Henrique Paim Fernandes, secretário executivo do MEC, entre outros.

“Ensino superior e novas tecnologias: caminhos e desafios” foi o tema do VII CBESP em 2014⁵³. O evento reuniu, novamente, intelectuais de todas as áreas educacionais, “renomados educadores e formuladores de políticas públicas para a educação no Brasil” (FERESP, 2016, p. 91), entre eles estavam Henrique Paim, então ministro da Educação.

Nesse tema acerca dos caminhos e desafios para a educação superior, o FERESP se comprometeu em colaborar, articulando-se com o governo em busca de soluções para a Educação a Distância. Esse foi um congresso cujo principal objetivo era diligenciar junto ao MEC aprovações para a implementação do marco regulatório para a EaD e em busca de aumentar seus percentuais de 20% para 50%.

A partir da manifestação do interesse dessa instituição, é notório o seu poderio ao propor e conseguir melhorias para o setor privado-mercantil⁵⁴. A partir dessa carta, já observamos o FERESP imbricado no Estado, com objetivos e ações concretas para o fortalecimento do setor privado no Brasil.

Cabe ressaltar que as estratégias para a EAD foram traçadas nas cartas de 2013 e 2014, sobretudo, tratando-se da política de educação a distância. Assim diz a carta de 2013: “Propor ao MEC que sejam ampliados os percentuais de EAD nos cursos presenciais para 30, 40 ou 50% em função dos conceitos CC dos cursos ou CI da instituição” (FERESP, 2016, p. 90).

Já na carta de 2014, o FERESP sugere “aumentar gradativamente nos projetos de cursos presenciais a percentagem da oferta EAD dos atuais 20% até alcançar os 50%” (FERESP, 2016, p. 92). Devemos ressaltar que, em 28 de dezembro de 2018, essa estratégia muito clara para a instituição foi publicada sob a forma da portaria nº 1.428, que “Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a Distância em cursos de graduação presencial” (BRASIL, 2018). E passou a ser permitido que cursos de graduação presencial pudessem ofertar até 40% das aulas a distância. Reforçando o

⁵² Ex-Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Ex-Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil. Ex-Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação. Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Educação. Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ex-Procurador do Banco Central do Brasil (CURRICULO LATTES, 2018).

⁵³ O evento aconteceu em Maceió, Estado de Alagoas, no Ritz Lagoa da Anta, entre os dias 3 a 5 de abril de 2014.

⁵⁴ O marco regulatório para a EaD foi conquistado em 21 de junho de 2017, aprovado o decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017).

papel que esse intelectual coletivo vem cumprindo no direcionamento das políticas para a educação superior brasileira.

Ainda na Carta de Maceió (2014), uma das ações do FERESP era “diligenciar junto ao MEC a aprovação e a implementação do marco regulatório para a Educação a Distância (EAD)” (FERESP, 2016, p. 92). E, em 25 de maio de 2017, foi publicado o decreto nº 9.057, que “regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 2017). Esse decreto foi regulamentado pela Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017 (BRASIL, 2017).

Esse marco regulatório permite que as IES se credenciem para ofertar cursos em EaD sem a necessidade de credenciamento para a modalidade presencial. E o MEC também passou a permitir que as IES já credenciadas na modalidade de educação a distância criassem polos de estudos por ato próprio, com o respaldo dos limites fixados de acordo com o conceito institucional.

Ou seja: a desburocratização para a modalidade EaD foi realizada conforme o pedido e a pressão política que são exercidos pelo FERESP ao MEC. Vale já destacava que é o

[...] Estado o operador fundamental das ações/inações jurídico-políticas que dão lastro ao movimento do capital no mercado educacional no sentido da privatização, mercantilização e empresariamento da educação superior, em um novo e talvez inédito patamar que o Brasil tem experimentado. (VALE, 2017, p. 3)

Ao término do VIII CBESP (2015)⁵⁵, com o tema “Brasil: realidade e tendência para a educação superior”, ficou evidente, na Carta do Rio de Janeiro (2015), que o setor de ensino superior privado-mercantil iria continuar atuando fortemente para o fortalecimento de sua base. E, para isso, a intenção era a de continuar a diligenciar junto ao MEC, aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Justiça, para fazer uso do Fies ao alcance das metas do PNE.

Na ocasião, o FERESP ainda buscava uma aparente harmonia entre os setores público e privado, principalmente ao estabelecer que o segmento particular de educação superior atuasse efetivamente nas definições das medidas públicas dedicadas à educação, possuindo voz nas decisões a serem tomadas. O documento *Oito anos trabalhando pela educação brasileira: ações do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular*, que contém as cartas do FERESP de 2008 a 2015, encerra-se destacando que:

⁵⁵ O evento foi realizado no Rio de Janeiro, no Royal Tulip, entre os dias 14 e 15 de maio de 2015.

O Fórum se consolidou como um importante interlocutor do segmento particular de ensino superior junto ao MEC e seus órgãos vinculados, bem como junto ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira. As informações fartamente apresentadas ao longo deste documento bem atestam o extraordinário e dedicado esforço realizado em prol da educação brasileira. (FERESP, 2016, p. 96)

A carta de 2015 aparentou um tom conciliatório e trouxe uma espécie de balanço dos últimos anos de atuação que reforçavam o trabalho do Fórum nessa interlocução com o Estado. Eles se colocaram na condição de apoio ao combate das desigualdades e na luta por justiça social e cidadania, mas em nenhum momento trabalharam a educação como um direito público e subjetivo:

Ao término deste Congresso, ficou evidenciado que o setor de ensino superior particular vai continuar, com vigor, seu caminho de contribuir para o engrandecimento de nosso país e de apoiá-lo na sua trajetória de consolidação da cidadania com justiça e igualdade social. Foi nesta direção e neste ambiente de preocupação com o futuro da nação que os participantes decidiram expressar os pontos e compromettimentos que se seguem, nesta Carta do Rio de Janeiro. (FERESP, 2016, p. 94)

Para amparar essa discussão, recorremos à Marilena Chauí ao analisar a relação entre capitalismo e direito:

O que marca o neoliberalismo é o desmantelamento de todas as formas de social democracia, portanto, a derrubada da direção dos fundos públicos para os direitos sociais. Todos os direitos sociais são abolidos pelo neoliberalismo, são transformados em serviços. Eles deixam de ser direitos, eles são transformados em serviços e você compra e vende no mercado. A grande privatização neoliberal não é das empresas estatais, a grande privatização é a transformação dos direitos em serviços que você compra no mercado. Feito esse serviço, você vai precisar de uma ideologia que diga que isso é ótimo: “isso não podia ser melhor!”. (CHAUÍ, 2017)

Colocando-se na condição de um importante interlocutor e intelectual do setor privado-mercantil, o FERESP, em 2016, lançou sua carta com o tema “Ensino Superior brasileiro: soluções para um País que precisa avançar”⁵⁶. Nela, expôs como compromisso e responsabilidade, além do fortalecimento do setor, novamente o incentivo ao Fies e ao ProUni e a exigência de políticas que garantissem a expansão dessas duas políticas, visando à adequação ao PNE 2014-2024. Apresentou, ainda, a novidade de

Contribuir para a busca de **financiamentos** complementares **próprios das IES** ou mediante convênios com entidades especializadas para os alunos que

⁵⁶ O evento foi realizado em Porto de Galinhas – Pernambuco, no Enotel Convention & Spa, nos dias 14, 15 e 16 de abril de 2016.

deles necessitarem, em condições justas e razoáveis em termos de custos e prazos de pagamento. (CARTA DE PORTO DE GALINHAS, 2016, grifos nossos)

Notemos que a bandeira do FERESP, a partir de 2016, já caminhava para uma política de indução ao Financiamento Estudantil complementar próprio e mediante convênio com instituições especializadas (bancos etc.). Essa mudança de rumos sobre o financiamento tem relação direta com as alterações sofridas no âmbito do Fies: aumento da taxa de juros, que passou de 3,4% para 6,5% e a alteração do critério da renda familiar bruta para uma renda familiar *per capita* (até 2,5 salários mínimos) e a redução do número de novos contratos.

Esse Congresso aconteceu no mês de abril e, no mesmo ano de 2016, para o segundo semestre acadêmico, já havia um financiamento próprio para as IES privadas. Trata-se do Parcelamento Estudantil Privado (PEP), que foi “o primeiro parcelamento pré-aprovado para estudantes ingressantes no Ensino Superior” (PEP, 2019). Esse parcelamento faz parte da Kroton, uma das grandes empresas educacionais de capital aberto.

A Carta de Gramado (2017)⁵⁷ marca a 10ª edição do CBESP, com o tema “Uma agenda para o futuro”. Essa é uma carta que trouxe mudanças na forma de apresentação das ações e dos objetivos do FERESP, passando a dividir tais ações por temáticas. Os cinco grandes temas apresentados na carta de Gramado foram: inovação, sustentabilidade, qualidade, acessibilidade e relevância social.

Notemos que essas são categorias próprias do mundo das corporações de extração empresarial, já orientado pelas alterações na morfologia das empresas de educação superior, pela qual um número significativo dessas empresas, inclusive a empresa administrada pelo presidente do Fórum, Janguê Diniz (Ser Educacional), possui capital aberto na Bolsa de Valores.

Dentre as temáticas propostas nessa carta, há o destaque para as políticas orientadas para a intensificação dos financiamentos próprios estudantis com vistas a suprir a redução do financiamento público, dando continuidade ao objetivo da carta anterior. Para o alcance dessas metas, o FERESP tem participado assiduamente de audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados desde 2011.

No que diz respeito a financiamentos, nota-se que o FERESP, de fato, tem trabalhado no sentido de buscar saídas para que o acesso ao ensino privado continue, mesmo com a diminuição dos financiamentos públicos. Para tanto, a partir de 2016 e intensificando-se em

⁵⁷ O evento aconteceu em Gramado, no Rio Grande do Sul, no Master Premium Gramado, nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2017.

2017, os financiamentos próprios das IES privadas/mercantis ganharam destaque. Como exemplos de financiamento estudantil privado⁵⁸, podemos citar: o Crédito Universitário (PRAVALER); o Parcelamento Estudantil Privado (PEP) e o Parcelamento Estácio (PAR).

O PRAVALER é um crédito estudantil da IES privada *Ideal Invest*. Por meio desse programa, o aluno pode pagar o curso escolhido em até o dobro do tempo, com parcelas que não acumulam. Dessa forma é possível pagar um semestre em até um ano e renovar o contrato para cursar o próximo semestre. No que tange às condições de pagamentos de juros, estas variam de acordo com a instituição parceira do PRAVALER na qual o aluno irá estudar (PRAVALER, 2019).

O PEP é um crédito estudantil próprio, oferecido pelo grupo educacional Kroton. O prazo de pagamento é o mesmo utilizado pelo tempo do curso, ou seja, se o aluno levou quatro anos para concluir o curso, terá os quatro anos subsequentes para amortizar o financiamento. Segundo a empresa educacional, os juros são equivalentes aos ajustes anuais da instituição, com correções anuais pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (PEP, 2019).

O PAR consiste em uma forma de financiamento estudantil próprio, do grupo Estácio Participações S.A. Por meio dele, o aluno pode começar o curso pagando apenas 30 por cento do valor da mensalidade. No terceiro semestre, pode pagar 40 por cento desse valor, no quarto, 50 por cento e, a partir do quinto semestre, o aluno paga 60 por cento do valor mensal do curso até a conclusão deste.

Para pagar o restante do saldo devedor do financiamento, o aluno tem o dobro de tempo. Se ele fizer um curso de cinco anos, terá mais cinco anos para pagar o que ficou dos valores das parcelas. Segundo divulgação no site da empresa, não há juros, mas correções anuais pelo IPCA (PAR, 2019). Vale ressaltar que tanto o PAR como o PEP dispensam a nota do ENEM.

Analisando as ações do Fórum por meio de suas cartas e documentos lançados, é notório que o Fórum sempre esteve com seus esforços voltados para três frentes de atuação, conforme nos explica Santos:

Contenção da regulação estabelecida pelo Estado, propondo expandir o campo de atuação do setor na formulação e execução das políticas de educação para o nível superior; avanço da interferência nos processos de

⁵⁸ Para maiores informações, consultar os sites das empresas. Sobre o PAR, consultar: Estácio Participações S.A, disponível em: <http://portal.estacio.br/par/>. Sobre o PEP, consultar: <https://www.parceleafaculdade.com.br>. E sobre o PRAVALER, consultar: <https://www.creditouniversitario.com.br>.

avaliação de forma a alterá-los ao ponto de que, pelo menos, não depreciem sua imagem (marca) no mercado; avanço sobre o fundo público visando à garantia da contínua ampliação do setor com as taxas de lucro sem maiores impactos. (SANTOS, 2018, p. 243)

O CBESP mais atual foi o de 2018, que originou a Carta de Comandatuba/BA (2018)⁵⁹, com o tema “Educação Superior: Inovação e Inclusão para o Brasil que Queremos”, a carta destacou que o XI CBESP:

Representou um marco para as Instituições de Educação Superior e para as Entidades, por conta da qualidade das apresentações e dos debates relacionados aos temas que integraram a programação científica, além da participação efetiva e qualificada dos Congressistas. Esta conjugação produziu reflexões significativas que poderão subsidiar os saberes e as práticas que embasarão as Políticas Públicas, assim como o cotidiano das Instituições Particulares de Educação Superior, ali reunidas. (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018)

O FERESP, em seus dez anos de atuação, teve seu XI Congresso em um Resort e contou com toda a classe orgânica do setor educacional. Nesse encontro, contrariando a tradição, quem proferiu a abertura do evento já não foi o presidente do FERESP, Janguê Diniz, e sim o ministro da Educação à época, Rossieli Soares da Silva, empossado como tal em abril de 2018 pelo então presidente Michel Temer (2016-2018), ficando no lugar de Mendonça Filho, que estava à frente do MEC. Rossieli Soares tomou posse do seu cargo em abril e, após dois meses, já estava em articulação com o setor privado e realizando a palestra de abertura do maior congresso do setor.

Rossieli, pertencente ao quadro do MEC desde 2016, foi secretário de Educação Básica (SEB), e integrou o CNE. Suas maiores participações foram na aprovação e na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base do Ensino Médio. Em entrevista à TV MEC, o atual Ministro relatou que “a Base é um apontamento para o futuro do Brasil” e ressaltou que, dessa maneira, “ela vai nos trazer o tipo de educação que nós queremos [...]” (NOVA ESCOLA, 2018). Esse ministro, que foi a opção política do FERESP para o debate sobre Inovação e Inclusão na Educação superior, foi escolhido por ser um dos articuladores da BNCC.

A parceria entre público e privado foi também reafirmada nesse congresso. Na palestra de abertura, o ministro ressaltou “o compromisso de avançar com a política de qualidade e de inclusão na Educação Superior, com incremento na incorporação de inovações científicas e

⁵⁹ O congresso aconteceu na Ilha de Comandatuba, na Bahia, no Transamérica Resort Comandatuba, nos dia 7, 8 e 9 de junho de 2018.

tecnológicas, reafirmando a importância da parceria com as instituições particulares de educação superior” (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018).

É válido ressaltar que o sentido de acessibilidade, qualidade e inovação trabalhado nos conteúdos das cartas do FERESP, com destaque para a carta de 2018, tem um encaminhamento instrumental e é orientado por uma concepção de educação e de formação alinhada às reformas econômicas e políticas próprias da atual etapa capitalista de caráter financeiro. Por exemplo, a inovação é tratada como forma de indução de mudanças nos currículos de graduação, considerados tradicionais: “Reavaliar os currículos tradicionais, dando maior ênfase à multidisciplinaridade e às habilidades socioemocionais dos alunos, os chamados ‘soft skills’” (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018).

Outro destaque sobre Inovação diz respeito ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação tanto na formação de professores quanto na formação dos alunos durante a graduação:

Estimular a formação e capacitação de professores para atuação em ambientes digitais, incluindo nos currículos dos cursos de Licenciatura o ensino das novas tecnologias da informação e da comunicação; Disseminar o uso e a aplicação de novas tecnologias de ensino-aprendizagem, reconhecendo e valorizando as diferenças individuais dos alunos. (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018)

Quanto à acessibilidade, diz respeito às contínuas reivindicações do FERESP para uso do Fundo público via consolidação de políticas de financiamento que garantam a reprodução da lucratividade das empresas educacionais que compõem seus associados. Assim diz a Carta da Bahia:

Defender a ampliação do financiamento estudantil público (novo Fies) como política social, revisando os critérios de admissibilidade e possibilitando que mais estudantes cheguem à universidade; Manter e ampliar o Programa Universidade para Todos (ProUni), como mecanismo de apoio à inclusão social de alunos de menor renda; Expandir a oferta de EAD no Brasil, com menos restrições regulatórias, levando a educação superior aos locais mais distantes, mas não menos importantes, para o desenvolvimento nacional; Criar novos incentivos tributários para que as IES ofereçam programas próprios de bolsa de estudos para alunos carentes. (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018)

Em relação à relevância social, o FERESP estabeleceu como uma de suas principais metas a formação de seu próprio quadro de intelectuais orgânicos para continuar o trabalho iniciado há 10 anos, por meio da criação de seus próprios programas e pesquisas, sem, entretanto, abrir mão do fundo público. No documento:

[...] apoiar a expansão dos programas de Mestrado e Doutorado nas universidades particulares, incentivando a maior participação de pesquisadores dessas instituições no processo decisório dos órgãos de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq. (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018)

Alguns objetivos do FERESP para o ano de 2018 estavam pautados nas seguintes importâncias:

[...] a importância da continuidade do esforço de todos os segmentos no alcance das Metas do Plano Nacional de Educação, [...] a importância de se buscar novas formas de viabilizar a captação e retenção de alunos, seja por meio do uso de ferramentas de modelagem estatística, seja por meio de programas próprios de financiamento estudantil. [E] a importância da criatividade, produção de novos conhecimentos científicos e do potencial da EaD para contribuir para a expansão da educação superior. (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018)

No que diz respeito à programação dos CBESP's do Fórum nos últimos 10 anos, só tivemos acesso ao mais recente, que estava disponível no site da entidade. Esse evento aconteceu em três dias: no primeiro dia, houve a mesa de abertura denominada “O papel da educação no combate à corrupção”. A mesa foi presidida por Janguê Diniz, presidente do FERESP, e teve a participação dos conferencistas: William Douglas, diretor e presidente da ABMES, professor e juiz federal brasileiro; e Celso Niskier, representante do Semerj e vice-presidente da ABMES (CBESP, 2018).

O segundo dia contou com os painéis de apresentações. No painel I, estavam as palestras 1, 2 e 3. A palestra 1, “A experiência da Ânima Educação: a transformação da educação por meio da inovação e do acesso”, foi apresentada por Daniel Castanho, presidente da Ânima Educação. A palestra 2, com o título “Se ensino híbrido é a solução, qual o problema?”, foi apresentada por Luiz Filipe Trivelato, consultor do Grupo A e fundador da Educa Insights. E a palestra 3, intitulada “UniAGES: inovações aplicadas à gestão acadêmica com a participação da comunidade”, foi comandada por José Wilson dos Santos, professor, presidente e idealizador da Rede de Ensino AGES (CBESP, 2018).

Nas apresentações de Painel II, estavam mais três palestras. A palestra “A experiência da Kroton em formas alternativas de financiamento estudantil”, ministrada por Jamil Saud Marques, vice-presidente de finanças da Kroton. A palestra “Formas inovadoras de captação e retenção: o caso da Unicesumar”, apresentada por Wilson de Matos Silva, reitor da Unicesumar. E a última palestra, que ficou a cargo de Rafael Baddini: “Como matricular mais alunos com a forma de pagamento mais adequada para cada perfil”. Baddini é sócio e diretor de Vendas de Marketing do Pravalier Crédito Universitário (CBESP, 2018).

No Painel III de apresentação, estavam quatro palestras. A primeira, de título “Inovação na gestão das organizações educacionais: uma visão global”, foi feita por Olaf Brugman, consultor internacional e especialista na área de sociologia organizacional e inovação tecnológica. A segunda palestra, denominada “Modelos híbridos inovadores: mais resultados com menores custos”, foi oferecida por Ryon Braga, diretor-presidente da Faculdade Uniamérica.

A terceira palestra, intitulada “Pense Simples – Como aprender a inovar como as *startups*”, foi apresentada por Gustavo Caetano, fundador e CEO da Samba Tech. Já a quarta e última palestra desse painel, “Inovação digital na gestão acadêmica: o caso da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba”, foi ministrada por Sergio Ricardo, diretor administrativo e financeiro da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (CBESP, 2018).

O Congresso contou também com a mesa redonda intitulada “Perspectivas e soluções educacionais para o Brasil que queremos”. Esta foi presidida por Gabriel Mário Rodrigues, presidente do Conselho de Administração da ABMES, e teve a participação de Ronaldo Mota, Chanceler do Grupo Estácio; Manuel Marcos Formiga, professor da UnB e especialista em aprendizagem flexível e educação internacional; e João Noronha, analista chefe dos setores de Educação, Saúde e Bens de Capital no Santander (CBESP, 2018).

Ainda no segundo dia de CBESP, houve uma inovação no congresso, que estava com dois *workshops* para capacitação dos que estavam presentes. O primeiro tinha como tema “Como adaptar sua instituição ao novo marco regulatório” que, nesse caso, falava sobre o marco da EaD. O curso foi ministrado por: Iara de Xavier, conselheira do Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-PARES); Patrícia Vilas Boas, diretora de Regulação da Educação Superior da Seres/MEC; Maurício Garcia, conselheiro do CC-Pares; e José Roberto Covac, assessor jurídico do FERESP (CBESP, 2018).

O segundo *workshop* tinha como título “Como adaptar suas instituições aos novos instrumentos de avaliação”. Nesse curso, os palestrantes eram: Francislene Hasmann, diretora de Avaliação do Grupo Ser Educacional; Gilberto Gonçalves Garcia, conselheiro da Câmara de Educação Superior do CNE; Maximiliano Damas, pró-reitor acadêmico da Unicarioca; e Paulo Chanan, membro do Conselho de Administração da ABMES (CBESP, 2018).

No último dia de congresso, o assunto foi “Conselho Nacional de Educação – inovação e inclusão no contexto da Educação Superior”. Janguê Dinis coordenou a mesa juntamente com Arthur Sperandéo de Macedo. Os expositores foram Paulo Barone, secretário da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), e os conselheiros do CNE: Antônio de

Araújo Freitas Júnior, Arthur Roquete de Macedo, Gilberto Gonçalves Garcia e Rafael Lucchesi (CBESP, 2018).

O evento é bem organizado, e suas apresentações são orientadas por temas específicos para o esclarecimento de todos os envolvidos. O congresso é todo articulado para que cada componente que lá esteja deixe o local sabendo de todas as demandas do setor, de tudo o que está em desenvolvimento e das metas e ações que serão tomadas para o alcance de cada objetivo. Os empresários, então, criam sinergias com os reguladores, escutam as tendências e articulam os passos que darão para caminhar ao encontro de seus interesses no caminho que foi aberto por estes empresários.

Entendemos esse congresso como um *lócus* de consenso para que, posteriormente, fosse operada a pressão política, principalmente no que diz respeito ao setor público, considerando que o Estado estava sendo representado por seus ministros, que participaram do evento e até presidiram mesas de debates.

Observa-se que, ao passo que a entidade tem por objetivo estar sempre em contato direto com os agentes da legislação educacional brasileira, seu intuito é conquistado conforme documentos e congressos são lançados. Fato é que os mesmos agentes que estão no delinear das legislações educacionais também são orgânicos no setor privado-mercantil. A educação, seguindo a lógica dos interesses privatistas, está em pleno vigor e, a cada dia, vem se aperfeiçoando mais, ganhando espaço em nossa legislação e desfigurando nossa Constituição Federal, que ainda traz feições da educação como direito público e subjetivo.

3.2 A REGULAÇÃO E AS AÇÕES DO FERESP

A partir da indução a novas formas de organização e gestão do setor público inaugurada na etapa de capitalismo neoliberal e formalizada pela reforma do Estado brasileiro a partir da década de 1990, reformas educacionais foram implementadas no Brasil e expuseram um novo entendimento no que diz respeito à regulação da educação.

Barroso apresentou no seu texto o conceito de “regulação” aplicado à educação e, segundo o autor, a regulação “está associada, em geral, ao objectivo de consagrar, simbolicamente, um outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas” (BARROSO, 2005, p. 727).

Barroso (2006), ao discorrer sobre o nível de regulação denominado “regulação nacional”, afirma que esta representa a forma com que o Estado e as autoridades que o compõem manterão o controle no que diz respeito ao sistema educacional e as suas respectivas normas, a serem elaboradas. Para o mesmo autor, essas regulações ocorrem em

nível mundial, fazendo com que o sistema educacional brasileiro se adeque às fases do capitalismo. Nesse sentido, o Estado:

[...] não se retira da educação. Ele adopta um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não, alcançados. Se, por um lado, ele continua a investir uma parte considerável do seu orçamento em educação, por outro, ele abandona parcialmente a organização e a gestão quotidiana, funções que transfere para os níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com actores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do “mercado” educativo. (LESSARD; BRASSARD; LUSIGNAN *apud* BARROSO, 2005, p. 732)

O excerto exemplifica como ocorre para que o setor privado também tenha acesso às regulações que tangem ao sistema educacional, tendo em vista que o Estado deixa parcialmente sua função de organizador e gestor do cotidiano e a transfere para os níveis locais. Ao Estado cabe a regulação e, ao setor privado, a oferta de serviços, gerando outra dinâmica entre o público e o privado.

A categoria de análise aqui posta é a “regulação”, no entanto, é necessário adentrar, mesmo que superficialmente, a questão da avaliação, sobretudo porque a lei que rege a avaliação das instituições de ensino superior é a mesma que trata da regulação delas. Com isso, o destaque é feito para a lei nº 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004), que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), elaborada pelo ministro Tarso Genro, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo, então presidente, Lula da Silva. Nessa lei, é estabelecido que a avaliação esteja fundamentada na avaliação do aluno, do curso e da instituição de ensino superior. O SINAES, para Barreyros e Rothen (2006, p. 971):

[...] é o resultado da cumulação e da metamorfose. Os três pilares que constituem o Sistema atualmente são derivados das experiências anteriores: a) a Avaliação Institucional, do PAIUB, b) a Avaliação dos Cursos de Graduação, da Avaliação das Condições de Ensino e c) o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, do Provão. A cumulação dos mecanismos de avaliação foi realizada sem considerar que cada um deles é produto de valores e paradigmas divergentes: a visão formativa/emancipatória do PAIUB, fundada na participação e na autonomia institucional, a visão somativa da Avaliação das Condições de Ensino e o mecanismo de *ranking* do Provão.

Na avaliação oficial, o SINAES tinha por objetivo:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. (BRASIL, 2004)

Embora a avaliação seja pautada em três frentes, como dito anteriormente, Dias Sobrinho ressalta que a frente principal do SINAES é a IES, com o objetivo de valorizar “os esforços institucionais no sentido do cumprimento científico e socialmente relevante dos processos de construção de conhecimentos e de formação de sujeitos com autonomia epistêmica, ética, social e política” (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 825).

Os autores supracitados pensam o SINAES como uma representação de mudança na concepção de avaliação, sobretudo porque o seu centro é o desenvolvimento institucional por meio de ciclos avaliativos e dos instrumentos de autoavaliação.

O que ocorreu com essas avaliações, que ao longo do tempo sofreram muitas mudanças⁶⁰, foi a distorção da lei ao obterem os *rankings* como instrumento principal de sua eficácia. Com isso, foi negligenciada a avaliação no seu conteúdo democrático e emancipatório (DIAS SOBRINHO, 2008).

A Lei do SINAES e o seu conjunto de avaliações expressa a referência básica à regulação da educação superior no parágrafo único do art. 2º ao relatar que:

Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação. (BRASIL, 2004, grifo do autor)

Ressaltamos que a avaliação e a regulação da educação superior são comandadas por órgãos diferentes no setor público. A avaliação é conduzida pelo SINAES, e sua coordenação é dada pela Comissão de Avaliação de Educação Superior (CONAES). No que tange à regulação, existe a diferença entre o sistema federal de educação e as instituições privadas e, também, entre os sistemas estaduais e municipais, que, conforme a LDB de 1996, “são ambos regulamentados através de seus respectivos Conselhos Estaduais de Educação” (VERHINE, 2015, p. 608).

Ainda segundo Verhine (2015), para o sistema federal, a regulação das instituições privadas e federais é de responsabilidade da Câmara da Educação Superior (CES) e do CNE. O CNE transferiu sua responsabilidade de regulação dos cursos superiores para o MEC em 2006, e o Ministério, por sua vez, detém três secretarias que são responsáveis por esses cursos superiores de acordo com a natureza de cada um. São elas: o SESu, a Secretaria de Ensino Profissional e Tecnológico (SETEC) e a Secretaria de Educação a Distância (SEED).

⁶⁰ Ver Dias Sobrinho (2008) e Barreyros e Rothen (2006).

Em 2012, por meio do decreto nº 7.690 de 2012 (BRASIL, 2012), segundo Verhine (2015), a regulação de todos os cursos superiores de graduação de instituições federais e privadas passou a ser de responsabilidade de uma única secretaria, intitulada Secretaria de Regulação Superior (SERES).

Os artigos 9º e 46º da LDB de 1996 versam, respectivamente, sobre a finalidade da avaliação da educação brasileira e o que é de competência da União e sobre a “autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, [que] terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação” (BRASIL, 1996a). Assim, a LDB estabeleceu a necessidade de processos de avaliação de forma primordial à educação superior, sobretudo no sentido das orientações para as ações de regulação, supervisão e controle estatal, que são de competência dos órgãos públicos.

No que tange às cartas do FERESP, em 2008, no primeiro CBESP, na Carta de Recife (2008), uma de suas primeiras ações estava no “aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, regulamentação, supervisão e avaliação do ensino superior, com regras duradouras que permitam a segurança jurídica [e na busca pelo] fortalecimento da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior” (FERESP, 2016, p. 66).

Essa Frente Parlamentar foi instalada em dezembro de 2007 e teve como coordenador o deputado João Matos, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Santa Catarina (PMDB-SC). Ela nasceu com o objetivo de “propor medidas que contribuam para o desenvolvimento da educação superior no país” (O GLOBO SOCIEDADE, 2007).

As entidades do setor privado-mercantil comemoraram a criação dessa Frente Parlamentar porque, segundo Hermes Figueiredo⁶¹, que na época era presidente da SEMESP, ela “demonstra a capacidade de articulação atingida pelo segmento e projeta o trabalho que teremos pela frente” (CONTEE, 2008).

Figueiredo diz, ainda, que a “prioridade da Frente será em conter o detalhismo das portarias, decretos, leis, resoluções etc. que tolhem o ensino superior e que, muitas vezes, são impostas ao arrepio da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (CONTEE, 2008).

Na Carta de Araxá (2009), as propostas que dizem respeito à regulação são:

Atuar, com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro, junto ao MEC visando a discutir as distorções dos instrumentos de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e

⁶¹ Texto extraído do artigo publicado na revista patronal “Ensino Superior” (janeiro/2018) (CONTEE, 2008).

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) e os critérios de definição do Conceito Preliminar de Curso (CPC), buscando inclusive fortalecer o Inep como órgão de avaliação e não de fiscalização; Promover alianças políticas regionais visando ao fortalecimento da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro; Propor o aperfeiçoamento da Lei nº 9.870/99, de forma a prestigiar a adimplência; Promover a criação da Agência Nacional de Acreditação – órgão de regulação do ensino superior particular, com autonomia de gestão e composto por pessoas de reputação ilibada, cujos membros não pertençam a instituições particulares e/ou órgãos do Governo, para conferir legitimidade ao processo. (FERESP, 2016, p. 70)

Essa carta foi enviada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em julho de 2009 para que fossem de conhecimento do parlamento brasileiro as intenções da entidade. O presidente dessa Comissão, o Senador Flávio Arns, do Partido dos Trabalhadores do Paraná (PT-PR), que também estava presente no Congresso do FERESP, salientou a importância da valorização das IES privadas como fortes aliadas no fortalecimento das políticas públicas educacionais. Já o senador Sérgio Zambiasi, do PTB-RS, enalteceu as oportunidades que o setor privado de ensino oferece à educação superior (SENADO NOTÍCIAS, 2009).

Na Carta de Maceió, de 2014, sob o título “Ensino Superior e novas tecnologias: caminhos e desafios”, uma das ações do FERESP é:

Eliminar os efeitos punitivos advindos dos indicadores provisórios de avaliação e de regulação, em especial o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), que ferem as disposições da Lei nº 10.861/2014 que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). (FERESP, 2016, p. 92)

Na carta do Rio de Janeiro (2015), já era possível observar o intuito do FERESP na busca de estar sempre em conjunto com as “entidades públicas encarregadas da legislação, regulação e avaliação do ensino superior com reciprocidade de tratamento” (FERESP, 2016, p. 94).

A partir do ano de 2016, o FERESP esteve agindo fortemente para chegar ao seu propósito, que era – e é – o de flexibilizar a regulação educacional no Brasil para que não houvesse impedimentos na expansão das instituições privadas, já que, com uma regulação mais estreita e mais específica, não havia meios de rápido crescimento das IES privadas-mercantis. Com isso, desenvolvemos um quadro para melhor visualizar os maiores interesses da entidade no ano de 2016, que eram justamente as revogações de portarias normativas e decretos:

QUADRO 10 – Mudanças nas legislações por meio do FERESP

DECRETOS E PORTARIAS	PROPOSTA DO MEC	PROPOSTA DO FERESP E SUAS JUSTIFICATIVAS	ATENDIMENTO DAS PROPOSTAS DO FERESP
Portaria Normativa nº 7, de 20 de abril de 2016 (BRASIL, 2016a)	Institui o Cadastro Nacional de Concluintes dos cursos de graduação – CNC.	Revogação dos citados institutos normativos com a instituição de uma comissão composta por representantes do MEC, do CNE e das IES privadas, para que, em 60 dias, elaborem propostas mais concretas e realistas de desburocratização do processo de regulação e fortalecimento da Lei do Sinaes.	A portaria normativa nº 15, de 22 de junho de 2016 (BRASIL, 2016c), revoga a portaria normativa nº 7, de 28 de abril de 2016. “Revoga as Portarias Normativas nº 7 e nº 8, ambas de 28 de abril de 2016, e publicadas no Diário Oficial da União do dia 29 subsequente, que, respectivamente, institui o Cadastro Nacional de Concluintes dos cursos de graduação – CNC, e cria indicadores de qualidade para a Educação Superior e institui Grupo de Trabalho para elaboração e definição de metodologia para sua implementação.”
Portaria Normativa nº 8, de 28 de abril de 2016 (BRASIL, 2016b)	Cria indicadores de qualidade para a Educação Superior e institui Grupo de Trabalho para elaboração e definição de metodologia para sua implementação.	Revogação total da portaria. Justificativa: uma mudança abrupta dos indicadores trará imprevisíveis mudanças regulatórias, já que as siglas CPC e IGC estão capilarizadas nos inúmeros decretos, portarias, notas técnicas e instruções normativas que vêm sendo criados nos últimos anos. Ou seja, haverá a necessidade da reedição de praticamente todo o marco regulatório. Além disso, é preciso aprofundar os estudos, envolvendo também técnicos do setor privado, para avaliar tais indicadores. Isso pode ser feito no atual GEIES –	A portaria normativa nº 15, de 22 de junho de 2016 (BRASIL, 2016c), revoga a portaria normativa nº 8, de 28 de abril de 2016. “Revoga as Portarias Normativas nº 7 e nº 8, ambas de 28 de abril de 2016, e publicadas no Diário Oficial da União do dia 29 subsequente, que, respectivamente, institui o Cadastro Nacional de Concluintes dos

		Grupo de Estudos de Indicadores de Educação Superior, do INEP, ou mesmo no GTAES – Grupo de Trabalho de Avaliação do Desempenho da Educação Superior, citado na Portaria, desde que seja assegurada uma maior representatividade de representantes do setor privado.	cursos de graduação – CNC, e cria indicadores de qualidade para a Educação Superior e institui Grupo de Trabalho para elaboração e definição de metodologia para sua implementação.”
Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016	Altera o decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.	Revogar os “indicadores de qualidade” no padrão decisório de processos (Art.10 §10, Art.22 §1). Justificativa: os indicadores de qualidade foram concebidos para serem métricas preliminares de avaliação, a partir das quais se ensaja ou não as visitas <i>in loco</i>. Por conta de suas limitações metodológicas, não podem ser usados para decisões regulatórias, os relatórios de visita <i>in loco</i> precisam ser soberanos. Da forma como está sendo colocado, o uso de tais indicadores se dará de forma subjetiva, tornando discricionário o padrão decisório do regulador. Revogar os dispositivos que concedem tratamento diferenciado para as instituições públicas no que tange às exigências regulatórias (Art.10 §11, Art.24 §1 §4 §5, Art.26 §4, Art.28 §5 §6, Art.48 §3, Art.61 §3). Justificativa: não faz sentido ser feita uma série de exigências para instituições privadas e o mesmo não valer para as instituições públicas. Os padrões devem ser os mesmos, não há razão técnica para a ausência de isonomia nesse sentido. Revogar os dispositivos que normatizam a participação de	Até o presente momento, não há uma resposta oficialmente divulgada acerca das proposições que o FERESP fez.

		conselhos e entidades de classe em processos regulatórios (Art.28 §4, Art.29 §1, Art.36). Justificativa: o papel dos conselhos é a fiscalização do exercício profissional, compete exclusivamente ao Ministério da Educação a fiscalização da formação profissional. Ainda que de caráter opinativo, tais entidades criam seus próprios instrumentos de avaliação e tornam os processos mais lentos. Revogar a possibilidade de aplicação de penalidade após protocolo de compromisso diretamente pela SERES (Art.62 §2 §3). Justificativa: manter a redação anterior, que atribui ao CNE essa prerrogativa, o que garante a ampla defesa por parte da instituição.	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração da autora

O quadro de número 10 está exemplificando as proposições da entidade junto ao MEC para que modificações fossem realizadas no sentido de desburocratizar a regulação do ensino superior, sobretudo o privado-mercantil. O texto do quadro foi extraído do documento intitulado “Solicitação de revogação e/ou alteração das medidas editadas pelo MEC durante o mês que antecedeu a mudança de Presidência da República”, enviado ao MEC em 2 de junho de 2016 para que fossem feitas análises a partir do que o Fórum entende ser relevante ao setor educacional.

O FERESP trabalha sempre no sentido de articular seus interesses e objetivos junto ao MEC. Em documento recente, denominado “Agenda propositiva para relações entre o Ministério da Educação e as instituições de ensino superior particulares” e enviado ao ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, o Fórum trata do que ele entende que são os “temas relevantes para compor uma agenda de proposições” (FERESP, 2016, p. 2) junto ao MEC.

O documento demonstra uma pequena análise feita pela entidade acerca da “representatividade social e econômica do setor privado e apresentar as propostas para fortalecer o desenvolvimento da educação superior com vistas ao alcance das metas

estabelecidas no atual Plano Nacional de Educação – PNE”. Nesse documento, o primeiro tema importante para o FERESP que está em destaque é a regulação. Nele, há a orientação para:

Revogação imediata do Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016, que altera toda a regulação, avaliação e supervisão do ensino superior privado; das Portarias Normativas nº 7 e nº 8, de 28 de abril de 2016, que criam novos indicadores de qualidade, bem como da Portaria Normativa nº 10, de 6 de maio de 2016, que cria critérios para aumento ou redução de vagas de cursos. (FERESP, 2016, p. 5)

O decreto do qual o documento trata é o que dispõe sobre a alteração do antigo decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e que disserta sobre as funções de regulação e avaliação das IES do sistema federal de ensino (BRASIL, 2006). A justificativa do FERESP está no quanto o decreto é prejudicial e discriminatório para o setor particular em relação ao setor público. E, de acordo com a entidade, fere a Lei do Sinaes ao propor dois modelos diferentes para a criação de cursos das IES públicas e privadas.

O documento repugna esse decreto por sua elaboração ter sido feita sem nenhuma participação do setor privado e por sua publicação ter acontecido na “CALADA DA NOITE DO DIA 11 DE MAIO DE 2016, ÚLTIMO DIA DO GOVERNO DILMA. INADIMISSÍVEL” (FERESP, 2016, p. 5). É notório, pois, o esforço que vem sendo realizado por parte da entidade para o alcance de suas metas em favorecimento do setor que defende e os embates traçados com o poder público em busca de mais autonomia e participação nas decisões das políticas públicas educacionais.

A portaria nº 7, de 2016, institui o Cadastro Nacional de Concluintes de Graduação (CNC), que é um sistema computacional relativo aos concluintes dos cursos de graduação e que trata da autenticidade dos diplomas de graduação (BRASIL, 2016). Já a portaria nº 8, de 2016, cria os indicadores de qualidade para a educação superior. No entendimento do FERESP, essas portarias não têm clareza e não estão coerentes com a realidade nacional da educação superior, “além de acabar com os atuais indicadores de qualidade sem sequer ter havido um estudo mais aprofundado” (FERESP, 2016, p. 5).

Em vista de todo o exposto acima, a entidade propõe a:

Revogação dos citados institutos normativos com a instituição de uma comissão composta por representantes do MEC, do CNE e das IES privadas, para que, em 60 dias, elaborem propostas mais concretas e realistas de desburocratização do processo de regulação e fortalecimento da Lei do Sinaes. (FERESP, 2016, p. 5)

Houve uma reunião no MEC no dia 2 de junho de 2016. A ata dessa reunião, que se encontra no site do FERESP, informava aos representantes presentes que há uma pressão por parte do setor privado pedindo a revogação do decreto e das portarias normativas supracitadas. Após todas as reivindicações e todos os ofícios e documentos que foram enviados ao MEC, houve o que o Fórum denomina conquista para o setor privado: as portarias normativas nº 7 e nº 8 foram revogadas por meio da portaria normativa nº 15, de 22 de junho de 2016 (BRASIL, 2016c).

Em 2017, no discurso do jantar anual de confraternização, Janguê Diniz ressaltou que o FERESP trabalhou e desenvolveu papéis importantes durante o ano no âmbito do parlamento brasileiro e teceu elogios frente à “intensificação do esforço empenhado por conselhos profissionais e federais no sentido de incidirem em aspectos relativos à supervisão e regulação da educação superior no país, prerrogativa exclusiva do Ministério da Educação” (DISCURSO DO PRESIDENTE, 2017).

Em sua última publicação, sob a forma da Carta de Comandatuba/BA, em 2018, o FERESP detalhou que seu objetivo era perseguir a inovação do setor educacional em busca de tecnologias voltadas para o setor. Como um de seus destaques, versava sobre como a entidade vinha se posicionando a respeito desta pauta:

Inovando em sua própria organização, o XI CBESP também ofereceu oportunidade para que os participantes tirassem suas dúvidas sobre os novos atos regulatórios e instrumentos de avaliação, em dois grandes workshops, com a parceria da Secretaria de Regulação da Educação Superior – SERES/MEC e do Conselho Nacional de Educação. Estes dois workshops, realizados pela primeira vez no CBESP, representaram inovador modelo de colaboração público-privado, visando a possibilidade de construção coletiva de protocolos de atuação das IES [...] (CARTA DE COMANDATUBA/BA, 2018)

O destaque que aqui se faz é para fortalecer aquilo sobre o que já estávamos alertando neste estudo. Neste último CBESP realizado pelo FERESP, houve *workshops* ministrados pelo SERES/MEC e pelo CNE para esclarecimentos acerca dos instrumentos de avaliação e regulação na educação superior brasileira. A parceria público-privada ocorreu de forma a beneficiar o setor privado no momento em que os representantes públicos adentraram um congresso que busca o fortalecimento e o crescimento do setor privado no Brasil, sobretudo o privado-mercantil.

A relação direta da SERES/MEC com o FERESP demonstra a fragilidade dos órgãos competentes que dão conta das legislações e da regulação da educação superior no Brasil. O dever da secretaria é o de zelar para que a legislação educacional seja cumprida e “suas ações

buscam induzir a elevação da qualidade do ensino por meio do estabelecimento de diretrizes para a expansão de cursos e instituições de conformidade às diretrizes curriculares nacionais e de parâmetros de qualidade de cursos e instituições” (SERES/MEC, 2018).

Entretanto, o que observamos é o estreitamento das relações público-privadas no sentido do fortalecimento do setor privado-mercantil, uma das ações de base do FERESP que vem se intensificando nos últimos anos.

Sguissardi já tratava da fragilidade de regulação por meio da avaliação das IES privadas. Haja vista que era de total conhecimento da sociedade, por meio de jornais de circulação, que instituições que, naquele momento, foram reprovadas pelo Índice Geral de Cursos das IES (IGC) “estariam há pelo menos 13 anos sem fiscalização” (SGUISSARDI, 2008, p. 1007). O autor destacou a LDB de 1996 e a obrigatoriedade de que as IES “devem passar periodicamente por uma análise de seus indicadores de qualidade – o que se pode considerar parte do processo de regulação e controle” (SGUISSARDI, 2008, p. 1007).

No documento “Eleições 2018: 10 propostas relevantes para a educação superior brasileira” (FERESP, 2018), a proposta de número seis da entidade é justamente a de “defender o Sistema Nacional de Avaliação Superior, adequando a legislação vigente para que seja efetivamente cumprida”.

Segundo o FERESP (2018, p. 17), “o sistema continua subordinado a um modelo acadêmico incompatível com a modernidade”, com isso, uma proposta é lançada para que o novo governo brasileiro se atente ao pedido da entidade, a saber: “o **Fórum** propõe que, com a contribuição de representantes do setor privado, seja promovida ampla reforma na política de avaliação da educação superior, visando corrigir as dissonâncias existentes” (FERESP, 2018, p. 17).

A desenvoltura do FERESP é tamanha que, sempre que possível, está afirmando a importância que ele tem para a sociedade e para a educação superior, como na proposta nove do documento supracitado, quando tece sobre a importância de “ampliar a participação do setor privado na elaboração de políticas públicas para a educação superior” (FERESP, 2018). Ali, o Fórum faz um destaque ao setor privado, que representa 88% das instituições no Brasil e é responsável por 75% das matrículas no ensino superior.

No jantar de confraternização de 2018 da entidade, o presidente do FERESP, discursando, ressaltou que todos os participantes do congresso “puderam esclarecer dúvidas, acompanhar e despachar os processos de suas IES com rapidez e agilidade” (DISCURSO DO PRESIDENTE, 2018).

O que ocorreu nesse congresso de 2018, de fato, foi algo inovador: os próprios representantes do poder público estavam presentes para qualquer tipo de esclarecimentos aos representantes das IES privadas por meio de ministrações de cursos, lembrando que os próprios presidentes e conselheiros do FERESP são os presidentes dos grandes grupos educacionais, como Kroton, Ser Educacional, Estácio Participações S.A etc.

E, o mais surpreendente é o que Janguê destaca em seu discurso, afirmando acerca da facilidade e da desburocratização que tiveram nesse evento, tendo em vista que os representantes do ensino superior particular puderam acompanhar e despachar os processos de suas respectivas instituições educacionais com mais agilidade.

Isso posto, e após constataremos a indução de mudanças nas legislações brasileiras que esse novo intelectual orgânico propôs e conquistou, no Brasil, deparamo-nos com as propostas que já foram conquistadas por esse intelectual de base coletiva e pensamos conforme Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 37) ao afirmarem que “o *lobby* privatista é poderoso e organizado”.

O FERESP, a partir de seus interesses privatistas, constrói uma agenda no âmbito político para induzir uma nova concepção de educação superior. Essa concepção é orientada pela nova opção de Estado que, por sua vez, é orientado pelas reformas neoliberais. Com isso, o “Estado capitalista se transveste de guardião do público, mas é executor e protetor dos interesses comuns de uma classe particular do modo de produção capitalista” (VALE, 2017, p. 4).

A concepção de educação superior que a entidade busca alcançar está em constante construção, haja vista que os objetivos do *lobby* privatista vão se alterando conforme as mudanças que o capital sofre. Essa mesma concepção está estritamente ligada à concepção de educação superior que o Banco Mundial vem desenvolvendo ao longo das publicações de seus documentos. Como exemplo, temos o documento “*La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*” (BM, 1994), o qual trata a educação superior, de acordo com a concepção do BM, como base do desenvolvimento econômico e social.

Para tanto, há a proposição de recomendações a essa educação, e uma delas diz respeito à reforma da educação superior para a diferenciação institucional. Basicamente, ocorre que, para o banco, as instituições não universitárias, ou seja, as faculdades privadas, devem se vincular e preparar seus alunos para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos (tecnicistas) para uma determinada área, formando-os como mão de obra para o trabalho.

Para o Estado, fica o encargo de regular, fiscalizar e supervisionar a educação superior pública e privada. A proposta do FERESP para uma educação superior segue no mesmo sentido, ele julga necessário que o Estado apenas regule e fiscalize as instituições, deixando a oferta do ensino ao setor privado educacional. “Priorizam-se os sinais de mercado e o saber como bem privado” (SGUISSARDI, 2000).

Essa concepção de educação do Banco Mundial, em que o FERESP também se apoia, ficou ainda mais clara no documento *Financing and Management of the Higher Education* (BM, 1998). Sguissardi chama a atenção para alguns pontos que foram tocados no documento, como os “sinais do mercado”, que significam o “ensino pago pelo aluno e venda de produtos de pesquisa e ensino mediante subvenções, contratos e formação do pessoal de empresas” (SGUISSARDI, 2000, p. 73).

Também ressalta que ler os documentos principais do BM já é suficiente para se perceber a “profunda influência de seus diagnósticos e orientações sobre a educação superior junto às políticas públicas da maioria dos países” (SGUISSARDI, 2000, p. 74).

Sendo assim, o FERESP, como atual intelectual orgânico da extração burguesa do ensino, sobretudo um ensino financista, constrói sua agenda de mudanças para que estas estejam representadas pelos *lobbys*. A ideia de um ensino pela modalidade a distância é o “carro chefe” para esse bloco no poder, haja vista que é por meio dele que o ensino se torna mais rápido, com menos mão de obra e com mais lucro para o setor privado-mercantil. A educação-mercadoria, como afirma Rodrigues (1998, 2007), torna-se mais aparente na medida em que o Estado brasileiro faz sua opção política de sustentar o capital dentro de uma lógica neoliberal.

Essa luta da fração burguesa do capital, ou seja, os empresários do ensino, objetiva combater a concepção de educação superior, emancipatória, desenvolvedora do ser humano em suas capacidades físicas, mentais e sociais, em uma educação voltada somente para os resultados, para a trabalhabilidade, conforme a concepção de educação superior que o Banco Mundial entende para os países da América Latina.

O FERESP, em consonância com o BM, intenta a subsunção da educação ao ensino. O discurso do Fórum segue como um discurso de educação economicista, que constitui justamente a tônica das proposições que são sugeridas pelo BM, em seu documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995).

A adequação de mão de obra para o trabalho dentro de uma lógica de mercado e a formação de ensino em massa é fortalecida através dos objetivos das cartas e dos documentos divulgados pelo FERESP. A partir disso, observamos as mudanças nas legislações brasileiras

que tangem ao ensino superior sofrerem reformulações dentro da lógica privatista da concepção de educação superior que o novo intelectual orgânico compreende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao assumir a tarefa de estudar o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, sabíamos da relevância acadêmica e política que esse objeto representava. Trata-se de um tema atual e que mostra, pelo delinear de suas questões, o quanto é imprescindível para o momento em que vivemos. Momento caracterizado pela educação como mercadoria, pelo processo de financeirização e sua desregulamentação.

Consideramos esta sessão de muita importância, pois ela tem o objetivo de retomar o escopo inicial da pesquisa, recuperando, resumidamente, os resultados apresentados e apontando as principais limitações e dificuldades que foram aparecendo no decorrer da pesquisa.

O FERESP foi criado em 2008, após empresas educacionais expandirem seus negócios com a abertura de capital e após a educação-mercadoria se tornar cada vez mais comum. Com o objetivo de defender os interesses do ensino superior particular, o Fórum articulou-se com o Ministério da Educação e o Congresso Nacional para que os objetivos traçados por esse intelectual orgânico fossem conquistados ao longo dos anos.

O Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular surgiu como um importante *locus* de discussão que passou a reunir empresários do ensino e representantes públicos responsáveis pelas legislações da educação superior. E, como resultado desses encontros, tivemos as propostas que o *lobby* educacional caracteriza como importantes ao setor. Salientamos que o FERESP é caracterizado para além de *lobby*, está imbricado no Estado, por ser formado por um grupo que se uniu para influenciar nas decisões públicas e defender os seus interesses em comum.

O FERESP é o maior articulador do setor privado-mercantil no Brasil, e sua participação é ativa em reuniões com secretários de Educação, representantes do MEC e representantes políticos em busca de seus objetivos. Dessa forma, empreender o estudo sobre a atuação dessa entidade nos fez inferir seu papel e sua função político-organizativa ao longo da última década, com grande representatividade em torno das novas políticas que tangem ao ensino superior no Brasil. Essa função tem se expressado na definição de uma agenda de políticas públicas para o setor, na sua atuação junto ao parlamento, ao MEC e ao Congresso Nacional.

O FERESP assumiu uma importante posição tão logo houve a sua criação: por meio de suas principais estratégias junto ao MEC e a outros órgãos governamentais, o Fórum exerce um papel de articulador na construção dessa agenda de políticas.

O que observamos a partir da leitura das cartas é que há uma relação de identidade entre as recentes reformulações políticas para o setor privado da educação superior e as demandas oriundas dos congressos, *locus* prioritário de publicização das demandas provenientes dessa entidade. Essas políticas aprovadas para o setor são parte constitutiva de uma nova orientação política, econômica e social capitalista, norteada por uma nova relação entre o Estado e as políticas públicas educacionais.

Diante do cenário atual e da forma como o FERESP foi constituído para o alcance de seus objetivos, nossos questionamentos centrais partiram das seguintes formulações: Qual o papel que o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular desempenha na definição das políticas para o setor? Como atua no âmbito do parlamento e do Ministério da Educação? Qual a concepção de educação que o FERESP defende e que possíveis alterações foram promovidas na educação superior do país?

A hipótese de que esse intelectual orgânico induz a construção de uma agenda de políticas públicas para a educação superior com vistas ao favorecimento das instituições privadas, sobretudo as privadas-mercantis, foi fortalecida ao longo da pesquisa. Percebemos o caminho para o qual essas políticas educacionais se tencionam e entendemos que as políticas aprovadas favorecem, fortalecem e auxiliam no processo de financeirização e privatização da educação superior.

Nesse escopo, o objetivo geral proposto foi o de investigar de que forma o FERESP como intelectual orgânico de base coletiva, dentro do atual processo de financeirização do setor privado-mercantil educacional no Brasil, tem contribuído para o favorecimento desse setor nas políticas públicas para o ensino superior.

Para alcançar o objetivo geral, foram construídos três objetivos específicos, que também serviram de base para a construção de cada capítulo desta dissertação: a) identificar a evolução do empresariado no Brasil e suas repercussões como grandes intelectuais do setor; b) analisar a atuação do FERESP no âmbito do Parlamento, do MEC e do Conselho Nacional de Educação e c) analisar, por meio das cartas do Fórum, a concepção de educação superior que esse intelectual defende e que possíveis alterações estão sendo incorporadas na educação superior do país.

Analisamos a evolução do empresariado brasileiro em nosso texto a fim de entender de que forma chegamos à fração burguesa de capital – os empresários do ensino que, atualmente, também são do bloco no poder. Partimos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para explicar o foco dos empresários na etapa do capitalismo nacional

desenvolvimentista que, conforme Rodrigues (1998, 2007), era a indústria com sua mercadoria-educação.

Com o intuito de dar sustentabilidade ao capital, ocorreu uma mudança na concepção do empresariado brasileiro, e as organizações industriais passaram a ser uma organização de empresários do ensino, transformando a educação em educação-mercadoria (RODRIGUES, 2007).

Uma nova forma política nasceu na educação superior e sua evolução estava em consonância com o processo de financeirização que atingiu o setor educacional superior em 2007. Para que o sistema privado de ensino superior se fortalecesse frente a toda mudança econômica e política que o Brasil estava vivendo, esses empresários se reuniram em coletivo de entidades e criaram o FERESP. Além disso, percebemos o forte interesse desse bloco no poder pelas ações que fortalecem os interesses mercantis. Sendo assim, ele acaba por ser o indutor das políticas educacionais no país, especialmente para a educação superior.

A atuação do FERESP é articulada e muito bem pensada, tudo em prol de conquistar seus objetivos. A entidade é ativa nas reuniões com os responsáveis pela legislação educacional e se reconhece como a maior instância incentivadora e articuladora de debates no âmbito político-educacional. Atua junto ao MEC e ao Congresso Nacional de modo a pautar as propostas de políticas públicas, que são parte da agenda de reivindicações consideradas legítimas pelo setor privado, sobretudo, pelo setor privado-mercantil.

As ações que o Fórum propõe visam à formulação, à implantação e à avaliação, pela própria entidade, por meio da construção de parcerias com o MEC e até com outras instâncias representativas da iniciativa privada.

O FERESP, aqui estudado, busca manter uma rede de cooperação e parcerias público-privadas com o intuito de conservar a hegemonia dessa fração burguesa do capital. Isso ocorre porque os aliados do empresariado do ensino buscam estratégias para que seja alcançado o projeto ideológico, político e econômico que os representa.

As categorias de análise “regulação”, “financiamento”, “educação a distância” e “concepção de educação” foram compreendidas, no estudo, como primordiais para a análise do novo intelectual orgânico que é o FERESP. Essas são categorias muito presentes nos documentos produzidos pelo Fórum e também postas como as mais importantes para ele. A partir dessas análises, pudemos observar o modelo desenhado pelo intelectual. Trata-se de uma entidade muito bem arquitetada e organizada para que consiga alcançar os objetivos propostos, sobretudo, no que tange à política educacional.

Observamos que, nas três primeiras cartas (2008, 2009, 2010) produzidas pelo Fórum, havia a necessidade de ele estar mais próximo do poder público, mostrando, de forma breve, seus objetivos de luta e suas reivindicações. E, para o alcance desses objetivos, precisava ampliar sua atuação junto ao Congresso Nacional e ao MEC. Por vezes, o “cavalo de Troia” de suas reivindicações convergiam com as políticas oficiais, e o Fórum se mostrava apto e disposto a auxiliar na expansão do ensino superior brasileiro e no cumprimento das metas do PNE.

Já nas cartas seguintes, o FERESP, após conseguir estreitar laços com representantes políticos e intensificar sua atuação junto ao MEC e ao Congresso Nacional, passou a construir seus documentos com propostas e métodos voltados para a implementação das ações contidas nessas cartas. À medida que as cartas iam sendo construídas, eram notórios o estreitamento e a relação próxima já conquistada com os que são responsáveis pelas proposições e aprovações da política educacional.

Após essas três primeiras cartas, percebemos o FERESP posicionado como um novo intelectual orgânico do setor privado, sobretudo o privado-mercantil, haja vista que suas declarações já caminhavam na direção da pressão política junto aos órgãos competentes da legislação educacional do ensino superior.

A regulação é uma temática de suma importância tratada no âmbito do Fórum. Desde a sua primeira carta (2008), essa temática sempre esteve em evidência, pois é por meio dela que as regulamentações do ensino superior no Brasil podem ser flexibilizadas. Como exemplo, temos o que foi conquistado pelo Fórum por meio do documento intitulado “Solicitação de revogação e/ou alteração das medidas editadas pelo MEC durante o mês que antecedeu a mudança de Presidência da República” (FERESP, 2016).

Esse documento foi enviado ao MEC no dia 2 de junho de 2016, com o pedido de revogação total das portarias normativas nº 7, de 20 de abril de 2016 (BRASIL, 2016), e nº 8, de 28 de abril de 2016 (BRASIL, 2016). A primeira instituiu o Cadastro Nacional de Concluintes dos cursos de graduação (CNC) e a segunda criou indicadores de qualidade para a educação superior.

Notemos que, no dia 22 de junho de 2016, após 20 dias do pedido feito pelo FERESP ao MEC, a portaria normativa nº 15 (BRASIL, 2016c), revogou as portarias normativas supracitadas, conforme foi orientado ao MEC por meio do Fórum.

O interesse da entidade está em buscar métodos que viabilizem a expansão do ensino superior privado-mercantil e, para isso é necessário que o FERESP esteja em parcerias junto ao MEC e a seus legislativos. Assim, concluímos que é por meio da desregulamentação nas

medidas educacionais que esse intelectual orgânico consegue compor uma nova concepção de educação superior.

Analisando os 10 anos de atuação do Fórum, foi possível identificar várias demandas impostas pela entidade que, posteriormente, foram aceitas e modificadas pelo MEC. Após reuniões e memorandos trocados pelos órgãos, essas modificações foram apresentadas oficialmente sob a forma de leis, decretos e portarias normativas que induzem e auxiliam na expansão e no fortalecimento do setor privado.

Um dos exemplos que temos é acerca da aprovação do marco regulatório da EaD, representado pelo decreto nº 9.057, que “regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 2017). Esse marco regulatório permitiu que as IES se credenciassem para ofertar cursos em EaD sem a necessidade de credenciamento para a modalidade presencial. Notemos, então, que essas demandas assumidas posteriormente pela legislação já representavam reivindicações e bandeiras de lutas trazidas nas cartas do FERESP publicadas em 2013 e 2014.

Nesse sentido, o FERESP vem se construindo como parte orgânica do campo temático (ao propor os temas a serem debatidos), do campo teórico (ao construir, a partir das suas publicações e das suas cartas, uma concepção de ensino superior) e do campo metodológico (ao propor o modo como devem ser encaminhadas as políticas), que orienta o processo de reformas da educação superior.

Sua agenda, suas publicações e a atuação de seus principais intelectuais nos sugerem que ele se antecipa às políticas que hoje estão sendo institucionalizadas. O que lhe confere legitimidade acadêmica e política ao propor o delineamento das políticas para a educação superior brasileira.

Cabe ressaltar outra estratégia do setor privado do ensino superior: a estratégia de aumentar gradativamente de 30%, 40% a 50% a oferta em EaD para os cursos presenciais. Notemos que essa demanda foi atendida em 2018, por meio da portaria nº 1.428, que “Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a Distância em cursos de graduação presencial” (BRASIL, 2018), em que passou a ser permitido que cursos de graduação presencial pudessem ofertar até 40% das aulas a distância, o que reforça o papel que esse intelectual coletivo vem cumprindo no direcionamento das políticas para a educação superior brasileira.

Os presidentes das entidades que compõem o FERESP são os mesmos presidentes das grandes IES privadas-mercantis, como a Kroton, a Estácio Participações S.A e a Ser Educacional. Notamos, nas ações das cartas do FERESP, o financiamento como algo

substantial para os empresários do ensino, quiçá para sua continuidade de operações. A pressão exercida sobre o poder público para o fortalecimento de políticas como Fies e ProUni, por exemplo, no financiamento de estudantes oriundos das classes menos favorecidas no Brasil, é para que os incentivos fiscais dessas empresas cresçam cada vez mais.

O Fies é responsável por repasses de ordem bilionária a essa fração burguesa do capital que são os empresários do ensino. De 2010 a 2016, houve um repasse da ordem de R\$ 56,5 bilhões, dos quais 45,2% foram destinados à região Sudeste, conforme o site do FNDE divulga (FNDE, 2018).

No entanto, com as modificações que o Fies sofreu ao longo dos anos, essas empresas do setor educacional partiram para um novo mecanismo que as ajudasse na continuidade de expansão de matrículas e de captação de recursos. E, como mais um sinalizador de movimento de interesse capitalista, essas empresas buscam, agora, a maximização de seus lucros por meio da oferta do financiamento estudantil privado. Fato este que revela também uma política de Estado capitalista: a política econômica que transforma direitos e bens sociais, como a educação, em mercadoria e se concretiza a partir de um Estado neoliberal que facilita o processo de desregulamentação, liberalização e expansão do capital.

A relação do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular com as aprovações e as manutenções de políticas e medidas nacionais que se caracterizam como fortalecedoras do processo de financeirização da educação privado-mercantil, consequentemente, colocando a educação em um papel de mero instrumento do capital e da política neoliberal, leva-nos a inferir que o FERESP tem atuado como um indutor das políticas públicas para a educação superior, sobretudo para o setor de ensino privado-mercantil.

As similaridades do discurso desse intelectual são orientadas pela concepção de educação superior assumida pelo Banco Mundial, levando, dessa forma, a um novo paradigma de educação superior. E o FERESP é parte orgânica desse novo paradigma no Brasil.

Com o que foi posto em discussão, podemos perceber que, no contexto da financeirização e da mercantilização da educação, os empresários da educação a concebem não como um bem que poderá contribuir para a formação humana, mas como um meio de gerar lucros e mão de obra para atender ao movimento do capital, com vistas a mantê-lo operante, conforme afirmam os autores referenciados neste trabalho.

Vale destacar que o FERESP continua em exercício e que o próximo Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular já está com data marcada. Ocorrerá nos dias 6, 7 e 8 de junho de 2019, em Belo Horizonte, no Ouro Minas Palace Hotel. Esse CBESP traz como

tema “Educação Superior: inovação e diversidade na construção de um Brasil plural”. O valor para participar do congresso, no quarto lote, é de R\$ 2.250,00 para associados e de R\$ 3.000,00 para não associados.

De acordo com o site do evento, estão inclusos nesses valores:

[a] participação na programação acadêmica do evento; o acesso aos estandes com exposições de grandes empresas do ramo educacional; o show de abertura com a banda Jota Quest; material de apoio; coffee break; networking com as principais lideranças do setor educacional do país, educadores, autoridades governamentais e políticas; certificado on-line; sorteio de prêmios e seguro e atendimento de UTI móvel. (CBESP, 2019)

Como foi destacado pelo site do evento, o Show que fará a abertura será o da banda Jota Quest, uma banda consagrada e de grande porte no país todo. Trazemos também como destaque a fala de Celso Niskier, que é vice-presidente do Semerj e que, nesse evento, estará como coordenador do comitê científico responsável pela programação do evento:

Aguardamos a presença de muitos mantenedores e educadores para debatermos e formularmos diretrizes que irão orientar o nosso setor pelos próximos anos. Um novo governo traz esperanças. Queremos construir um Brasil mais igualitário, eficiente e desenvolvido, respeitando o valor das diferenças e o potencial de cada ser humano para a conquista de um futuro melhor. Juntos somos mais fortes. (CBESP, 2019)

No primeiro ano de mandato do atual presidente do país, há a preocupação por parte do setor privado educacional em continuar com suas relações estreitas e firmadas junto aos atuais presidentes das casas legislativas que tangem ao ensino superior no Brasil. Percebemos que o FERESP segue na construção de agendas para a política da educação brasileira, sobretudo a da educação superior.

No que diz respeito à concepção de educação superior que esse intelectual deixa em evidência, é algo que continua em construção, e continua cada vez mais forte a questão da subsunção do público, da educação na totalidade, aos interesses do privado-mercantil. Conforme nossa análise, a educação deixou de ser um direito para ser um negócio rentável. Ao nosso entendimento, o Estado representa uma extração burguesa: um produto das relações sociais de produção.

Em vias de conclusão, cabe ressaltar os limites desta dissertação que motiva a novos questionamentos e aprofundamento, na medida em que optamos por estabelecer um período de análise dessas cartas que finaliza em 2018, haja vista que esse também foi o limite de tempo que tivemos para a conclusão do mestrado. Porém, como já ressaltado aqui nestas

considerações, o FERESP continua seu trabalho e vai dar andamento às publicações de suas cartas.

O que ficou evidenciado por meio da análise das cartas do FERESP é que as orientações que vinham sendo produzidas, política e academicamente, há uma década pelo Fórum – a partir das demandas do setor privado da educação superior – estão se materializando sob a forma de políticas que induzem a alterações na relação público-privada, ao incentivo à EaD e à reorientação ou fragmentação da regulação do Estado.

As políticas aprovadas por meio do arcabouço jurídico e político para a educação superior são partes da construção da agenda de proposições feitas por meio de uma orientação econômica, política e social do capitalismo, que é orientada pelo novo intelectual orgânico de base coletiva chamado Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (FERESP).

REFERÊNCIAS

ABMES. **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Disponível em: <<https://abmes.org.br/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. **Prêmio Milton Santos de Educação Superior**. Disponível em: <<https://miltonsantos.abmes.org.br/votacao>>. Acesso em 29 Jul. 2018.

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimentos no Brasil. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/79084/47919>>. Acesso em: 05 Jan. 2019.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista Sociologia Política**, v. 24, n. 57, p. 113-126, março. 2016.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

ANACEU. **Associação Nacional do Centros Universitários**. Disponível em: <<http://www.anaceu.org.br/anaceu/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

ANANGUERA EDUCACIONAL. **Portal imprensa**. Disponível em: <http://www.ananguera.com/servicos/sala_imprensa/imprensa/a%C3%A7%C3%B5es.php>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ANUP. **Associação Nacional das Universidades Particulares**. Disponível em: <<http://www.anup.com.br/portal/pagina/index/id/1/secao/1>>. Acesso em: 17 maio 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo-SP: Boitempo editorial, 2009.

BALANÇO DO GOVERNO. **Brasil 2003-2010 síntese política**. 2010. Disponível em: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/sintese-politica/sintese-politica-versao-impressa>>. Acesso em: 20. Jun. 2018.

BANCO BTG PACTUAL DIGITAL. **Bolsa de Valores: o que é, como funciona e como investir**. Disponível em: < <https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/tudo-sobre-bolsa-de-valores>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. **O que é Mercado de Ações, como funciona, como investir e vantagens**. Disponível em: < <https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/tudo-sobre-bolsa-de-valores>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BANCO MUNDIAL. (1994) **La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El Desarrollo en la práctica)**. Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PAPER0S1rior0Box2150A1995001.pdf>>. Acesso em: 23 Jan. 2019.

BANCO MUNDIAL/D.Bruce Johnstone (coll. Alka Arora and William Experton). (1998) **The Financing and Management of Higher Education: A Status Report on Worldwide Reforms.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/941721468741874640/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 23 Jan. 2019.

G.B. & Rothen, J., “SINAES” Contraditórios: considerações sobre a elaboração e implementação do Sistema de Nacional de Avaliação do Ensino Superior. **Educação & Sociedade**, 27, 2006. pp.955-977.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas.** Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial – Out. 2005.

_____. (Org.). **A Regulação das políticas pública de educação:** espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: EDUCA, 2006.

BEM, Augusto Pinho de. **Financeirização:** uma abordagem marxista. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.048, de 22 de Janeiro de 1942 [1942a]. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).** 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

_____. Decreto-Lei Nº 4.936, de 7 de Novembro de 1942 [1942b]. **Amplia o âmbito de ação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, e dá outras providências.** 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4936-7-novembro-1942-414954-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>> Acesso em: 27/09/2016.

_____.LDB. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996** [1996a]. Brasília: Congresso Nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 14 de Out. 2018.

_____. **Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996** [1996b]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9365.htm>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. Decreto nº 2.036, de 19 de agosto de 1997. **Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº**

9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm>. Acesso em: 06 maio 2018.

_____. **Lei nº 9.780, de 19 de janeiro de 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9780.htm>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 [2001a]. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 06 Abril 2018.

_____. **Lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001 [2001b].** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10183.htm>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 17 dez. 2018.

_____. **LEI Nº 11.096. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI.** 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 16 Nov. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 518, de 2009. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/94190>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. **Governo Federal. Balanço de governo 2003-2010.** 3. Educação. Brasília: Governo Federal, 2010. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/dadosgov/textos/livro3/3.2_Educacao.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm>. Acesso em: 19dez. 2018.

_____. **Portaria nº 179, de 28 de abril de 2014.** Disponível em: <<https://www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1552/portaria-inep-n-179>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 14 Out. 2018.

_____. **Portaria Normativa nº 7, de 20 de abril de 2016 [2016a]. Institui o Cadastro Nacional de Concluintes dos cursos de graduação – CNC.** Disponível em: <

https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/PORTARIA_NORMATIVA_N7.pdf>. Acesso em: 27 dz. 2018.

_____. Portaria Normativa nº 8, de 28 de abril de 2016 [2016b]. **Cria indicadores de qualidade para a Educação Superior e institui Grupo de Trabalho para elaboração e definição de metodologia para sua implementação.** Disponível em: <http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/PORTARIA_NORMATIVA_N8.pdf>. Acesso em: 27 dz. 2018.

_____. **Portaria Normativa nº 15, de 22 de junho de 2016** [2016c]. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-015-2016-06-22.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. **Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017.** Disponível em: <<http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-011-2017-06-20.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. Portaria nº 1.428, de 28 de Dezembro de 2018. **Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.** Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria1428.pdf>>. Acesso em: 06 Jan. 2019.

CAETANO, Maria Raquel e PERONI, Vera, Maria Vidal. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**- São Leopoldo: Oikos, 2015.

CÂMARA DO DEPUTADOS. **10 milhões de estudantes no ensino superior até 2020 é a meta do PNE.** 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/noticias/10-milhoes-de-estudantes-no-ensino-superior-ate-2020-e-a-meta-do-pne>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006.

CARTA DE GRAMADO. **Carta de Gramado**. 27 mai. 2017. Disponível em: <<https://cbesp.com.br/carta-de-gramado/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CARTA DE PORTO DE GALINHAS. **Carta de Porto de Galinhas**. 16 abr. 2016. Disponível em: <<https://cbesp.com.br/carta-de-porto-de-galinhas/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

CARTA DE ILHA DE COMANDATUBA/BA. **Carta de Ilha de Comandatuba/BA**. 2018. Disponível em: <<https://cbesp.com.br/carta-de-ilha-de-comandatuba/>>. Acesso em: 26 de jul. 2018.

CARVALHO, Cristina. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.

CBESP. **Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular**. 2018. Disponível em: <<https://cbesp.com.br/programacao/>>. Acesso em: 18 Dez. 2018.

CBESP. **Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular**. 2019. Disponível em: <<https://cbesp.com.br/inscricoes/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. **Poder do Estado e poder dos docentes** – um olhar sobre o movimento docente na UFPA.SPEP/GRAPHITTE. Belém, 1997.

_____. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010.

_____. A política para a educação superior: entre o público e o privado. In: **28a. Reunião Anual da ANPED**, 2005, Caxambu/MG. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/?_ga=2.129576719.2089044356.1549984993-1208317602.1549984993>. Acesso em: 03 fev. 2019.

CHAUÍ, Marilena. (30 de janeiro de 2017). **O retrato de uma catástrofe**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/o-retrato-de-uma-cat%C3%A1strofe/475162479274301/>>. Acesso em: 08 Jan. 2019.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

_____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: Conteúdo, alcance e interrogações. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002. Tradução do francês e revisão técnica por Catherine Marie Mathieu (FACAMP – Campinas) e Adriana Nunes Ferreira (FACAMP – Campinas).

_____. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: CHESNAIS, F. (Org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Finança Mundializada: Raízes Sociais e Políticas, Configuração e Consequências**. 2005. São Paulo: Editora Boitempo. Introdução.

CONFENEN. **Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino**. Disponível em: <<https://www.confenen.org/historia>>. Acesso em: 17 maio 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS – CNI. **Educação para a nova**

indústria. Brasília: CNI, 2007. Disponível em: <
http://www.institutoalianca.org.br/new/biblioteca_IAA_05_educacao_para_a_nova_industria.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CONTEE. **Lobby privatista cria Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior.** 2008. Disponível em: <
<http://www.contee.org.br/noticias/contee/nco43.asp>>. Acesso em: 18 Dez. 2018.

CNI. **Confederação Nacional da Indústria Contribuição da Indústria para a reforma da educação superior.** Brasília, CNI/SESI/SENAI/IEL. 2004. 48 p.: il. Disponível em: <
<http://www.anped11.uerj.br/CNI.pdf>>. Acesso em: 13 Maio 2018.

CURRICULO LATTES. **Mozart Neves Ramos.** Disponível em: <
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783028D8>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

_____. **Jorge Rodrigo Araújo Messias.** Disponível em: <
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4485956E8>>. Acesso em: 14 Jan. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria do INEP nº 109, de 27 de maio de 2009.** Disponível em: <
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem2009_2.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. **Oligopólio. O que é Oligopólio.** Disponível em: <
<https://www.dicionariofinanceiro.com/oligopolio/>>. Acesso em: 11 Jan. 2019.

DINIZ, Eli. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930 – 1945.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DISCURSO DO PRESIDENTE. Janguê Diniz. **Jantar Anual de Confraternização do Fórum.** 2017. Disponível em: <
https://www.forumensinosuperior.org.br/images/downloads/Discurso_jantar_FORUM_2017.pdf>. Acesso em 12 Dez. 2018.

_____. Janguê Diniz. **Jantar Anual de Confraternização do Fórum.** 2018. Disponível em: <
<https://drive.google.com/file/d/1T66UKHFKQHCHMzoHhb8oPNKDpEPEIGOY/view>>. Acesso em: 07 Jan. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252 235.

EDITORA SEGMENTO. **Setor privado da Educação apresentará em Brasília proposta de mudança do anteprojeto de reforma do MEC.** Disponível em: <

<http://convergenciacom.net/sci/Wc3c9543ae88ab.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

FERESP. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Oito anos trabalhando pela educação brasileira: ações do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular - período 2008/2016**. Brasília: FERESP, 2016.

_____. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Solicitação de revogação e/ou alteração das medidas editadas pelo MEC durante o mês que antecedeu a mudança de Presidência da República**. 2016.

_____. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Agenda propositiva para relações entre o Ministério da Educação e as instituições de ensino superior particulares**, 2016.

_____. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **As aspirações da classe “c” em relação ao ensino superior**. Data Popular, 2016. Disponível em: <http://www.forumensinosuperior.org.br/cms/images/downloads/aspiracoes_classe_c.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Manifesto de apoio ao novo Marco Regulatório do ensino a distância consagrado através do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. 2017

_____. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Eleições 2018: 10 propostas relevantes para a educação superior brasileira**. Brasília: FERESP, 2018.

_____. **Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular**. Disponível em: < <https://www.forumensinosuperior.org.br/cms/>>. Acesso em: 17 maio 2018.

FIES. **Fundo de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Repasse de CFT-E**. 2018. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/repasse-de-cft-e>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46; p. 235-274, jan./abr. 2011.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho. RISCAL, Sandra Aparecida. A gestão da educação como setor público não-estatal e a transição para o Estado Fiscal no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade & ROSAR, Maria de Fátima Félix (org.). **Política e Gestão da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008 .

GENTILI, A.A.P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GEPES. **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Educação Superior da UFPA**. Disponível em: <<http://gepes.belemvirtual.com.br/pagina.php?cat=19¬icia=48>> Acesso em: 17/02/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo. 4ª ed.: Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/com_o_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 01 mai. 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2ª ed. 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Civilização Brasileira. 4ª ed. 1982.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Trad. de Luiz Mário Gazzane. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRELLO, F. B. “**NUPEB: Protagonista da Política para a Educação Superior Brasileira?** (1989- 2005). 2008. 158 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2008.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

INEP. **Sinopse Estatística do Ensino Superior**, 2016. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. **Inep tem novo presidente**. 2005. Disponível em: < http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-tem-novo-presidente-1/21206>. Acesso em: 15 jun. 2018.

KATO, F.B.G. **A nova política de financiamento de pesquisas: reforma do estado e o novo papel do CNPq**. 2013. 180 p. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013.

MANCIBO, Deise. Políticas da Educação Superior no Brasil – velhos Temas e Novos Desafios. In: CHAVES, Vera L. Jacob; NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira. **Políticas para a Educação Superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.

_____. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de educação**. V. 20, 2015.

MANCIBO, D.; VALE, A.A.; MARTINS, T.B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Rev. Bras. Educ.** v.20, n.60, p. 31-50, 2015.

MARTINS, A. S. **Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo**. 2007. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. **A educação básica no século XXI:** o projeto do organismo “Todos pela Educação”. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uepg.br>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Trad de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2 ed. rev. e ampliada, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A montanha que devemos conquistar:** reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, 191p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Operação Lava-Jato**. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil:** o público e o privado em questão. Campinas (SP): Autores Associados, 2006.

O GLOBO SOCIEDADE. **Instalada Frente Parlamentar que defende ensino superior privado**. 2007. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/instalada-frente-parlamentar-que-defende-ensino-superior-privado-4133306>>. Acesso em: 18 Jan. 2018.

PAR. **Parcelamento Estácio**. 2019. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/par/>>. Acesso em: 12 Jan. 2019.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery:** servidão financeira e estado de emergência. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEP. **Parcelamento Estudantil Privado**. 2019. Disponível em: <<https://www.parceleafaculdade.com.br/>>. Acesso em: 12 Jan. 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa. O público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Público e privado na educação:** interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. p.137-154.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, ed. Martins Fontes, 1977.

PRAVALER. **Crédito Universitário**. 2019. Disponível em: <<https://www.creditouniversitario.com.br/sobre-o-pravaler/>>. Acesso em: 12 Jan. 2019.

PROUNI. **Programa Universidade para Todos**. Disponível em :<http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php> Acesso em: 17/02/2018.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial:** o pensamento da Confederação Nacional da Indústria. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SANTOS, Aline Veiga dos. **A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Aline Veiga dos; GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira: sobreimplicação no trabalho docente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 75-97, mai./ago. 2013.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. 2016. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SENADO NOTÍCIAS. **CE recebe sugestões para o aperfeiçoamento do ensino superior**. Senado Federal. 2009. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/07/01/ce-recebe-sugestoes-para-aperfeiçoamento-do-ensino-superior>>. Acesso em: 02 Dez. 2018.

SENADO FEDERAL. **Atividade Legislativa**. 2018. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/94190>>. Acesso em: 05 Jan. 2019.

SERES/MEC. **Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres>>. Acesso em: 4 Jan. 2019.

SILVA JUNIOR, J.R; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Rev. Educ. Soc.** v.36, n.133, Campinas, Oct./Dec, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00867.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2018.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set/dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Regulação Estatal e desafios da expansão mercantil da Educação Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/15.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2018.

_____. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? **Universidade e Sociedade**, Brasília, v.10, n. 22, p. 66-77, 2000.

TAVARES, P. H. S. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?** 2014. 124 p. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

TODA MATÉRIA. GT Grupo dos Sete. Disponível em: <
<https://www.todamateria.com.br/g7-grupo-dos-sete/>>. Acesso em: 11 de Jan. 2019.

VALE, C. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

VALE, Andréa Araújo do. A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá. In: CHAVES, Vera Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). **A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais**. São Paulo: Xamã, 2013. p. 113-130.

VALE, Andréa Araújo do; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. In: CABRITO, Belmiro; CASTRO, Alda; CERDEIRA, Luísa; CHAVES, Vera Jacob (Org.). **Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização**. Lisboa (PT): EDUCA, 2014, p. 199-220.

VALE, Andréa Araújo do. “Nem parece banco”: as faces da financeirização da educação Superior no Brasil. 2017. **Anais XXV Seminário Nacional Universitas**.

VALE, Andréa Araújo do. **A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá**. Disponível em: <
http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2406_int.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

VERHINE. Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015.

ANEXO

CARTAS PROPOSITIVAS DO FERESP DE 2008 A 2018	
Carta de Recife 2008 (Desafios de crescer com qualidade e quantidade)	• Desenvolvimento de um amplo trabalho conjunto com o governo e a sociedade para ampliar o acesso das classes “C”, “D” e “E” ao ensino superior em um montante de cinco milhões de novos alunos nos próximos cinco anos; • Aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, regulamentação, supervisão e avaliação do ensino superior, com regras duradouras que permitam a segurança jurídica; • Necessidade do estabelecimento de um diálogo permanente e duradouro com o Governo, com o Ministério da Educação e suas Secretarias afins, além do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Conselho Nacional de Educação (CNE); • Aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento à educação superior com a ampliação dos recursos previstos e com a eliminação das burocracias desnecessárias; • Desenvolvimento da campanha nacional de divulgação à sociedade, com fatos e números das ações desenvolvidas pelo ensino superior particular nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social, visando contribuir para o fortalecimento de sua imagem e de suas reais dimensões; • Alteração da Lei nº 9.780/1999 que fomenta a inadimplência e afugenta a expansão das linhas de financiamento estudantil; • Participação integrada do Congresso Nacional como avaliador de um pacto público-privado no ensino superior; • Fortalecimento da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior; • Criação da Agência Nacional de Acreditação – órgão de regulação do ensino superior particular, com autonomia de gestão e composto por pessoas de reputação ilibada, não representantes de instituições particulares e/ou de governo, para conferir legitimidade ao processo.

Carta de Araxá 2009 (Crise, realidade, cenários, tendências e futuro da educação brasileira)	• Continuar contribuindo com o Poder Público na formulação de Políticas Públicas de Educação, com destaque à qualidade de ensino e aos instrumentos eficazes de avaliação, respeitando sempre a diversidade de instituições e de cursos; • Propor modificações aos critérios de ingresso no Programa Universidade para Todos – ProUni, levando em consideração a renda e não a origem do aluno (rede pública ou particular), permitindo também a participação de alunos de cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu); • Propor programas de financiamento para capital de giro em apoio ao desenvolvimento do ensino superior privado, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); • Participar ativamente dos eventos das Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com proposições relevantes visando à melhoria do ensino superior brasileiro; • Atuar, com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro, junto ao MEC visando a discutir as distorções dos instrumentos de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) e os critérios de definição do Conceito Preliminar de Curso (CPC), buscando inclusive fortalecer o Inep como órgão de avaliação e não de fiscalização; • Apoiar os trabalhos da Comissão de Reforma Universitária no Congresso Nacional, que permitam criar um marco regulatório seguro e uma Política Pública de Educação mais condizente com o desenvolvimento social do País; • Propor alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para permitir o acesso ao ensino superior de alunos que, mesmo sem concluir o nível médio, tenham obtido a nota suficiente no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); • Propor modificações ao Projeto de Lei nº 5.413/09 encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, para efetivamente possibilitar o acesso do aluno ao financiamento estudantil, inclusive permitindo sua pré-classificação antes da efetiva matrícula; • Promover alianças políticas regionais visando ao fortalecimento da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior Brasileiro; • Apoiar projetos de lei que permitam a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do Fundo de Amparo ao
--	---

	Trabalhador para o pagamento de anuidades escolares; • Buscar recursos no Banco Mundial para pesquisa e infraestrutura em apoio à educação superior particular; • Acompanhar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação; • Propor o aperfeiçoamento da Lei nº 9.870/99, de forma a prestigiar a adimplência; • Propor alterações à legislação pertinente para permitir a recuperação judicial de entidades sem fins lucrativos; • Dar continuidade à busca da integração entre o ensino superior particular e o ensino básico (público ou particular) visando a promover o aperfeiçoamento dos cursos de formação de professores e alcançar um novo marco na educação brasileira; • Promover a criação da Agência Nacional de Acreditação – órgão de regulação do ensino superior particular, com autonomia de gestão e composto por pessoas de reputação ilibada, cujos membros não pertençam a instituições particulares e/ou órgãos do Governo, para conferir legitimidade ao processo.
Carta de Florianópolis 2010 (O Setor privado como ator e parceiro na construção do Plano Nacional de Educação	• Lutar pelos direitos assegurados pela Constituição Federal, especialmente os identificados com a livre iniciativa na oferta do ensino, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições de ensino públicas e privadas; • Assumir o compromisso de trabalhar intensamente na construção e na execução do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020; • Apoiar e diligenciar para se alcançar no período 2011-2020 a meta de inclusão de 50% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos em cursos superiores. Isto significa o desafio de se colocar mais de 12 milhões de estudantes oriundos desta faixa populacional no ensino superior; • Desenvolver em parceria com o Governo Federal, por meio de incentivos integrados e conjuntos, um Programa de Apoio aos Jovens oriundos das classes de renda “C”, “D” e “E”, que apresentem condições de frequentar o ensino superior; • Sugerir uma Política de Formação Superior capaz de integrar a academia, o governo, as empresas, com a participação Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Ciência e Tecnologia

(PNE) 2011-2020	(MCT), dentre outros; • Propor a criação de um sólido Programa para melhor inserção de tecnólogos nas diferentes atividades produtivas visando a eliminar os preconceitos e as barreiras culturais, ampliando o mercado de trabalho e fortalecendo o desenvolvimento nacional; • Insistir na reestruturação dos critérios de acesso às linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para que efetivamente possam ser utilizadas pelas instituições com maior necessidade; • Ampliar o acesso ao Fundo de Apoio ao Estudante de Ensino Superior (Fies) mediante a participação do segmento particular de ensino superior na criação, com o Governo Federal, do fundo garantidor de financiamentos concedidos; • Colaborar para a discussão e difusão de novos métodos de educação baseados na flexibilidade e na utilização de modernos meios de aprendizagem-ensino, compatíveis com os avanços tecnológicos já obtidos no mundo contemporâneo, buscando agilidade e ousadia para incorporar novos modelos acadêmicos; • Criar um amplo programa de divulgação na mídia da importância e do papel do ensino superior particular no desenvolvimento da educação no Brasil.
Carta de Salvador 2011 (Desafio de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior)	• O segmento privado possui condições qualitativas, técnicas e experiência para celebrar uma parceria com o poder público que, por sua natureza, exige mão dupla em termos de reciprocidade; • Necessidade da continuidade de um permanente diálogo entre o segmento particular de ensino superior e o MEC de forma a se ter uma interlocução mais condizente com os propósitos comuns visando aumentar a confiabilidade entre as partes; • Necessidade de aumentar a participação do segmento particular de ensino superior nos diversos órgãos deliberativos e nos projetos educacionais, condizente com sua representatividade no sistema; • Ao divulgar qualquer informação relativa ao ensino superior, em especial a que envolva o segmento particular, é necessário que o MEC a disponibilize previamente ao conhecimento dos interessados, antes da socialização com a imprensa escrita, falada ou televisionada; • Falta uma política de apoio a investimentos em infraestrutura e melhoria das condições de ensino por parte do poder público ao

	segmento particular de ensino superior (o Programa MEC/BNDES necessita ser reorganizado); • Apoiar uma urgente reformulação do ensino médio dando-lhe feições mais objetivas em termos de finalidade e de terminalidades com vistas a que o aluno formado tenha instrumentos para entrar no mercado de trabalho com habilidades, competências e conhecimentos exigidos; • Propugnar por uma reforma da atual estrutura do ensino universitário, que apresenta distorções evidentes, indicando que o modelo não se apresenta condizente com a nova feição da sociedade brasileira e não atende totalmente as necessidades dos fatores produtivos, o que faz com que uma grande maioria dos atuais 800 mil formandos anualmente fique à margem do mercado de trabalho; • Combater o fenômeno da ociosidade por meio da criação de cursos mais atraentes em termos de perspectivas profissionais bem como mediante rediscussão da política de expansão de cursos hoje em vigor (estas ações podem reduzir a ociosidade até 2015 em pelo menos 40%, o que equivale a colocar no sistema mais de dois milhões de novos alunos, somente no segmento particular); • Combater o fenômeno da ociosidade por meio da criação de cursos mais atraentes em termos de perspectivas profissionais bem como mediante rediscussão da política de expansão de cursos hoje em vigor (estas ações podem reduzir a ociosidade até 2015 em pelo menos 40%, o que equivale a colocar no sistema mais de dois milhões de novos alunos, somente no segmento particular); • Dar maior visibilidade e apoiar a educação à distância como uma das modalidades mais importantes para se atingir as classes sociais menos favorecidas bem como os municípios que ainda não dispõem de atendimento ao ensino superior (buscar um aumento de pelo menos 10%, o que incrementaria as matrículas atuais em mais 500 mil novos alunos); • Com as reformulações do Fies, tal como anunciado pelo MEC, propõe-se incrementar este programa permitindo que atinja até 2015 mais de 1.000.000 de alunos; • Apoiar novos estudos da distribuição espacial do ensino superior brasileiro visando reformular a política de expansão buscando redirecionar a concessão de vagas para áreas ainda pouco atendidas (isto permitirá incrementar o sistema em mais de 20 %, significando o aporte de 1.300.000 novos alunos); • Propugnar para que o sistema particular de ensino superior,
--	---

	pela sua importante contribuição social, possa ter acesso a financiamentos com taxas diferenciadas; • O segmento particular de ensino superior, tendo presente os princípios constitucionais, espera ser reconhecido como parceiro no processo de desenvolvimento educacional e profissional, parceria esta de mão dupla, onde se respeitem as diferenças como propugna a Lei Magna e determina a Lei do SINAES. Somente com a realização do PACTO NACIONAL – BRASIL POTÊNCIA SÓ COM EDUCAÇÃO conseguiremos alcançar nossos objetivos comuns.
Carta de Natal 2012 (Desafios do Ensino Superior no Brasil)	• Necessidade da realização de um estudo com cenários alternativos sobre o ensino superior no Brasil de hoje até 2020 e as respectivas providências em termos de políticas públicas para que se alcance a expansão das matrículas com ensino de qualidade em níveis compatíveis com as aspirações do povo brasileiro e com justiça social; • Contribuir de maneira decisiva para o aperfeiçoamento do atual modelo de avaliação do ensino superior; • Diligenciar para estabelecer alternativas de parcerias com entidades educacionais do exterior buscando alcançar melhores níveis de excelência no contexto do ensino de graduação e pós-graduação; • Apoiar e colaborar com medidas governamentais que envolvam a utilização dos mecanismos do ProUni e do Fies tendo em vista promover a inclusão maciça de jovens das classes C, D e E no ensino superior; • Atuar de forma intensa para que o País alcance a meta de 10 milhões de alunos no nível de graduação o mais rapidamente possível.
Carta de Foz do Iguaçu 2013 (Construindo Caminhos para o Amanhã)	• Seguir atuando fortemente para que a Lei do Sinaes prevaleça como instrumento básico do sistema de avaliação das instituições de ensino superior (IES); • Insistir com a Seres/MEC para que não haja punição às IES com base apenas no resultado do CPC e do IGC, mas que aguarde a finalização do ciclo avaliativo, com a visita in loco; • Diligenciar para que as IES possam ser consideradas pelo poder público, para os diferentes fins, de acordo com sua diversidade, especificidade e seu papel estratégico para o desenvolvimento regional;

	• Firmar posição junto ao governo visando a flexibilização das regras de acesso ao Fies e ProUni, instrumentos fundamentais para a expansão do ensino superior e para a inclusão social; • Reiterar junto ao Ministério da Educação o pedido de liberação do Fies para o Ensino a Distância (bem como para os cursos de pós-graduação), visando a expansão das matrículas no ensino superior, de modo a alcançar as metas estabelecidas no PNE 2011-2020; • Atuar junto ao MEC para obter a flexibilização curricular dos cursos, de forma a atender as novas demandas do mercado e da sociedade, por meio da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); • Propor ao MEC que sejam ampliados os percentuais de EAD nos cursos presenciais para 30, 40 ou 50% em função dos conceitos CC dos cursos ou CI da instituição; • Solicitar ao MEC a eliminação do reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos no endereço inicial de sua autorização, facilitando a sua mobilidade; • Pleitear que o Ministério da Educação observe e respeite as diferenças regionais brasileiras quanto ao bioma, cultura e a economia por meio de um Enem regionalizado.
Carta de Maceió 2014 (Ensino Superior e novas tecnologias: caminhos e desafios)	• Apoiar a capacitação de líderes para atuar em um mundo globalizado e para formar o “cidadão global”, em consonância com as tecnologias inovadoras que se destinam a pensar em um modelo de educação superior de qualidade compatível com as exigências do século XXI; • Preparar gestores educacionais de modo a torná-los aptos a educar pessoas para um mundo em que a inovação é uma questão central e cada vez mais relacionada com as tecnologias digitais; • Eliminar os efeitos punitivos advindos dos indicadores provisórios de avaliação e de regulação, em especial o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), que ferem as disposições da Lei nº 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); • Diligenciar junto ao MEC a aprovação e a implementação do marco regulatório para a Educação a Distância (EAD); • Aumentar gradativamente nos projetos de cursos presenciais a percentagem da oferta de EaD dos atuais 20% até alcançar 50%; • Considerar nos processos avaliativos, além da biblioteca física,

	as inúmeras possibilidades da biblioteca digital; • Levar em conta que os desafios dos novos tempos educacionais devam ter como meta a modernização da educação e a reformulação do sistema universitário vigente.
Carta do Rio de Janeiro 2015 (Brasil: realidade e tendências para a educação superior)	• Diligenciar junto às autoridades competentes do Governo Federal para que o Fies retome sua trajetória de apoio aos estudantes, tendo em vista o alcance das metas do PNE; • Articular para que o segmento particular de educação superior seja um ator efetivo nas medidas de natureza pública dedicadas à educação, sendo ouvido em suas proposições e com voz nas decisões a serem tomadas; • Buscar harmonia no relacionamento com as entidades públicas encarregadas da legislação, regulação e avaliação do ensino superior com reciprocidade de tratamento; • Estimular mediante atividades apropriadas o surgimento de novos líderes que contribuam para o aperfeiçoamento do processo de gestão acadêmica e empresarial no ensino superior particular, expandindo sua atuação no exercício da representatividade do setor; • Incentivar a prática do empreendedorismo nas instituições de ensino superior e a criatividade na solução de problemas e o desenvolvimento de empresas inovadoras de natureza tecnológica (startups).
Carta de Porto de Galinhas 2016 (Ensino Superior)	• Oferecer alternativas para o ingresso e permanência dos estudantes de menor renda no ensino superior e instrumentos que melhor os capacitem na busca da empregabilidade e formação da cidadania; • Contribuir para a busca de financiamentos complementares próprios das IES ou mediante convênios com entidades especializadas para os alunos que deles necessitarem, em condições justas e razoáveis em termos de custos e prazos de pagamento; • Manter intensa atuação junto ao Governo Federal para expandir os mecanismos de apoio à inclusão social de alunos de menor renda, com a ampliação dos recursos e das condições para acesso ao Fies e ao ProUni; • Atuar com vigor no contexto da educação de qualidade contribuindo de maneira efetiva para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE); • Diligenciar junto ao Governo Federal para a obtenção de

brasileiro: soluções para um País que precisa avançar)	instrumentos simplificados de credenciamento na Educação a Distância, em especial para as instituições de pequeno e médio portes, de forma a ampliar a oferta de educação superior nos locais mais distantes e estrategicamente relevantes para o desenvolvimento nacional bem como para o reforço ao exercício da cidadania; • Desenvolver intenso trabalho conjunto com o CNE, somando esforços em prol da educação em nosso País; • Diligenciar junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no sentido de que a atuação dos órgãos colegiados daquela instituição seja sempre pautada em observância ao princípio constitucional da publicidade, da moralidade e da ampla defesa, com a publicação prévia das pautas de julgamento, da permissibilidade de acesso dos mantenedores aos processos e aos locais de julgamentos, bem como lhes seja facultada a apresentação de sustentações orais nos respectivos julgamentos; • Diligenciar junto ao Inep/MEC no sentido de que a atuação da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) seja sempre pautada em observância ao princípio constitucional da publicidade, da moralidade, do devido processo legal e da ampla defesa, com a publicação prévia das pautas de julgamento, da permissibilidade de acesso dos mantenedores aos processos e aos locais de julgamentos, bem como lhes seja facultada a apresentação de sustentações orais nos respectivos julgamentos. Nesse contexto, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular se compromete a seguir envidando esforços e realizando atividades, programas, projetos e ações, em conjunto com suas entidades associadas, possibilitando que as metas ora apresentadas possam ser objetivamente alcançadas no futuro que se avizinha.
	• Incentivar a formação de ecossistemas e redes de inovação e cooperação entre as IES nacionais e internacionais; • Desenvolver e implantar modelos mais eficientes de gestão, com ênfase na racionalização de custos, no uso de plataformas tecnológicas e no poder das mídias sociais; • Incentivar a busca de fontes diversificadas de receitas, principalmente no caso das pequenas e médias IES, mais impactadas pela concentração de mercado; • Buscar financiamentos estudantis próprios ou mediante

Carta de Gramado 2017 (Uma agenda para o futuro)	convênios com instituições especializadas, de forma a suprir a carência resultante da eventual redução dos financiamentos públicos; • Participar ativamente das discussões sobre a evolução dos critérios de avaliação do MEC, a partir do reconhecimento das diferenças regionais entre as IES brasileiras; • Defender a ampliação do financiamento estudantil público (novo Fies) como política social, revisando os critérios de admissibilidade e possibilitando que mais estudantes cheguem à universidade; • Manter e ampliar o Programa Universidade para Todos (ProUni), como mecanismo de apoio à inclusão social de alunos de menor renda; • Expandir a oferta de EAD no Brasil, com menos restrições regulatórias, levando a educação superior aos locais mais distantes, mas não menos importantes, para o desenvolvimento nacional; • Criar novos incentivos tributários para que as IES ofereçam programas próprios de bolsa de estudos para alunos carentes; • Desenvolver parcerias com as escolas públicas de ensino médio, em busca da melhoria da qualidade da educação básica, com impacto evidente no aumento do número de estudantes universitários qualificados; • Apoiar a expansão dos programas de Mestrado e Doutorado nas universidades particulares, incentivando a maior participação de pesquisadores dessas instituições no processo decisório dos órgãos de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq.
Ilha de Comandatuba/BA 2018 (Educação	• A importância da continuidade do esforço de todos os segmentos no alcance das Metas do Plano Nacional de Educação, assim como na intensificação dos procedimentos estabelecidos no Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017; no Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nos Instrumentos de Avaliação do Inep publicados em 2017, que iluminam para as IES a necessidade urgente de adoção de novas tecnologias e de novas metodologias na operacionalização do processo ensino-aprendizagem e nos processos de gestão, que estimulam as práticas inovadoras. • A importância de se buscar novas formas de viabilizar a captação e retenção de alunos, seja por meio do uso de ferramentas de modelagem estatística, seja por meio de programas próprios de financiamento estudantil. Os exemplos

Superior: Inovação e Inclusão para o Brasil que Queremos)	apresentados nos deram convicção de que o setor tem a criatividade e o espírito empreendedor para inovar nessa área, garantindo a sustentabilidade das IES mesmo em um cenário econômico adverso. • Observou-se a necessidade de estimular o crescente movimento das startups no Brasil, que têm potencial de reinventar o nosso setor, a exemplo do que já acontece em países mais desenvolvidos nessa área, como os EUA e Israel. Caberá às IES, nos próximos anos, demonstrar a coragem para promover as mudanças necessárias em seus modelos, adequando-os às disruptivas e dramáticas transformações que a tecnologia promove no mundo em geral, e na Educação em particular. • A importância da criatividade, da produção de novos conhecimentos científicos e do potencial da EaD para contribuir para a expansão da educação superior, com vistas ao alcance do Brasil que queremos no Século XXI. • Inovando em sua própria organização, o XI CBESP também ofereceu oportunidade para que os participantes tirassem suas dúvidas sobre os novos atos regulatórios e instrumentos de avaliação, em dois grandes workshops, com a parceria da Secretaria de Regulação da Educação Superior – SERES/MEC e do Conselho Nacional de Educação. Estes dois workshops, realizados pela primeira vez no CBESP, representaram inovador modelo de colaboração público-privado, visando a possibilidade de construção coletiva de protocolos de atuação das IES, com o compromisso com a qualidade, com a responsabilidade socioambiental e com a inclusão.
--	---

Fonte: FERESP (2016); Carta de Porto de Galinhas (2016); Carta de Gramado (2017); Carta de Comandatuba/BA (2018).